



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

# AS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA ESTRUTURA E NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO CENTRO-SUL DE GOIÁS

**Murilo José de Souza Pires**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Ramos.

*Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por **Murilo José de Souza Pires** em 16/07/2008 e orientado pelo Prof. Dr. Pedro Ramos.*

CPG, 16 / 07 / 2008

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Pedro Ramos", is written over a horizontal line. The signature is stylized and cursive.

Campinas, 2008

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
do Instituto de Economia/UNICAMP**

P665i	<p>Pires, Murilo Jose de Souza.</p> <p>As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuarias da região centro-sul de Goiás/ Murilo Jose de Souza Pires. - Campinas, SP: [s.n.], 2008.</p> <p align="center">Orientador : Pedro Ramos.</p> <p align="center">Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p align="center">1. Inovações agrícolas – Goiás (Estado). 2. Estrutura agraria. 3 Diversificação na agricultura – Goiás (Estado). I. Ramos, Pedro. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p> <p align="right">08/030/BIE</p>
-------	---

**Título em Inglês: The implications of the conservative modernization process in the structure and agricultural activities in the central-south region of Goiás**

**Keywords :** Agricultural innovations – Goiás (State); Land structure ; Diversification of production – Goiás (state)

**Área de concentração :** Desenvolvimento Economico, Espaço e Meio Ambiente

**Titulação :** Doutor em Desenvolvimento Economico

**Banca examinadora :** Prof. Dr. Pedro Ramos

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota

Prof. Dr. Bastiaan Philip Reydon

Prof. Dr. Antonio Cesar Ortega

Prof. Dr. Luis Antonio Estevam

**Data da defesa: 16-07-2008**

**Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Economico**

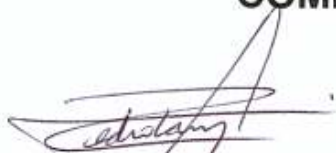
Tese de Doutorado

Aluno: MURILO JOSÉ DE SOUZA PIRES

“As Implicações do Processo de Modernização Conservadora na  
Estrutura e nas Atividades Agropecuárias da  
Região Centro-Sul de Goiás “

Defendida em 16 / 07 / 2008

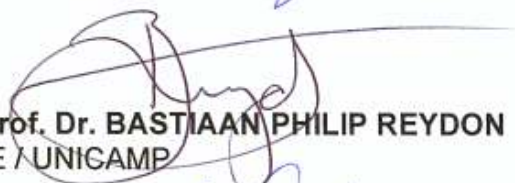
### COMISSÃO JULGADORA



**Prof. Dr. PEDRO RAMOS**  
Orientador – IE / UNICAMP



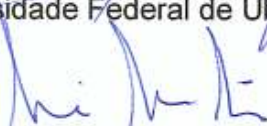
**Prof. Dr. FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA**  
IE / UNICAMP



**Prof. Dr. BASTIAAN PHILIP REYDON**  
IE / UNICAMP



**Prof. Dr. ANTONIO CESAR ORTEGA**  
Universidade Federal de Uberlândia



**Prof. Dr. LUÍS ANTONIO ESTEVAM**  
Universidade Católica de Goiás

Dedico este trabalho, com muito carinho, aos meus pais,  
José e Marlene, que tanto me ensinaram e continuam a fazê-lo;  
À minha avó, Dorvina, pelas palavras de apoio nos momentos difíceis da vida;  
À minha irmã Lívia e aos meus sobrinhos Raphael e João Victor pelo carinho;  
À minha esposa e companheira, Juliane, que esteve sempre ao meu lado, compartilhando  
do meu sonho.  
E, por fim, ao Guilherme, meu filho, que revigorou minha alegria de viver ...

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que soube conduzir-me pelos caminhos da vida dando força e proteção, sobretudo, naqueles momentos mais difíceis quando as energias tinham se esvaído e restava somente a esperança da conquista de um sonho. Devo a Ele a inspiração e a felicidade de ter ao meu lado pessoas com a sensibilidade apurada para auxiliar-me nesta jornada.

Ao meu orientador, Dr. Pedro Ramos, por seus conhecimentos, auxílio, paciência e dedicação, ingredientes essenciais para o entendimento desta tese; caso contrário eu não teria percebido as minhas limitações e nem tido forças para superá-las. Portanto, o meu muito obrigado, não apenas pela orientação na tese, mas pela ‘orientação profissional’ e ‘intelectual’.

Ao professor e amigo, Dr. Antônio César Ortega, responsável direto por minha formação intelectual e profissional como docente e pesquisador. Seus ensinamentos e apoio me fizeram buscar os caminhos da vida acadêmica e da pesquisa científica e despertando-me para a visão crítica do meu objeto de estudo. A você, meu agradecimento e admiração!

Ao meu amigo Estevam pelas discussões sobre Goiás. Sem seus conhecimentos este mineiro não teria compreendido um pouco do “Tempo da Transformação” Goiano.

Ao Rinaldo, meu orientador de mestrado e que me auxiliou nos primeiros anos do doutorado.

Ao Fernando Macedo, amigo desde a época do mestrado, meu agradecimento por participar de minha banca.

Ao Bastiaan, que me ensinou muito em suas disciplinas e aos demais membros da Banca: os professores Walter Belik (IE/UNICAMP), Dalcio Caron (ESALQ/USP) e Paulo Roberto Beskow (UFSCAR), por participarem como membros suplentes.

Ao amigo Eduardo, que sempre esteve ao meu lado em ‘minhas permanências’ em terras goianas e me estendeu as mãos nos tropeços e nos momentos de alegria. São tantos os amigos conquistados que, para não cometer ingratidões, aproveito o nome de Eduardo para estender-lhes os meus agradecimentos.

Aos secretários, Alberto e Cida, pelo acolhimento e serviços a mim dispensados.

E, por fim, a todos os que direta ou indiretamente auxiliaram-me nesta caminhada.

A capacidade definitiva de um homem não está nos momentos de conforto e conveniência, mas nos períodos de desafios e controvérsias.

(Martin Luther King)

## RESUMO

*As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás*

Autor: Murilo José de Souza Pires

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ramos

Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Palavras-chave: Modernização Conservadora, Estrutura Fundiária, Diversificação Produtiva, Goiás, Região Centro-Sul de Goiás.

A finalidade desta investigação é compreender as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias na região centro-sul do estado de Goiás. Para tanto, a tese defendida é que a região centro-sul de Goiás é um caso específico, mas não único do processo de modernização conservadora e da assertiva de Ignácio Rangel de que não há necessidade de mudanças na estrutura fundiária para ampliação e diversificação da estrutura de produção e oferta de bens agropecuários. Para a realização do objetivo proposto no trabalho utilizaram-se os recursos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental e adotou-se o método analítico descritivo. Os resultados encontrados demonstram que as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás favoreceram para o incremento da produção e produtividade dos bens agropecuários. Este fato teve uma grande importância para a penetração das empresas *tradings* no mercado goiano para a comercialização das *commodities* agrícolas. Em conjunto com os programas de incentivo fiscal (PRODUZIR, FOMENTAR) e o FCO, a partir de meados dos anos 80 do século XX, houve um processo de penetração de empresas de capital internacional, nacional e regional na região objeto de estudo que favoreceu o processo de diversificação produtivo, sobretudo com agroindústrias dos complexos carnes, grãos, lácteos e do setor sucroalcooleiro. Entretanto, o avanço da modernização da agropecuária propiciou a redução da população residente no setor rural, que foi para o setor urbano e industrial em busca de empregos, fato que criou um hiato estrutural no mercado de trabalho, facilitando, deste modo, a exclusão de parcelas significativas do mercado de trabalho e a redução da taxa de salário. Por sua vez, todo este processo de mudanças nas atividades econômicas na região centro-sul de Goiás aconteceu em uma estrutura fundiária marcada, ao longo do tempo histórico, por concentrarem-se nas médias e grandes unidades de exploração agrícola. Portanto, o fenômeno econômico ocorrido na região centro-sul do estado de Goiás constituiu-se em um caso concreto, mas não único, das implicações políticas, econômicas e sociais do processo de modernização conservadora, uma vez que houve a modernização da grande exploração agrícola e a diversificação produtiva sem a existência de um fracionamento da estrutura fundiária, como destacou Ignácio Rangel em sua assertiva.



## ABSTRACT

*The Implications of the Conservative Modernization Process in the Structure and Agricultural Activities in the Central-South Region of Goiás.*

Author: Murilo José de Souza Pires

Supervisor: Prof. Dr. Pedro Ramos

KEY WORDS: Conservative Modernization, Land Structure, Diversification of Production, Goiás, Central-South Region of Goiás.

The purpose of this research is to understand the implications of the modernization process in the conservative structure and agricultural activities in the central-south region of the state of Goiás. For this, the view taken is that the central-south region of Goiás is a specific case, but not only of the process of modernization conservative and not even of the Ignacio Rangel's assertion that there is no need for structural changes in land for expansion and diversification of structure production and supply of agricultural goods. To achieve the goal proposed in the research, technical resources of the research literature and public documents were used and adopted by the analytical descriptive method. The results show that the implications of the modernization process in the conservative structure and agricultural activities in the region of Goiás promoted the increase of production and productivity of agricultural goods. This fact has been important because it contribute for the penetration of market tradings companies from the region of Goiás which contribute for the marketing of agricultural commodities. Together with programs of tax incentive (PRODUZIR e FOMENTAR) and the FCO, from the middle 80's, there was a penetration process of companies with international capital, national and regional levels in the research field which helped the diversification process of production, especially with agribusiness complex of meat, grain, dairy and sucroalcooleiro's industry. Meanwhile, the progress of modernization of agriculture caused the reduction of the population living in the rural sector that went to urban and industrial sector looking for jobs, a fact that created a structural gap in the labour market, encouraging, thus, for exclusion of significant portions of the labour market and causing a reduction in the rate of salary. In turn, this whole process of changes in economic activities in the central-south region of Goiás happened in a land structure that was marked, over time history, for be concentrated on medium and large-scale farming. Therefore, the economic phenomenon occurred in the central-south region of Goiás state was established as a real case, but not the only one with political, economic and social conservative implications of the modernization process, since there was the modernization of large farm production and diversification without the existence of a division of land structure as Ignacio Rangel stressed in his assertion.

## SUMÁRIO

1	<b>Introdução</b> .....	1
1	<b>Capítulo 1 – O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil</b> .....	9
1.1	Origem do Termo “Modernização Conservadora” .....	9
1.2	O Uso do Termo Modernização Conservadora pelos Analistas Brasileiros .....	16
1.3	A Preservação da Estrutura Fundiária Brasileira .....	24
1.4	Observações Finais .....	31
	<b>Capítulo 2 – Formação e Evolução da Estrutura Econômica em Goiás: O Interregno de 1726 a 1975</b> .....	33
1	Formação Econômica de Goiás .....	33
2	As Modificações da Estrutura Econômica: (1895 – 1975) .....	38
2.1	O Período 1914 – 1935: A Ferrovia e a Nova Capital do Estado .....	41
2.2	O Período 1936 – 1975: A Modernização Econômica da Região Centro-Sul ..	45
3	Uma Experiência Fracassada .....	53
4	Estrutura e Atividades Agropecuárias em Goiás: 1920 – 1975 .....	61
5	Observações Finais .....	64
	<b>Capítulo 3 – Implicações do Processo de Modernização Conservadora na Estrutura e nas Atividades Agropecuárias da Região Centro-Sul de Goiás</b> .....	67
1	A Estrutura Fundiária em Goiás .....	67
1.1	A Terra como Reserva de Valor .....	69
1.2	A Manutenção da Estrutura Fundiária .....	71
2	Os Programas de Desenvolvimento Regional .....	78
3	O Processo de Modernização nas Atividades de Produção Agrícola .....	83
4	Espacialização da Produção Agropecuária .....	89
5	O Processo de Diversificação Industrial .....	102
6	Impactos Sociais dos Processos Analisados .....	112
6.1	Impactos dos Processos Analisados no Rendimento dos Trabalhadores Goianos.....	117
	<b>Conclusão</b> .....	123
	<b>Referências</b> .....	129

## Lista de Siglas

BACEN – Banco Central do Brasil  
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
DF – Brasília  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMGOPA – Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária  
ESALQ/USP – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Universidade de São Paulo  
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste  
FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás  
GO – Estado de Goiás  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IE/UNICAMP – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas  
II PND – II Plano de Desenvolvimento Econômico  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
JK – Juscelino Kubitschek  
MG – Estado de Minas Gerais  
PAM – Pesquisa Agrícola Municipal  
PEA – População Econômica Ativa  
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal  
PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados  
PRODUZIR – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás  
SEPLAN/GO – Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural  
SP – Estado de São Paulo  
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia  
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

## Lista de Tabelas

**Capítulo 1**

Tabela 1 – Desigualdade da distribuição da terra entre os imóveis rurais no Brasil: 1967 – 1998.....	26
Tabela 2 – Brasil e Unidades da Federação: Distribuição do número de imóveis e área total segundo categoria de imóvel rural – posição 03/04/1998 do INCRA.....	29
Tabela 3 – Goiás: Distribuição do pessoal ocupado e indicadores de intensidade do uso do solo dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área total: 1940 – 1985.....	30

**Capítulo 2**

Tabela 1 – População em Goiás: 1804 – 1890.....	34
Tabela 2 – Distribuição dos destinos das “exportações” e “importações” de Goiás.....	42
Tabela 3 – Goiás: População e produção agropecuária por regiões em 1920.....	44
Tabela 4 – Evolução da produção agrícola – principais produtos.....	49
Tabela 5 – Exportação total de gado em pé de 1937 a 1940.....	50
Tabela 6 – Distribuição da população bovina em 1955.....	51
Tabela 7 – Produção da Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1947 e em 1950.....	57
Tabela 8 – Brasil e Goiás: Evolução dos coeficientes de tecnificação dos estabelecimentos agropecuários .....	63

**Capítulo 3**

Tabela 1 – Goiás: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.....	72
Tabela 2 – Goiás: Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor.....	73
Tabela 3 – Goiás: Imóveis rurais cadastrados no INCRA, segundo as regiões.....	74
Tabela 4 – Goiás: Imóveis rurais cadastrados no INCRA, segundo as microrregiões...	76
Tabela 5 – Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas nas regiões de Goiás nos anos de 1975 e 1985.....	84

Tabela 6 – Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas nas microrregiões de Goiás nos anos de 1975 e 1985.....	85
Tabela 7 – Goiás: Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas regionais – ano de 1995/96.....	87
Tabela 8 – Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas nas microrregiões de Goiás no ano de 1995/96.....	88
Tabela 9 – Participação percentual (%) das principais culturas em termos de área colhida no Estado de Goiás.....	91
Tabela 10 – Goiás: Distribuição do valor adicionado pelos três conjuntos de atividades econômicas – 1985 – 2004.....	93
Tabela 11 – Efetivo Bovino e população residente em Goiás.....	95
Tabela 12 – Evolução e distribuição do PIB da agricultura do Estado de Goiás.....	97
Tabela 13 – Goiás: Participação das culturas de arroz, feijão e milho por regiões.....	99
Tabela 14 – Goiás: Participação das culturas de soja e cana-de-açúcar por regiões.....	101
Tabela 15 – Brasil, Centro-Oeste e Goiás: Ranking da produção dos principais produtos agrícolas - 2006 -2007.....	102
Tabela 16 – Estado de Goiás: Estrutura do Valor Adicionado por atividades econômicas 1985-2004.....	104
Tabela 17 - Estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda segundo as regiões do estado: 2005.....	106
Tabela 18 - Estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda segundo as microrregiões do estado: 2005.....	107
Tabela 19 – Empresas do setor agroindustrial com projetos aprovados pelo FOMENTAR e PRODUZIR implantadas e em fruição nas regiões do estado de Goiás: 1985 até 2006.....	108
Tabela 20 – Goiás: Empresas do setor agroindustrial com projetos aprovados implantados e em fruição pelo FOMENTAR e PRODUZIR nas microrregiões: 1985 até 2006.....	110
Tabela 21 – Goiás: Empresas do Setor Agroindustrial com Projetos Aprovados, implantados e em fruição pelo FOMENTAR e PRODUZIR - 2006.....	111

Tabela 22 – Goiás: Distribuição da população residente por situação de domicílio rural e urbano nas regiões: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	114
Tabela 23 – População residente por situação de domicílio rural e urbano nas microrregiões de Goiás: 1970, 1980, 1991 e 2000.....	115
Tabela 24 – Brasil e estados: Preço pago pelo produtor pela mão-de-obra do diarista em vários estados da federação. (1995 – 2005).....	120

## Lista de Figuras

### Capítulo 1

Figura 1 – Brasil e Goiás: Evolução dos índices de Gini da distribuição da posse de terra entre os estabelecimentos agropecuários.....	25
--	----

### Capítulo 2

Figura 1 – Localização da Antiga e da Nova Capital do Estado de Goiás.....	47
Figura 2 – Localização das Empresas de Charque em GO em 1938.....	51
Figura 3 – Localização da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG.....	54
Figura 4 – Malha de Transportes em Goiás.....	60
Figura 5 – Goiás: Evolução da População Economicamente Ativa do setor agropecuário.....	61

### Capítulo 3

Figura 1 – Preço real da terra de lavoura (R\$/Ha) em Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo e Brasil no interregno de junho de 1977 a dezembro de 2006.....	70
Figura 2 – Goiás: Estrutura Fundiária em nível municipal – outubro de 2006.....	77
Figura 3 – Goiás: Distribuição do valor adicionado pelos três conjuntos de atividades agropecuárias entre 1985 e 2004.....	94
Figura 4 – População Bovina no Estado de Goiás: Anos Recentes.....	95
Figura 5 – Exportações do Estado de Goiás (1995 – 2005).....	98
Figura 6 – Localização municipal dos estabelecimentos industriais no Estado de Goiás em 2005.....	108
Figura 7 – Mapa da localização dos projetos aprovados, implantados e em fruição pelo FOMENTAR e PRODUZIR (1985 – 2006).....	112
Figura 8 – Mapa da população urbana residente no estado de Goiás no ano de 2000.....	117

## INTRODUÇÃO

---

O presente trabalho de pesquisa versa sobre as mudanças na estrutura e nas atividades agropecuárias na região centro-sul do estado de Goiás. Para tanto, o eixo central da argumentação destaca que alterações econômicas foram determinadas pelo processo de Modernização Conservadora, termo cunhado por Barrington Moore Júnior para compreender as revoluções burguesas vindas de cima, acontecidas na Alemanha e no Japão e que condicionaram o rumo e o ritmo da modernização destas sociedades.

Deste modo, o termo modernização conservadora tem uma fundamentação sóciopolítico com implicações econômicas, uma vez que expressa a articulação conservadora tecida entre as elites dominantes para controlar o centro de decisão político do Estado sem causar profundas rupturas com o antigo regime. Desta forma, as sociedades que nascem deste pacto conservador alicerçam-se em regimes capitalistas autocráticos e totalitários.

No caso dos países que realizaram revoluções burguesas tardiamente, como o Brasil, a ruptura com o antigo regime foi mais tênue, uma vez que a burguesia nacional não teve energias suficientes para determinar uma profunda ruptura com as antigas elites dominantes, fato que determinou a constituição de um pacto político no interior do Estado semelhante ao existente na Alemanha e no Japão.

Assim, a revolução burguesa nacional rearticulou o pacto político entre a burguesia industrial e os antigos proprietários de terra com a finalidade de manter sua dominação política, para condicionar o ritmo e a forma da penetração das forças produtivas capitalistas no país.

Neste sentido, as elites dominantes restringiram o acesso das demais classes sociais aos mercados de terra, trabalho e capital, criando, portanto, empecilhos para a constituição de um capitalismo democrático. Por tudo isto, o processo de modernização conservadora determinou, no caso brasileiro, uma via de desenvolvimento capitalista na agricultura nacional que teve como traço marcante e predominante a constituição de um caminho tipicamente prussiano,



caracterizado pela modernização das grandes propriedades rurais sem determinar quaisquer transformações profundas na estrutura fundiária do país<sup>1</sup>.

Então, estas determinações gerais serviram como referencial para compreender as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás, uma vez que “(...) a partir dos anos 60 e 70 mediante grandes investimentos de capital no campo, o que, sob a égide do Estado autoritário, criaria no Centro-Oeste um novo padrão agrário.” (Borges, 2005, p. 156).

É a partir deste novo padrão de desenvolvimento agrícola que Goiás se destacou nas últimas décadas como uma região que apresentou uma forte expansão em sua produção agrícola. Segundo informações da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN/GO), em termos nacionais, em 2006 o estado ficou na quarta posição na produção de grãos, com 10.562.348 toneladas, perdendo para o Paraná, que apresentou uma produção um pouco mais que o dobro da sua, e também para o Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Em geral, Goiás ficou em quarto lugar na produção de soja, na sexta colocação na produção de milho, na quinta posição na produção de feijão e em sétimo lugar na produção de arroz.

Já no contexto do Centro-Oeste, encontrou-se na segunda posição nas culturas de arroz e soja, na primeira colocação na cultura de feijão e na segunda posição na cultura de milho<sup>2</sup>. Por tudo isso, percebe-se que este estado brasileiro tem se inserido no contexto nacional com um padrão agrícola que estimula a consolidação de uma agricultura moderna e empresarial com fortes vínculos com os mercados nacionais e internacionais.

Portanto, esta investigação tem por objetivo geral mostrar as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás. Por tudo isto, objetiva-se provar que a agropecuária da região objeto de estudo ao se modernizar, a partir dos anos 70 do século XX, criou as condições necessárias para incentivar a penetração, predominantemente, das agroindústrias dos diversos complexos agroindustriais e sobretudo dos complexos grãos, carnes, lácteo e sucroalcooleiro, uma vez que o estado tornou-se um dos principais expoentes destes produtos agropecuários.

---

<sup>1</sup> É importante ressaltar, como observou Sorj (1980), que houve também no Brasil a formação de pequenos e médios produtores altamente capitalizados.

<sup>2</sup> Cf. os dados no seguinte site: [http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id\\_cad=4400&id\\_not=6](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/viewcad.asp?id_cad=4400&id_not=6). Acesso: 07/05/2008.

Por sua vez, a pergunta que norteará o trabalho será a seguinte: Como interpretar as mudanças proporcionadas pelo processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias na região centro-sul do estado de Goiás?

Metodologicamente, o estado de Goiás foi decomposto em duas macrorregiões, Centro-Sul e Centro-Norte, com a finalidade de delimitar a região de estudo para compreender o comportamento do fenômeno econômico proposto na problemática da pesquisa. Para tanto, as macrorregiões são compostas por microrregiões que seguem rigorosamente a resolução - PR n.º 11 de 05/06/90 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Portanto, as microrregiões que fazem parte da região Centro-Sul são Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns, Goiânia, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis, enquanto nas microrregiões do Centro-Norte temos São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Porangatu, Chapada dos Veadeiros, Vão do Paraná e Entorno de Brasília.

### Divisão Regional do Estado de Goiás

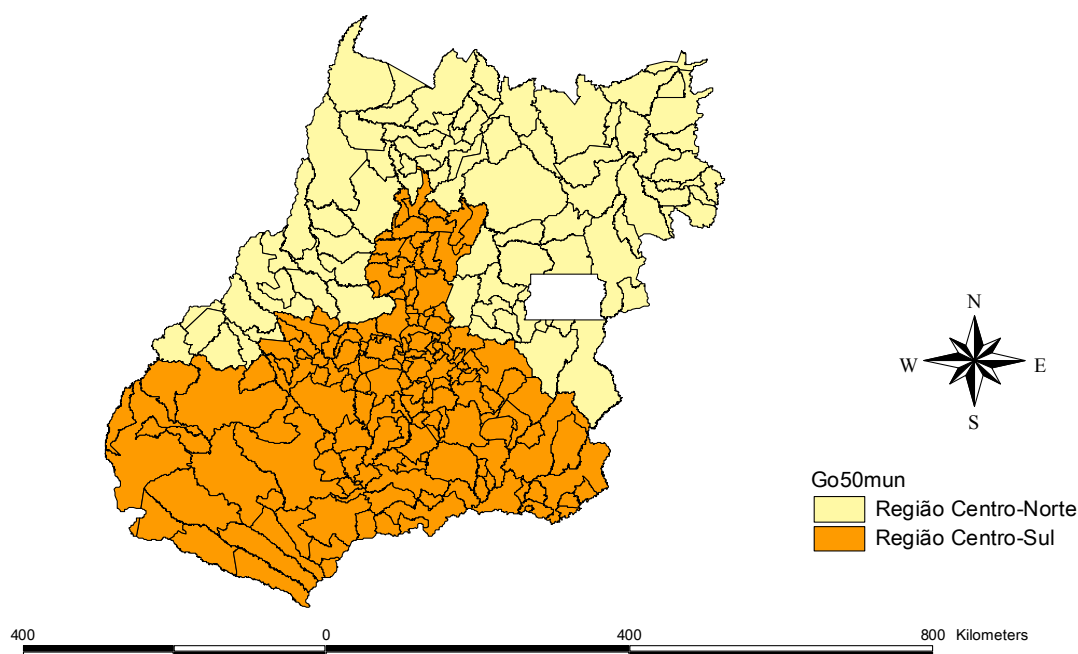


Figura 1 – Divisão Regional do Estado de Goiás

A região estudada representa aproximadamente 67% dos 246 municípios existentes em Goiás e faz divisa territorial a sudeste com o Estado de Minas Gerais (Triângulo Mineiro), a sudoeste com o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Este recorte espacial se justifica porque a região destacada apresentou, desde meados dos anos 70 do século XX, uma intensificação em seu processo de modernização econômica que favoreceu a penetração das principais unidades de processamento agroindustrial dos complexos grãos, carnes, lácteo e sucroalcooleiro dos complexos agroindustriais nacionais.

Como referencial analítico para sustentar a argumentação da tese utilizou-se, especialmente, o estudo de Ignácio Rangel, que mesmo não empregando explicitamente o termo modernização conservadora em seus trabalhos, destacou que,

Contrariamente ao que nós, revolucionários brasileiros dos anos 1930, julgávamos, a industrialização do Brasil seria possível, mesmo sem reforma agrária – no sentido da distribuição dos latifúndios em pequenas propriedades familiares. A via prussiana ou *junker, mutatis mutandis*, que substituiu o latifúndio feudal pelo latifúndio capitalista, não apenas possibilitava a industrialização do país como permitia imprimir a essa industrialização um impulso extraordinário e energético. (Rangel, 2005, vol. II, p. 155).

Assim, defende-se a tese de que a região Centro-Sul do estado de Goiás é um caso específico, mas não único, das implicações da modernização conservadora no Brasil e da assertiva de Ignácio Rangel de que não havia necessidade de mudanças na estrutura fundiária para a ampliação e diversificação da produção e oferta de bens agropecuários no Brasil.

Conseqüentemente, os objetivos específicos desta investigação foram compreender o processo de modernização conservadora e como o termo foi utilizado pelos analistas brasileiros; analisar o processo de formação e evolução da estrutura econômica em Goiás no interregno de 1726 a 1975 e, por fim, examinar as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás.

Esta pesquisa justificou-se em várias dimensões. Quanto à relevância da temática, porque o estado de Goiás nos últimos tempos destacou-se como um dos principais produtores de grãos e carnes do Brasil, fator estimulante para a entrada de várias empresas dos segmentos de grãos, carnes e lácteos no estado e, recentemente, do setor sucroalcooleiro. É inegável a necessidade de se iniciar uma discussão sobre as implicações do processo de modernização

conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás, haja vista que há poucas pesquisas e trabalhos científicos sobre tal assunto.

Para tanto, os procedimentos metodológicos para a realização desta investigação tiveram como recursos técnicos a pesquisa bibliográfica, como também a pesquisa documental. No caso do método adotado utilizou-se o analítico descritivo, sobretudo para a discussão dos mapas e dados secundários tabulados e manipulados ao longo do trabalho.

As fontes documentais foram constituídas por: censos agropecuários, anuários estatísticos, dados da pesquisa agrícola e pecuária municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e cadastro de imóveis rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN-GO/SEPIN). Estes dados foram organizados, classificados, interpretados, tabulados e serviram para a elaboração de gráficos e mapas, sendo que esses últimos feitos através do programa computacional Arcview GIS.

Entretanto, é importante ressaltar que os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE não foram utilizados nesta investigação, visto que até a data de conclusão do trabalho não haviam sido plenamente divulgados. Para suprir esta lacuna, na medida do possível, foram utilizados dados secundários e outras informações atuais elaboradas e compiladas pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN-GO/SEPIN).

No entanto, as questões referentes: a) à formação dos interesses das classes sociais no interior do Estado Nacional e os seus desdobramentos na tessitura das políticas públicas; b) às relações de trabalho no campo e setor urbano e industrial e suas organizações de representação de classe; c) aos motivos fiscais, locacionais, estratégicos e organizacionais que levaram essas unidades de processamento agroindustrial de grãos, lácteos, carnes e sucroalcooleiro a deslocarem-se de outras regiões brasileiras com o propósito de se instalarem na região objeto de estudo; d) aos impactos ambientais deste processo de modernização da agropecuária na região objeto de estudo, e) às questões relacionadas especificamente com a problemática do desenvolvimento regional e urbano e, por fim, f) aos assuntos referentes à temática que versa sobre democracia e cidadania não serão objeto de aprofundamento do debate porque fogem ao escopo principal desta tese e demandariam outros trabalhos de pesquisa.

Com vistas a construir um conhecimento sobre as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias na região Centro-Sul, atingindo o objetivo proposto pela pesquisa, organizou-se essa tese em três capítulos.

O capítulo 1 tem por propósito compreender o significado do termo modernização conservadora e o seu uso pelos autores brasileiros. Para isto, o termo modernização conservadora foi fruto de uma revolução burguesa vinda de cima, acontecida na Alemanha e no Japão na passagem de uma economia pré-industrial para uma economia industrial. Neste sentido, o aspecto central da discussão foi entender como o pacto tecido entre a burguesia e os terratenentes conduziram o ritmo e o sentido das mudanças políticas e sociais que acompanharam o processo de industrialização.

O capítulo 2 objetiva analisar por que as alterações econômicas em Goiás, no interregno de 1726 a 1975, não tiveram forças suficientes para estimular as mudanças na estrutura e nas atividades agropecuárias da região objeto de estudo. Para tanto, a análise parte de uma discussão sobre a formação econômica do estado de Goiás, dando destaque para as mudanças econômicas que aconteceram com a penetração da Estrada de Ferro Goiás (1913) na região centro-sul do estado, uma vez que estimulou os laços de complementaridade da economia goiana com os estados de Minas Gerais e São Paulo que exerceram, enquanto forças externas, papéis importantes na difusão dos gérmenes da modernização econômica e social da região estudada.

Deste modo, esta modernização econômica foi reforçada, em nível interno, pela Marcha para o Oeste, que deslocou a capital para Goiânia; avançou ainda mais os trilhos da ferrovia pelo sudeste de Goiás e constituiu a Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Logo, a constituição do mercado interno de Goiás se fortaleceu com o deslocamento da capital federal para o Planalto Central quando houve um desenvolvimento dos modais de transporte, especialmente o rodoviário, que ligou o estado aos demais mercados consumidores nacionais, favorecendo, assim, o seu desenvolvimento econômico.

Por sua vez, esses laços mercantis de complementaridade entre as economias goiana e paulista e a formação do mercado interno em Goiás não tiveram forças suficientes para destruir o invólucro que moldava a agropecuária tradicional, dado que as unidades de exploração agrícola demandavam pouco progresso técnico do setor industrial nacional. Entretanto, os gérmenes para

as mudanças no padrão de desenvolvimento rural goiano já estavam postos, faltando, desta forma, um estímulo para o seu crescimento.

O capítulo 3 tem por intuito mostrar as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás. Assim, a argumentação é tecida destacando, inicialmente, a importância que os planos de desenvolvimento regional tiveram para a constituição deste novo padrão agrícola, o qual se enraizou no uso intensivo de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas pelas unidades de exploração agrícolas, alicerçadas em uma estrutura fundiária marcada pela média e grande propriedade rural.

Portanto, estas unidades de exploração agrícola demandaram as inovações tecnológicas do setor industrial e expandiram sua produção agropecuária, especialmente no caso das culturas de grãos, fato que influenciou, no momento seguinte, a entrada das principais *tradings companies* no mercado goiano.

As bases objetivas para a penetração do capital agroindustrial estavam lançadas, uma vez que os programas de incentivo fiscal elaborados pelo governo federal e estadual, a partir dos anos 80 do século XX, e o incremento da produção da agropecuária estimularam a instalação das agroindústrias, especialmente daquelas provenientes dos complexos de grãos, lácteos, carnes e sucroalcooleiro na região objeto de estudo.

Entretanto, a face perversa do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias na região objeto de estudo foi a expulsão da terra daqueles produtores rurais que não conseguiram incorporar em suas funções de produção o progresso técnico. Estes produtores rurais tiveram que se deslocar para os principais centros urbanos do estado para vender sua força de trabalho, criando um hiato estrutural no mercado de trabalho goiano, contribuindo para o rebaixamento da taxa de salários nesta região geográfica.

## CAPÍTULO 1

### O TERMO MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: SUA ORIGEM E UTILIZAÇÃO NO BRASIL

---

O presente capítulo foi estruturado em três partes, objetivando compreender o significado do termo modernização conservadora e como este foi utilizado pelos analistas brasileiros e também verificar como está configurada a estrutura fundiária nacional.

Para a realização destes objetivos foi efetuada uma pesquisa bibliográfica. Logo, os textos utilizados na revisão bibliográfica foram: Alberto Passos Guimarães (1977), Azevêdo (1982), Barrington Moore Júnior (1975), Caio Prado Júnior (1992), Florestan Fernandes (1987 e 1991), Ignácio Rangel (2000 e 2005), Lênin (1982 e 2002), Martine e Garcia (1987), Nicos Polantzias (1986), Reinhard Bendix (1996), Sorg (1980) e outros.

#### **1. Origens do Termo “Modernização Conservadora”**

O termo modernização conservadora foi cunhado, primeiramente, por Barrington Moore Júnior<sup>3</sup> para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

Deste modo, as revoluções burguesas na Alemanha e no Japão não seguiram a versão clássica, como no caso da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, pois foram revoluções burguesas parciais, visto que não destruíram efetivamente as estruturas sociais, políticas e econômicas do antigo regime. Assim, o pacto político orquestrado no interior do Estado Nacional

---

<sup>3</sup> MOORE JR, Barrington. *As origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

alemão e japonês aprofundou os laços políticos entre os terratenentes e a burguesia, excluindo os proletariados e os camponeses do direito pleno à democracia e à cidadania.

Neste sentido, Bendix (1996) afirmou que as “(...) sociedades ocidentais progrediram firmemente para uma condição na qual os direitos de cidadania são universais. Onde os direitos ainda são negados, o conflito é evidente e muitas vezes violento.”(Bendix, 1996, p. 37).

Para o autor os principais direitos à cidadania são: direitos civis como liberdade pessoal, de palavra, de associação, de reunião, de pensamento, de fé, de propriedade, de acesso à justiça, de realizar contratos etc como também direitos políticos como de votar e ser votado, direito ao voto secreto e direito ao acesso a cargo público. Por fim, os direitos sociais que vão ao direito de bem-estar econômico, como por exemplo educação, direito a segurança, direito de participar na herança social e de viver a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões da sociedade civilizada.

Por sua vez, Barrington Moore Júnior (1975) salientou que existiram “(...) três caminhos históricos principais, desde o mundo pré-industrial ao contemporâneo.” (Moore Júnior, 1975, p. 13). O primeiro caminho levou à construção de sociedades capitalistas e democráticas na Inglaterra, França e Estados Unidos. Já “O segundo caminho também era capitalista, mas na ausência de um forte surto revolucionário, passou através de formas políticas reacionárias até culminar com o fascismo.” (Moore Júnior, *op. cit.*, p. 14). E, por fim, o terceiro caminho foi o comunismo, que se desenvolveu na Rússia e na China.

No caso das sociedades capitalistas e democráticas houve o desenvolvimento de um “(...) grupo na sociedade com uma base econômica independente, o qual ataca os obstáculos a uma versão democrática do capitalismo herdado do passado.” (Moore Júnior, *idem*, p. 14). Neste sentido, as revoluções burguesas que aconteceram nestes países se manifestaram como alterações violentas que determinaram uma ruptura com a estrutura política e econômica do antigo regime, retirando, assim, os proprietários rurais do centro do poder político, dado que esses eram os principais responsáveis pelas decisões políticas no período da sociedade pré-industrial.

No caso dos países que se lançaram no segundo caminho de construção de uma sociedade capitalista, como foi o caso da Alemanha e do Japão, o estímulo revolucionário não foi o mesmo da revolução burguesa Inglesa, Francesa e Americana, visto que “(...) o impulso burguês era



muito mais fraco. Se chegou a tomar forma revolucionária, a revolução foi derrotada.” (Moore Júnior, *op. cit.*, p. 14).

Neste sentido, estas revoluções foram a “(...) alternativa mais importante da modernização conservadora, através de uma revolução vinda de cima.” (Moore Júnior, *idem*, p. 503), dado que as elites pré-industriais não foram varridas plenamente do centro de decisão política do Estado-Nacional.

O que aconteceu na Alemanha e no Japão foi uma nova rearticulação dos terratenentes com a burguesia para instituir um novo contrato político e econômico, em que “(...) algumas secções de uma classe comercial e industrial relativamente fraca apoiaram-se em elementos dissidentes das classes antigas e dominantes, principalmente recrutados do campo, para levarem a cabo as alterações políticas e econômicas necessárias para a sociedade industrial moderna (...)” (Moore Júnior, *op. cit.*, p. 14 *et. seq.*).

Nicos Poulantzas, ao analisar o caso da Alemanha durante sua passagem de uma economia feudal para uma economia industrial, corroborou essas idéias desenvolvidas por Barrington Moore Júnior sobre as revoluções vindas de cima<sup>4</sup>. Para o autor, o caso alemão foi

(...) uma importante *viragem* no processo de transformação das relações de produção, e não mudaram em nada a superestrutura do Estado e os detentores do poder político. A nobreza fundiária continua ainda a deter o poder político e o Estado prussiano [...] É de fato esse Estado, sob Bismarck, que levará a burguesia a alcançar a dominação política, o que Marx e Engels caracterizaram precisamente como a revolução ‘a partir de cima’.  
(Polantzas, 1986, p. 176).

Logo, os proprietários da terra não perderam sua fonte de poder e continuaram conduzindo de forma compartilhada com a burguesia nascente os destinos do Estado Nacional graças à “*ausência de capacidade política, pela sua constituição de classe, da burguesia conduzir o bom termo, numa ação aberta, a sua própria revolução*” (Polantzas, 1986, p. 178).

Por tudo isto, as revoluções vindas de cima determinaram padrões de desenvolvimento capitalista diferenciados, posto que o processo de modernização da Alemanha e do Japão não teve forças suficientes para destruir os elementos tradicionais provenientes da antiga sociedade

---

<sup>4</sup> POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

pré-industrial<sup>5</sup>. Neste sentido, Bendix (1996)<sup>6</sup> afirma que, conforme Joseph Schumpeter, todo desenvolvimento é parcial, uma vez que

As estruturas sociais, os tipos e as atitudes são moedas que não fundem prontamente. Uma vez formados, eles persistem, possivelmente durante séculos, e uma vez que estruturas e tipos diferentes oferecem diferentes graus de habilidade para sobreviver, nós quase sempre achamos que o grupo atual e o comportamento nacional mais ou menos se desviam daquilo que devemos esperar que sejam se tentamos inferi-los das formas dominantes do processo produtivo. (Schumpeter, 1947, p. 12-13 *apud* Bendix, 1996, p. 43)

Para tanto, o autor define o desenvolvimento social e político ou a modernização como “(...) mudanças *sociais e políticas* que acompanharam a industrialização em muitos países da civilização ocidental.” (Bendix, *op. cit.* p. 39). Desta feita, o eixo dessa modernização é a industrialização, definida como “(...) as mudanças *econômicas* produzidas por uma tecnologia baseada em fontes de autoridade inanimadas, bem como o desenvolvimento contínuo da pesquisa científica aplicada.” (Bendix, *idem*, 39). Portanto, o desenvolvimento decorre de mudanças que acontecem na esfera econômica, política e social, nas quais os grupos dirigentes tiveram um papel predominante,

Uma vez que a iniciativa política é importante nos países que são ‘retardatários industriais’, é apropriado dar especial atenção aos grupos sociais que eram politicamente proeminentes na estrutura social tradicional. Quer esses grupos tenham ou não tido um papel condutor na modernização do país, é claro que sua influência social é penetrante. Se quisermos compreender tipos de ‘desenvolvimento parcial’, devemos dar atenção especial à ‘linha base’ de tradição em relação à qual essas mudanças devem ser aferidas. Para isto, um conhecimento dos grupos dirigentes tradicionais é indispensável (...). (Bendix, 1996, p. 215 *et. seq.*).

Nesta perspectiva de desenvolvimento parcial, as mudanças sociais determinadas pela industrialização foram condicionadas pela forma em que foram tecidas as relações políticas no seio do Estado Nacional, visto que os interesses entre o moderno e o tradicional permaneceram arraigados, com maior ou menor intensidade, no centro de decisão política do estado.

---

5 Para tanto, Bendix (1996) afirma que (...) a ‘sociedade industrial’ não é o simples conceito que algumas vezes se supõe que seja; a industrialização das sociedades economicamente atrasadas é uma questão aberta, é a idéia de que tradição e modernidade como mutuamente excludente é falsa. A experiência mais genérica é de que as sociedades industriais modernas mantêm suas várias tradições divergentes. É, portanto, apropriado considerar o fenômeno do ‘desenvolvimento parcial’. (Bendix, 1996, p. 42).

<sup>6</sup> BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996. (Coleção Clássicos, 5).

Por sua vez, Barrington Moore Júnior (1975, p. 495 *et. seq*) destacou alguns indicadores para compreender a estrutura social, econômica e política daquelas sociedades que seguiram o caminho do capitalismo democrático.

1. Desenvolvimento de um equilíbrio para evitar uma coroa demasiado forte e uma aristocracia proprietária demasiado independente;
2. O movimento no sentido de uma forma adequada de agricultura comercial;
3. O enfraquecimento da aristocracia proprietária;
4. O impedimento da coligação aristocrático-burguesa contra os camponeses e os operários;
5. Uma ruptura revolucionária com o passado.

Dentre esses cinco determinantes para a construção de uma sociedade democrática e capitalista observa-se que, em termos de classes sociais, os terratenentes deveriam apresentar reduzida força na passagem da sociedade pré-industrial para a sociedade industrial e moderna, haja vista que quanto maior seu poder político e econômico, menor era a força da burguesia para construir uma sociedade democrática e capitalista.

Portanto, a Modernização Conservadora ou as revoluções vindas de cima teve como característica o fato de a burguesia nascida da revolução capitalista não ter forças suficientes para romper com a classe dos proprietários rurais, resultando em um pacto político entre a classe dos terratenentes e a burguesia. Tal pacto se deu com o objetivo de manter um projeto conjunto de construção de uma sociedade capitalista, contudo arraigada em uma estrutura de dominação, em cujo centro de decisão política do Estado os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados.

Em linhas gerais, Barrington Moore Júnior (1975), Poulantzas (1986) e Bendix (1996) apresentaram em seus trabalhos uma característica comum para a interpretação das *revoluções vindas de cima*. Para esses autores, as revoluções burguesas que aconteceram no Japão e na Alemanha varreram da estrutura do poder político as classes dos camponeses e dos trabalhadores para institucionalizarem o pacto político entre os terratenentes e a burguesia industrial. O processo de modernização conservadora conduziu, então, estes países para a formação de uma sociedade industrial moderna, mas com uma estrutura política conservadora, fato que as conduziu ao nazi-fascismo.

Em relação à força dos proprietários rurais esta se manteve forte, criando, assim, um processo de modernização impulsionando o avanço destas economias no capitalismo industrial, entretanto aferradas em uma sociedade política marcada profundamente pelos interesses dos grandes proprietários rurais, os quais criaram obstáculos ao acesso democrático das demais classes sociais ao mercado de terras.

No caso específico da transformação capitalista da agropecuária, os trabalhos de Lênin (1982 e 2002) apontaram como o pacto político tecido no interior do Estado Nacional, na passagem de uma economia pré-industrial para uma economia industrial, determinou, predominantemente, duas vias de desenvolvimento capitalista na agricultura, condicionadas pela configuração da estrutura fundiária destes países.

Neste sentido, Lênin (2002) destacou, ao analisar o *Programa Agrário da Social Democracia da Primeira Revolução Russa de 1905 – 1907*, que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia poderia seguir duas vias que “(...) chamaríamos de caminho tipicamente prussiano e caminho do tipo norte-americano.” (Lênin, 2002, p. 29).

No caso do desenvolvimento capitalista na agricultura, o autor destaca que na primeira via a “(...) exploração feudal do latifúndio transforma-se lentamente numa exploração burguesa-júnker (...). No segundo caso, ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais.” (Lênin, *op. cit.*, p. 29).

Em seu estudo sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia, Lênin (1982) deixou mais claro estas vias de desenvolvimento capitalista da agricultura quando mostrou que na via prussiana “(...) conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga ‘superestrutura’, nessa hipótese, o papel dirigente caberá à burguesia e ao latifundiário liberal-monárquicos (...).” (Lênin, 1982, p. 10).

Já no caso do caminho norte-americano, “(...) a grande propriedade fundiária e todos os pilares da antiga ‘superestrutura’ que lhe correspondem são destruídos; o papel dirigente é desempenhado pelo proletariado e pela massa camponesa [...] assegurando o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista (...).” (Lênin, *op. cit.*, p. 11).

Por tudo isto, Lênin destaca que a via prussiana foi marcada pela transformação capitalista da grande propriedade rural sem que haja uma fragmentação da estrutura fundiária. Deste modo, o camponês que não conseguiu adotar um padrão tipicamente capitalista com o uso de

tecnologias e de técnicas modernas, foi desapropriado e lançado, pela concorrência *inter capital*, para fora de sua unidade de exploração agrícola, não mais como proprietário dos meios de produção, mas como proprietário da força de trabalho, constituindo, assim, relações de trabalho tipicamente capitalistas.

Já no caso da via norte-americana a transformação capitalista determinou uma fragmentação da estrutura fundiária, em que as propriedades rurais nascidas deste padrão tipicamente capitalista estavam arraigadas em pequenas unidades de exploração agrícola que mantiveram relações de trabalho predominantemente familiares. Neste sentido, o avanço do capitalismo no campo aconteceu sobre uma agricultura capitalista familiar.

Por sua vez, o próximo item desta investigação tem por objetivo entender como o termo modernização conservadora foi adotado pelos pensadores econômicos e sociais nacionais. Não obstante, é importante destacar que este termo foi cunhado para refletir as bases objetivas históricas, sociais e estruturais específicas das economias da Alemanha e do Japão que, desde a II Guerra Mundial, são considerados países desenvolvidos.

Desta forma, há de se fazer as mediações históricas e teóricas necessárias para compreender as especificidades dos países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil, uma vez que a formação econômica e social nacional é diferente daquela encontrada nos países da Europa Ocidental, Japão e Alemanha. Isto se deu porque o progresso técnico penetrou a estrutura econômica brasileira de forma diferenciada, constituindo, assim, uma sociedade crivada pela existência, no mesmo espaço e tempo, de uma economia moderna e uma economia arcaica.

Deste modo, Celso Furtado (1965) destacou que “(...) o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas.” (Furtado, 1965, p. 184).

Deste modo, as estruturas econômicas e sociais dos países desenvolvidos apresentam menor grau de heterogeneidade quando comparado aos países subdesenvolvidos, dado que as elites dominantes dos países centrais construíram um projeto de nação que incorporou ao sistema econômico capitalista os estratos inferiores da estrutura social. No caso do Brasil, a elite

dominante criou empecilhos ao acesso à cidadania e à democracia, visto que as classes inferiores foram e continuam sendo alijadas das vantagens proporcionadas pela modernização<sup>7</sup>.

## **2. O Uso do Termo Modernização Conservadora pelos Analistas Brasileiros**

Entre os pensadores nacionais, o trabalho inaugural que apresentou o conceito de modernização conservadora é de autoria de Alberto Passos Guimarães. Para o autor, “(...) a ‘estratégia de modernização conservadora’, assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária.” (Guimarães, 1977, p. 3).

Portanto, a argumentação de Alberto Passos Guimarães é construída levando-se em consideração apenas o elemento econômico do processo de modernização conservadora, uma vez que o autor caracteriza o processo como a penetração do progresso técnico na unidade de exploração agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação na estrutura fundiária nacional.

Deste modo, Guimarães (1977), ao transpor para a realidade nacional o termo cunhado por Barrington Moore Júnior, não teve o cuidado de realizar as devidas mediações históricas e teóricas necessárias à compreensão das especificidades do caso brasileiro, diferente daquele encontrado no modelo de desenvolvimento capitalista da Alemanha e do Japão. Deste modo, seu foco central de análise reduziu-se à vertente econômica, dado que analisou somente como o progresso técnico penetrou nas grandes unidades de exploração agrícola.

Por tudo isto, o autor não refletiu sobre o pacto político conservador urdido entre a burguesia nacional e os terratenentes no interior do Estado que determinou o rumo e o ritmo do desenvolvimento capitalista da sociedade nacional. Neste sentido, este teórico não conseguiu perceber que o pacto tecido pela elite dominante criou fortes obstáculos para o acesso democrático das demais classes sociais aos mercados de terras, de capital, de trabalho e à democracia e à cidadania.

---

<sup>7</sup> Não é objetivo de esta discussão aprofundar neste debate, uma vez que se trata de uma temática sociológica e foge ao escopo principal desta investigação demandando, assim, outros trabalhos de pesquisa.

Para equacionar a lacuna deixada por Guimarães (1977), o trabalho sociológico desenvolvido por Azevêdo (1982) preocupou-se com o aspecto histórico e político do processo de modernização conservadora. Para o autor, seguindo Barrington Moore Júnior,

(...) dependendo das circunstâncias históricas e nacionais, a burguesia pode desempenhar um papel reacionário ou revolucionário, aliar-se às velhas classes dominantes e promover uma modernização conservadora, através da revolução passiva, de caráter elitista e autoritário, promovendo transformações pelo alto. (Azevêdo, 1982, p. 24).

Desta forma, este autor remete a questão da modernização conservadora para a esfera política, indicando que é no interior do Estado que são tecidos os compromissos entre a nova e a velha elite dominante a fim de se manterem no poder e, com isto, criam-se empecilhos de acesso das classes sociais ao centro de decisão do Estado.

Neste sentido, Azevêdo (1982) aponta que a relação política e econômica entre os terratenentes (representantes da velha elite dominante) e a burguesia nacional (nascida da revolução burguesa) não determinaram uma metamorfose profunda nas relações de poder político do Estado Nacional porque “(...) não implicam um antagonismo entre a nova e a velha classe social dominante, até mesmo porque esta última, mantendo o monopólio da terra, cobrará parte da mais-valia apropriada pelo capital investido no campo, a título de renda fundiária.” (Azevêdo, *op. cit.*, p. 26).

Deste modo, as elites dominantes permaneceram arraigadas na estrutura do poder político nacional, determinando os caminhos do desenvolvimento capitalista nacional que em sua vertente agrária se objetivou “(...) na manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável.” (Azevêdo, *op. cit.*, p. 28).

Entretanto, o trabalho de Azevêdo (1982) não detalhou a discussão dos impactos determinados pelo processo de modernização conservadora na questão demográfica, dado que a transformação capitalista da unidade de exploração agrícola não aconteceu de forma homogênea entre os produtores rurais, causando, assim, uma forte expulsão do homem do campo para os principais centros urbanos nacionais.

Para aprofundar neste debate, o trabalho sociológico de Martine e Garcia (1987) centrou-se no debate que mostrou como o processo de modernização conservadora foi um dos principais vetores para a expansão e a aceleração do êxodo rural na economia brasileira. Para os autores, o

(...) modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da Revolução verde, em meados da década de 60, que se acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores. (Martine e Garcia, 1987, p. 61).

Por sua vez, entre os pensadores econômicos nacionais, outro estudo que merece consideração especial é o de Ignácio Rangel, que mesmo não utilizando explicitamente o termo modernização conservadora, uma vez que o seu referencial era a obra de Lênin, destacou que

(...) uma classe tão pouco fora caracterizada e consciente de si mesma nunca poderia ter conduzido a sociedade brasileira pelos tortuosos caminhos da industrialização, não fora a sua aliança, embora na condição de sócio menor, com outra classe social, muito mais amadurecida e segura de si, muito mais politicamente organizada, como era o latifúndio brasileiro da época. (Rangel, 2005, vol. II, p. 84).

Ao discutir a viabilidade política e social de uma revolução burguesa no Brasil, o autor enfatiza que “Ora, não há no interior da sociedade brasileira coisa alguma que faça prever tal revolução, de resto sem precedentes em nossa historia, cuja evolução se opera pelo processo de mudanças de atitude do grupo dirigente da sociedade, sem ruptura formal de identidade do grupo dirigente.” (Rangel, 2005, vol. II, p. 61).

Assim sendo, a argumentação de Ignácio Rangel fundamenta-se na idéia de que as relações políticas conservadoras tecidas entre a burguesia nacional e os terratenentes foram fortes, a ponto de criarem dificuldades para quaisquer tentativas democráticas de acesso ao poder político por parte das demais classes sociais.

Deste modo, a visão de Ignácio Rangel é corroborada pelas argumentações de Barrington Moore Júnior (1975), quando este destacou que o impulso revolucionário das burguesias alemãs e japonesas não foram suficientemente fortes para deslocar do centro do poder político do Estado as classes dos terratenentes ou, então, as observações de Nicos Polantz (1986) sobre a ausência de capacidade política da burguesia nacional de fazer sua própria revolução.

Para reforçar esta argumentação, Draibe (1985) explicou que a autonomia do Estado



(...) não era nem plena nem absoluta: enraizava-se numa multiplicidade de forças políticas heterogêneas, *mas que tinham um sentido social e expressavam relações definidas na luta política*. Assim, se a heterogeneidade e a incapacidade hegemônica das classes sociais fundaram a autonomia do Estado, as correlações instáveis de força definidas no campo da luta política demarcaram não apenas os *limites* em que se exercia esta ação autônoma como o *sentido* que ela haveria de ter. (Draibe, 1985, p. 43).

Por tudo isto, Fernandes (1991) explica que a obliquidade da burguesia nacional se constituiu porque a revolução burguesa no Brasil, nos anos 30 do século XX, conduziu o país pelos caminhos de um capitalismo dependente cujos traços centrais estruturaram-se em uma dominação burguesa que apresenta

(...) dois pólos: um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades ‘patrióticas’ e ‘democráticas’ ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela forma de articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada ‘comunidade internacional de negócios. (Fernandes, 1991, p. 144).

Então, a modernização econômica do Brasil foi condicionada pelos interesses da burguesia nacional, internacional e os terratenentes que acabaram determinando um padrão de capitalismo dependente, que amarrou ainda mais os interesses conservadores à lógica da “(...) permissividade com os movimentos especulativos, a obliquidade patrimonialista (...)” (Lessa e Dain, 1998, p. 260).

Logo, a modernização da grande exploração agrícola foi retratada como “(...) a implementação da via prussiana no Brasil [a qual] foi por diversos autores denominada de ‘modernização conservadora’ da agropecuária brasileira.” (Ramos, 2007, p. 35). De acordo com Ramos (2007), o padrão agrícola nacional seguiu os caminhos da modernização da grande propriedade agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação da estrutura fundiária nacional<sup>8</sup>.

Mesmo que o padrão agrícola nacional tenha percorrido os caminhos da via prussiana, ainda assim é importante destacar que existiram formações de setores “(...) de pequenos e médios produtores altamente capitalizados”. (Sorj, 1980, p. 145), que contribuíram para a constituição de

---

<sup>8</sup> Esse comentário é corroborado pelas observações de Delgado (2005) “É importante ter em conta que a chamada ‘modernização conservadora’ da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária.” (Delgado, 2005, p. 34).

uma agricultura familiar capitalista. Para Sorj (1980), o processo de modernização da agricultura nacional constituiu três setores característicos<sup>9</sup>:

- a) Um setor de empresas fundadas nas relações de produção capitalistas e tecnologia moderna;
- b) Um setor de empresas familiares altamente capitalizadas, fundadas no trabalho familiar com pouca ou nenhuma utilização de trabalho assalariado;
- c) Um setor de produção tradicional, baseado na pequena propriedade familiar ou arrendamento e parcerias tradicional e na exploração pecuária extensiva;

Por tudo isto, o processo de modernização da grande propriedade rural foi responsável por liberar mão-de-obra e terras para o processo de produção agropecuário, uma vez que o avanço do progresso técnico proporcionou um incremento na produtividade do trabalho que refletiu na expansão da produção agropecuária. Por sua vez, o processo de modernização da grande unidade de exploração agrícola aconteceu como se “(...) a mão-de-obra fosse escassa e cara e o capital abundante e barato.” (Rangel, 2005, vol. II, p. 101).

Neste sentido, Ignácio Rangel mostrou que a questão agrária nacional não estava presa ao fracionamento da grande propriedade rural, pois a concentração fundiária não era um obstáculo para a expansão da industrialização nacional<sup>10</sup>. Esta industrialização poderia acontecer mesmo em um ambiente de concentração fundiária porque a grande unidade de exploração agropecuária tradicional, ao ser penetrada pelas forças produtivas capitalistas, expandiu o produto do trabalho sem demandar maiores áreas agricultáveis.<sup>11</sup>

Além disto, o uso de insumos industriais nas unidades de exploração agropecuária retirava da terra aqueles proprietários rurais que não conseguiam se modernizar, lançando-os como mão-de-obra livre aos mercados de trabalho capitalistas. Desta feita, a força de trabalho e a terra

---

<sup>9</sup> Cf. Sorj, 1980, p. 124.

<sup>10</sup> Segundo Paim (1998) “Rangel ficou à margem de toda atividade política. Continuou aprofundando a tese sobre a industrialização sem reforma agrária e sob a égide do Estado.” (Paim, 1998, p. 59). Opinião também expressa por Mamigonian (1998) “Além de elaborar a idéia da desnecessidade de reforma agrária para o avanço da industrialização, idéia de fundamental importância (...)” (Mamigonian, 1998, p. 132).

<sup>11</sup> Entretanto, é importante registrar que Ignácio Rangel não foi contrário ao fracionamento da grande exploração agrícola, dado que para o autor “(...) a realização ou não de uma reforma agrária no País era um problema da correlação de forças políticas que presidiam o nosso desenvolvimento (como ele gostava de dizer), e não uma condição para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira.” (Graziano da Silva, 2000, p. 26 *apud* Rangel, 2000).

tornaram-se abundantes no país e não criaram obstáculos ao desenvolvimento industrial, uma vez que a agropecuária exerceu suas funções no modelo de substituição de importações<sup>12</sup>.

De acordo com o autor, o cerne da questão agrária nacional era decorrente do hiato estrutural determinado pelo descompasso entre a penetração das forças produtivas capitalistas na agropecuária nacional e a absorção dos trabalhadores expulsos por esta modernização agropecuária nos mercados de trabalho capitalistas (urbano e industrial). Como descrito por Ignácio Rangel, a questão agrária é

(...) um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão-de-obra pelo *complexo rural* ou autarcia familiar e de integração dessa mesma mão-de-obra no quadro da economia social (de mercado ou socialista) – é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como *crise agrária*. (Rangel, 2000, p. 144 *et. seq.*)

Desta forma, cada vez mais havia a penetração do progresso técnico nas grandes unidades de exploração agropecuárias nacionais e mais terras eram libertas pelo capital, que adicionadas às áreas de expansão da fronteira agrícola ampliaram muito o estoque de terras disponíveis para fins mercantis. Logo, o problema de acesso à terra não era mais jurídico<sup>13</sup>, mas sim econômico.

No dizer de Ignácio Rangel (2005),

(...) a questão da terra, no Brasil e no presente estágio do seu desenvolvimento, emergiu essencialmente como uma *questão financeira*. Por outras palavras, a terra não se redistribuiu, subdivide-se, porque se tornou proibitivamente cara, e é não pelos motivos convencionais [...] mas sim pelo que propus que batizássemos de quarta renda, isto é, da *expectativa de valorização*. (Rangel, 2005, vol.II, p. 146)

Por tudo isto, o processo de modernização conservadora da agropecuária nacional foi marcado por uma exclusão autoritária das classes sociais do acesso aos mercados de dinheiro, trabalho e terras. No caso específico do mercado de dinheiro, Szmrecsányi e Ramos (2002) argumentam que “(...) o próprio Banco do Brasil, principal agente executor da política em questão acabou por privilegiar à luz da lógica bancária adotada, as transações de maior porte, que

<sup>12</sup> Cf. Szmrecsányi e Ramos (2002) “(...) um dos pressupostos básicos das políticas agrícolas então em vigor residia justamente na crença de que a estrutura agrária concentrada não representava qualquer empecilho ao aumento da produção e da produtividade setoriais.” (Szmrecsányi e Ramos, 2002, p. 233)

<sup>13</sup> Constituição de um arcabouço de leis, normas e instituições fiscalizadoras para o pleno exercício da propriedade privada.

são feitas, evidentemente, por grandes produtores e/ou intermediários e beneficiadores.” (Szmrecsányi e Ramos, 2002, p. 245)<sup>14</sup>.

Então, constata-se que aqueles produtores rurais que tiveram acesso ao mercado de dinheiro conseguiram incorporar em suas funções de produção as inovações tecnológicas desenvolvidas, principalmente pelas multinacionais dos setores voltados para a agricultura. Por sua vez, a intervenção do Estado brasileiro no mercado de dinheiro criou as condições objetivas para “(...) uma integração das grandes propriedades rurais com as agroindústrias.” (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1985, p. 53).

É neste sentido que se materializou o processo de modernização conservadora na agropecuária nacional, pois estimulou os produtores rurais a demandarem produtos industriais, aglutinando-os aos elos das cadeias produtivas dos vários complexos agroindustriais nacionais. Por tudo isto, aqueles produtores rurais que se integraram às cadeias produtivas dos complexos agroindustriais tiveram condições objetivas para garantir a reprodução ampliada do seu capital e, com isto, se manterem nos mercados agropecuários.

Portanto, é no interior deste novo padrão agrícola, alicerçado nos complexos agroindustriais, que as forças produtivas capitalistas penetraram o espaço econômico do setor agropecuário, transformando-o em capitalista e empresarial. Mas é importante registrar que este processo aconteceu em sua forma parcial porque contemplou somente parte dos produtores agropecuários.

Aquela alíquota de produtores rurais que não conseguiram romper o invólucro da agropecuária tradicional permaneceu como “(...) parte da superpopulação relativa no campo, como membros não-remunerados da força de trabalho familiar nas pequenas explorações ou são lançados nas zonas urbanas ao ‘rebotelho da sociedade’ – o lumpesinato –, constituído pelos trombadinhas, prostitutas, mendigos e ladrões.” (Graziano da Silva, 1999, p. 103.).

O acesso ao mercado de trabalho não aconteceu de forma democrática entre as classes sociais, pois aqueles produtores rurais que perderam suas terras foram lançados ao meio rural como mão-de-obra livre. Como não conseguiram arrumar nenhum tipo de colocação, isto é, como colonos, agregados e moradores, foram para os principais centros urbanos e industriais do país

---

14 A argumentação sobre a concentração do crédito rural nas mãos dos grandes proprietários rurais é encontrada também em Sorj (1980), Sayad (1984) e Leite (2001).

em busca de novos postos de trabalho. Entretanto, o núcleo capitalista (industrial e urbano), em decorrência das crises econômicas vivenciadas pela economia brasileira, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, não absorveu todo o excedente de trabalhadores expulsos da terra.

A questão agrária tornou-se então mais grave, haja vista que o descompasso entre a expulsão de mão-de-obra livre do setor rural foi mais forte *vis-à-vis* a absorção destes trabalhadores pelos núcleos capitalistas. Por sua vez, estes estoques de trabalhadores rurais livres tiveram um papel fundamental para o processo de acumulação de capital, principalmente em uma economia crivada pela heterogeneidade estrutural como a brasileira, porque rebaixou mais o poder de compra dos trabalhadores.

Como destacou Oliveira (2003), a função desta heterogeneidade estrutural da agropecuária nacional foi fornecer

(...) os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação – determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural – e custo de bens e serviços propriamente urbanos; nesses, ponderava fortemente uma estranha forma de ‘economia de subsistência’ urbana [...] tudo forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. (Oliveira, 2003, p. 46).

Em síntese, o processo de modernização da agricultura reforçou a heterogeneidade da agricultura nacional, pois ampliou os hiatos existentes entre os produtores rurais demandadores de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas e os produtores de subsistência. No caso dos produtores tecnificados sua articulação aconteceu no interior dos elos das cadeias produtivas dos vários complexos agroindustriais.

Contudo, estes produtores tecnificados tiveram um forte estímulo das políticas agrícolas e tecnológicas proporcionadas pelo Estado para demandarem cada vez mais os produtos das multinacionais, determinando, por conseguinte, a modernização das grandes unidades de exploração agrícola que aconteceu preservando-se a estrutura fundiária.

### 3. A Preservação da Estrutura Fundiária Brasileira

Em linhas gerais, as interpretações dos autores nacionais sobre o processo de modernização conservadora, mesmo acontecendo sem as devidas mediações históricas e críticas, tiveram uma importância primordial, pois mostraram que houve a penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional, mas chamando a atenção para o fato de que a estrutura fundiária, ao longo dos séculos, manteve-se concentrada, mormente nas grandes unidades de exploração agropecuária.

Neste sentido, o pacto conservador tecido no centro de decisão político do Estado entre a burguesia nascente e os terratenentes determinou que a modernização da economia brasileira avançaria através da industrialização, mas manteria a estrutura fundiária arraigada em grandes propriedades rurais, caracterizando, assim, aquilo que Lênin (2002) chamou de caminho tipicamente prussiano<sup>15</sup>.

Este caminho prussiano serviu como meio material para a transformação da forma e do modo de produção das unidades de processamento agrícolas nacional, pois se objetivaram em uma estrutura fundiária marcada, desde o período colonial, por uma lógica de acumulação de capital enraizada na empresa comercial que era<sup>16</sup>,

(...) mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destina a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (Prado Júnior, 1992, p. 31).

Dessa forma, o controle do acesso à terra tornou-se uma fonte de poder econômico e político, dado que “Esse controle do acesso à propriedade da terra constitui, em seguida à escravidão, o fator mais importante na estrutura da economia agrícola brasileira.” (Furtado, 1975, p. 106). Então, a Lei de Terras de 1850, marco institucional e legal da consolidação da estrutura fundiária nacional, “(...) não lograra, inspirada pelo povoamento e colonização, compensar, pela

<sup>15</sup> Cf. Lênin, 2002, p. 29.

<sup>16</sup>Esse ponto de vista é também compartilhado por Furtado (1975). Segundo esse autor “Nunca se insistirá suficientemente sobre o fato de que a implantação portuguesa na América teve como base a empresa agrícola-comercial. O Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola. [...] A importância da empresa agro-mercantil, no Brasil, está em que ela marcará decisivamente a estrutura da economia e da sociedade que se formarão no país.” (Furtado, 1975, p. 93 *et. seq.*).

pequena propriedade, o rumo expansionista do latifúndio. Reforça, contudo, à margem das sesmarias, algumas posses, voltadas à grande extensão.” (Faoro, 1998, p. 410).

Deste modo, os dados apresentados por Szmrecsányi (1986) e Hoffmann (2000) no período abarcado pelos censos agropecuários demonstram que a evolução da distribuição da posse da terra no Brasil apresentou uma forte concentração, uma vez que estiveram, como pode ser verificado na Fig. 1, localizados no estrato em que os índices de Gini da concentração da propriedade sinalizavam para uma forte concentração na distribuição da posse entre os estabelecimentos agropecuários<sup>17</sup>.

Já no caso do estado de Goiás, constata-se que houve uma ligeira redução na desigualdade da distribuição da posse da terra, entretanto os dados indicam que mesmo assim, o grau de desigualdade na posse da terra permaneceu forte, visto que no período de quinze lustros o índice de Gini ficou, predominantemente, acima de 0,701.

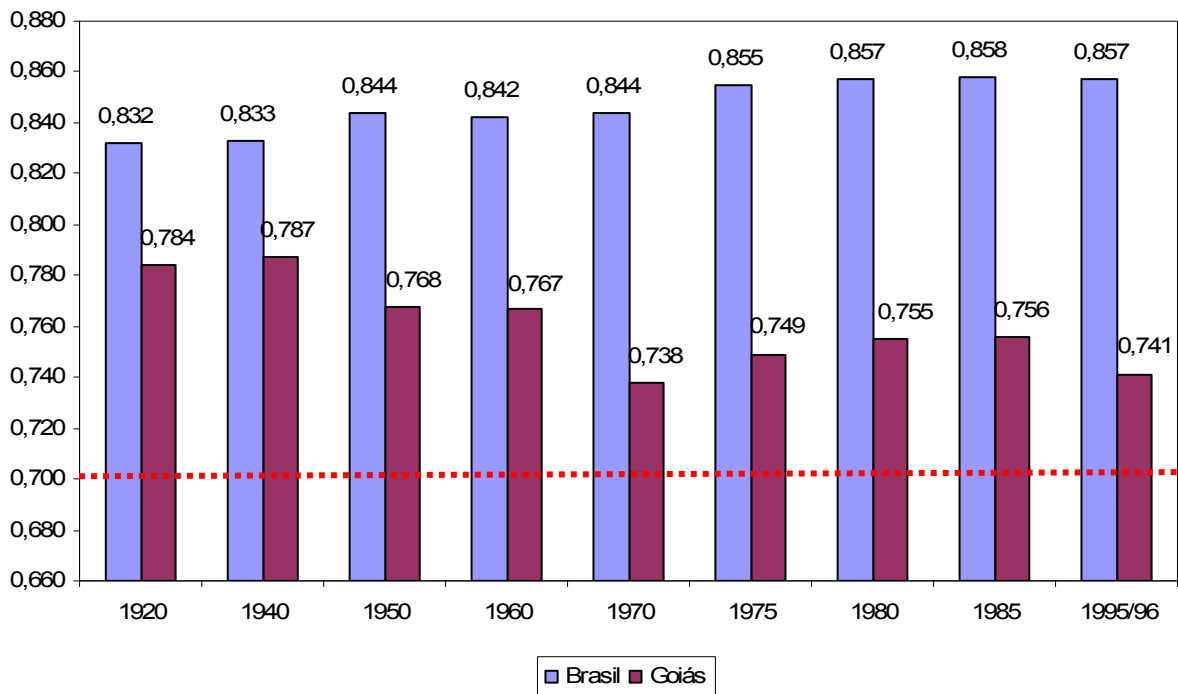


Figura 1 – Brasil e Goiás: Evolução dos índices de Gini da distribuição da posse de terra entre os estabelecimentos agropecuários.

Fonte: Szmrecsányi (1986, p. 193) e Hoffmann (2000)

<sup>17</sup> Segundo a classificação aceita por Szmrecsányi (1986, p. 173), os valores para os índices de Gini são os seguintes: a) 0,501 a 0,700 = concentração média forte; b) 0,701 a 0,900 = concentração forte e muito forte e c) 0,901 a 1,000 = concentração muito forte e absoluta. De 1920 a 1970 os índices de Gini encontram-se em Szmrecsányi (1986) e para os demais anos Hoffmann (2000),

Estes dados sobre a concentração da estrutura fundiária nacional são corroborados pelo estudo de Hoffmann (2007) sobre a distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. Pelas informações apresentadas pelo autor, no interregno de 1967 a 1998, os três indicadores de desigualdade apontam para uma forte concentração na distribuição da posse da terra no Brasil.

Tabela 1 – Desigualdade da distribuição da terra entre os imóveis rurais no Brasil: 1967 – 1998.

Ano	Indicadores de desigualdade			% da área pertencente aos				
	Índice de Gini	Dual do T de Theil	Índice de Atkinson	50% menores	10% maiores	5% maiores	2% maiores	1% maiores
1967	0,836	0,894	0,827	3,5	77,8	65,3	52,7	44,6
1972	0,837	0,906	0,814	3,8	77,9	68,1	55,3	46,0
1978	0,854	0,933	0,837	3,3	80,3	71,6	59,7	50,4
1992	0,833	0,917	0,810	3,9	77,4	67,5	54,5	45,3
1992	0,831	0,909	0,807	3,9	77,1	67,1	53,9	44,6
1998	0,843	0,918	0,825	3,5	78,6	68,9	55,9	46,3

Fonte: Hoffmann (2007, p. 206).

De acordo com os dados da Tab. 1, a área total ocupada pelos 50% menores imóveis rurais no Brasil, entre os anos de 1967 a 1998, permaneceu entre 3,5% a 3,9%, ao passo que os 10% maiores imóveis aglutinaram entre 77,1% a 80,3% da área total. Por sua vez, os dados sobre a área ocupada pelos 2% maiores imóveis rurais não deixam dúvidas sobre a concentração da estrutura fundiária nacional nas grandes unidades de exploração agrícola, uma vez que estes imóveis rurais foram responsáveis por mais de 50% da área total. Além disto, é importante registrar que 1% imóveis rurais detiveram entre 44,6% a 50,4% da área total brasileira.

Neste sentido Hoffmann (2007), ao apresentar os dados sobre a área média e a área mediana dos imóveis rurais no interregno de 1972 a 1992, destacou que

Verifica-se que há muita semelhança entre os indicadores em 1972 e 1992, mostrando a grande estabilidade na estrutura fundiária do Brasil nesses 20 anos. A área média por imóvel rural diminuiu apenas 3%, passando de 109,3 ha em 1972 para 106 ha em 1992. A área mediana apresenta mudança insignificante, caindo de 18,7 ha para 18,5 ha. (Hoffmann, 2007, p. 206).

Este padrão de concentração da estrutura fundiária nas grandes explorações agrícolas também se reproduziu em nível da ocupação da fronteira agrícola, dado que a ocupação do solo nacional aconteceu em dois momentos. O primeiro na região de ocupação antiga que



compreendeu os estados do Sudeste e do Sul e o segundo, após os anos 70, na região de ocupação recente que abrangeu os estados do Centro-Oeste e do Norte do Brasil.

Segundo Ramos (1998) esta ocupação da fronteira agrícola recente aconteceu porque

(...) o Brasil ainda dispunha de enormes reservas de terras, muitas ainda não apropriadas e que agora serviram mais de ‘válvula de escape’, embora também tenham sido apropriadas pelos grandes proprietários. Mas o fato é que se tratava de enormes espaços geográficos. Assim, foi possível combinar alguns programas de colonização e de ocupação dessas novas áreas com a manutenção da estrutura pretérita e, pior ainda, com a sua reprodução na fronteira de ocupação. (Ramos, 1998, p. 92).

Portanto, o fato que merece atenção na argumentação de Ramos (1998) refere-se à concentração, nas regiões de ocupação recente, da estrutura fundiária nas grandes explorações agrícolas, repetindo, assim, o mesmo padrão fundiário encontrado nas regiões de ocupação antiga. Deste modo, não houve uma ruptura com a estrutura fundiária herdada do período colonial e da Lei de Terras de 1850, haja vista que “(...) a questão agrária brasileira foi marcada por uma produção que se expandiu tanto nos latifúndios da região densamente povoada – que lançou mão quer de terras disponíveis no seu interior, quer de novas áreas, assim como nos que foram criados na região de fronteira (...)” (Ramos, 2005, p. 115).

Neste sentido, Szmrecsányi (1986) afirma que “Ainda mais chocante do que extrema concentração da estrutura fundiária do País tem sido a sua permanência, e até sua intensificação, através do tempo. Isto é algo que se deu não apenas no Brasil como um todo, mas também com relação a numerosos Estados.” (Szmrecsányi, 1986, p. 174).

Para corroborar os argumentos de Szmrecsányi (1986), os dados da Tab. 2 demonstram que do total de 4.931.723 imóveis rurais localizados em uma área de 623.410.706 hectares cadastrados no INCRA em 03/04/1998, 2,8% eram grandes propriedades que concentraram 60,2% da área total, ao passo que os minifúndios e pequenas propriedades representavam 87,8% do número de imóveis rurais e 20% da área total.

Em nível regional, o Norte do país apresentou a maior concentração em sua estrutura fundiária, uma vez que 5,4% das grandes propriedades rurais aglutinaram 75% da área dos imóveis rurais. Em seguida vieram o Centro-Oeste com 10,8% dos seus imóveis rurais, concentrando 70,9% da área, o Nordeste com 45,7% da sua área localizada em 1,6% dos imóveis caracterizados como grandes propriedades, o Sudeste com 36,9% da área aglutinada por 2,3% das

grandes propriedades e, por fim, a região Sul que apresentou a menor desconcentração fundiária *vis-à-vis* as demais regiões com 34,3% de sua área reunida em 1,6% das grandes propriedades rurais.

No caso estadual, veja Tab. 2, Acre, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pará, Mato Grosso, Amapá, Roraima e Distrito Federal apresentaram uma estrutura fundiária em que as áreas das grandes propriedades ficaram acima daquela encontrada para o Brasil. Já em relação aos estados de Goiás, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, as grandes propriedades aglutinaram, cada uma, um pouco mais que 50% da área total de seus imóveis rurais. Por tudo isto “A concentração da propriedade fundiária que se revela nos nossos dados estatísticos, é efetiva e real, isto é, representa uma distribuição extremamente irregular da propriedade da terra entre os indivíduos que a ocupam (...)”. (Prado Júnior, 2000, p. 33 *et. seq.*).

Tabela 2 – Brasil e Unidades da Federação: Distribuição do número de imóveis e área total segundo categoria de imóvel rural – posição 03/04/1998 do INCRA.

Brasil, Região e UF	Grande Propriedade		Média Propriedade		Pequena Propriedade		Minifúndio	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
<b>Região Norte</b>	21.518	148.918.603	30.976	17.326.886	122.535	14.726.049	216.102	8.310.532
Acre	616	7.505.171	401	304.778	3.056	350.107	17.589	850.614
Amapá	263	2.862.287	745	342.289	5.945	577.702	3.174	105.758
Amazonas	1.498	30.512.675	2.332	1.232.455	12.110	1.508.746	46.460	1.564.154
Pará	11.833	58.893.443	8.711	4.783.271	42.389	4.595.031	65.204	2.123.772
Rondônia	1.718	26.646.707	4.401	1.691.914	29.924	3.061.332	40.611	1.576.342
Roraima	874	7.454.398	1.512	1.102.672	5.607	756.275	20.682	1.173.177
Tocantins	4.716	15.043.922	12.874	7.869.508	23.504	3.876.856	22.382	916.716
<b>Região Nordeste</b>	22.509	53.446.378	69.844	25.126.195	239.082	21.874.093	1.018.759	14.718.893
Alagoas	842	580.836	2.070	380.214	5.273	290.107	36.789	321.724
Bahia	9.256	21.810.114	26.511	8.999.699	82.619	6.626.029	416.931	5.458.544
Ceará	1.492	2.372.180	7.646	2.607.399	33.397	3.095.364	101.551	1.694.466
Maranhão	4.171	14.894.318	11.478	5.789.724	34.351	4.637.415	58.261	1.861.534
Paraíba	985	920.084	3.889	1.052.889	14.575	1.081.680	90.758	936.947
Pernambuco	1.577	1.537.227	5.339	1.402.011	24.036	1.779.899	134.316	1.532.341
Piauí	2.717	9.603.604	7.747	3.489.009	27.961	3.125.613	78.739	1.830.017
Rio Grande do Norte	958	1.367.265	3.207	967.565	10.036	783.421	37.979	547.696
Sergipe	511	360.750	1.957	437.685	6.834	454.566	63.435	535.624
<b>Região Sudeste</b>	30.676	30.184.615	120.198	23.268.304	378.476	18.701.626	775.482	8.093.861
Espírito Santo	1.364	1.005.821	8.439	1.238.428	41.301	1.597.434	59.867	589.319
Minas Gerais	13.133	17.491.973	60.451	15.214.127	181.706	11.673.352	443.871	5.405.674
Rio de Janeiro	2.137	1.232.271	7.487	911.114	23.870	776.528	48.511	317.588
São Paulo	14.042	10.454.551	43.821	5.904.635	131.599	4.654.311	223.233	1.781.280
<b>Região Sul</b>	22.394	16.926.584	72.902	10.680.035	420.922	13.531.473	884.595	7.663.270
Paraná	9.148	6.709.604	30.493	4.077.588	151.226	4.798.442	295.290	2.539.219
Rio Grande do Sul	9.735	8.000.385	29.927	5.078.140	170.976	5.853.412	393.285	3.516.368
Santa Catarina	3.511	2.216.595	12.482	1.524.307	98.720	2.879.619	196.020	1.607.682
<b>Região Centro-Oeste</b>	42.731	125.537.848	74.406	32.108.404	119.356	12.719.978	150.945	3.827.404
Distrito Federal	650	197.006	1.140	44.282	2.533	24.658	5.401	13.073
Goiás	12.820	19.041.338	33.400	9.850.283	60.730	4.628.699	56.203	1.069.602
Mato Grosso	17.061	76.305.080	25.009	16.528.074	37.185	6.362.006	56.499	2.161.246
Mato Grosso do Sul	12.200	29.994.423	14.857	5.685.765	18.908	1.704.616	32.842	583.482
<b>Brasil</b>	139.828	375.014.028	368.326	108.509.824	1.280.371	81.553.218	3.045.883	42.613.959

Fonte: INCRA/DF/DFC – Apuração especial número 00588 – SNCR – Dez/05

Nota:

- A classificação da estrutura fundiária brasileira em grande propriedade, média propriedade, pequena propriedade e minifúndio segue a metodologia elaborada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- Na somatória do número de imóveis e a área total, o INCRA classificou também os imóveis rurais que não possuíam informações de área explorável ou com informações divergentes entre os formulários de dados sobre estrutura e dados sobre uso, como também aqueles imóveis não classificados com declaração de projeto técnico de acordo com o artigo 7º da Lei no. 8.629/1993.

Por sua vez, um dos efeitos desta estrutura fundiária concentrada pode ser verificado nos indicadores de pessoal ocupado, tamanho e intensidade do uso do solo nos estabelecimentos

agropecuários. No caso específico de Goiás, região objeto desta investigação, esses indicadores mostram que as grandes unidades de exploração agrícola<sup>18</sup> utilizam pouco de sua área total para o cultivo de lavouras, uma vez os valores da Tab. 3 demonstraram que os estabelecimentos agropecuários goianos que mais utilizaram sua área total para cultivo de lavouras foram os estratos inferiores a 10 hectares.

Tabela 3 – Goiás: Distribuição do pessoal ocupado e indicadores de intensidade do uso do solo dos estabelecimentos agropecuários por estrato de área total: 1940 - 1985

Ano	< 10ha			10 ha - 1.000 ha			> 1.000 ha		
	PO	AL/AT (%)	AL/PO (ha)	PO	AL/AT (%)	AL/PO (ha)	PO	AL/AT (%)	AL/PO (ha)
1940	17,0	65	0,8	71	3	1,4	13,0	0,7	2,8
1950	7,9	71	1,3	80	3	1,6	12,0	0,7	3,4
1960	10,0	68	1,5	82	5	2,2	8,4	1,0	4,1
1970	8,5	58	1,4	85	9	3,0	6,7	1,7	6,7
1985	11,0	69	1,2	77	12	4,3	12,0	6,4	15,0

Fonte: Ramos (2005, p. 109)

Nota: PO = Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, AL/AT = relação entre as áreas de lavoura e as áreas totais e AL/PO = relação entre as áreas de lavoura e pessoal ocupado.

No caso do indicador AL/PO, os dados demonstram que os estabelecimentos agropecuários que apresentaram maior uso de trabalhadores (todas as pessoas que trabalham no estabelecimento agropecuário com ou sem remuneração) em suas lavouras foram as unidades de exploração agrícolas que se encontram nos estratos inferiores a 10 hectares. Em oposição, as grandes explorações agrícolas demandam um número menor de trabalhadores para cultivarem suas lavouras. Somente a título de exemplificação, no ano de 1985, um trabalhador, em média, era responsável pelo cultivo de 15 hectares na grande propriedade, ao passo que na pequena propriedade este valor era de um trabalhador para 1,2 hectares.

Portanto, os dados apontados anteriormente indicam que o processo de modernização das unidades de exploração agrícolas no Brasil, e especialmente no estado de Goiás, aconteceu em unidades de exploração agrícolas que criaram raízes nas médias e nas grandes propriedades rurais, demonstrando assim, que a estrutura fundiária nacional e goiana concentrou-se nas grandes unidades de exploração agrícola, como destacou Barrington Moore Júnior para o caso alemão e japonês.

<sup>18</sup> Cf. Ramos (2005) “(...) representados pelos estabelecimentos com mil e mais.” (Ramos, 2005, p. 106).

#### **4. Observações Finais**

Em linhas gerais, o termo modernização conservadora foi elaborado por Barrington Moore Júnior para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes.

Neste sentido, os pensadores nacionais utilizaram o termo de Barrington Moore Júnior para compreender o processo de desenvolvimento capitalista de um país subdesenvolvido como é o caso do Brasil. Logo, não fizeram uma transposição crítica do termo modernização conservadora nem levaram em consideração os aspectos históricos que nos separam das sociedades alemã e japonesa que, desde o final da II Guerra Mundial, são considerados países desenvolvidos.

Desde modo, o ponto importante destacado pelos pensadores nacionais foi que o processo de modernização conservadora objetivou-se em uma estrutura fundiária marcada desde o período colonial pela concentração em grandes unidades agrícolas, fato demonstrado no ano de 1998 pelos dados do INCRA: 60,2% da área das grandes propriedades nacionais concentram-se em 2,8% dos imóveis rurais. Deste modo, a estrutura fundiária nacional enraizou-se predominantemente em unidades de explorações agrícolas que se modernizaram seguindo o caminho da via prussiana, isto é, transformando as unidades de exploração agrícola em capitalista sem que houvesse o fracionamento da estrutura fundiária nacional.

Portanto, o próximo capítulo tem por objetivo mostrar como as forças capitalistas vão penetrando o espaço da região objeto de estudo, embora sem determinar quaisquer transformações na estrutura fundiária do estado de Goiás. Mesmo naquele momento em que houve a intervenção do governo federal para construir uma estrutura fundiária diferente daquela historicamente encontrada no estado, como foi o caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, o pacto conservador tecido entre as elites dominantes teve um papel importante para criar obstáculos para o fracionamento da estrutura fundiária.

## CAPÍTULO 2

### FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ECONÔMICA EM GOIÁS: O INTERREGNO DE 1726 A 1975

---

O objetivo geral desta parte da investigação é analisar por que as alterações econômicas em Goiás, no interregno de 1726 a 1975, não tiveram forças suficientes para estimular as mudanças na estrutura e nas atividades agropecuárias da região objeto de estudo. Para tanto, levou-se em consideração os seguintes objetivos específicos: a) Discutir, em linhas gerais, o processo formação econômica de Goiás, b) Analisar as modificações na estrutura econômica de Goiás, c) Examinar uma experiência fracassada de desconcentração fundiária existente em Goiás e, por fim, d) Discutir a evolução e limitações da estrutura e das atividades agropecuárias no período de 1920 a 1975<sup>19</sup>.

Para fazer o percurso proposto nessa parte do trabalho será realizada uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental objetivando traçar os caminhos trilhados por historiadores e economistas que discutiram a formação econômica de Goiás, tais como: Bertran (1988), Palacín e Moraes (1989), Chaul (1997 e 2000), Estevam (1998 e 2004), Borges (2000 e 2005), Campos (2003), Aguiar (2003) e Assis (2005). Já no caso das determinações gerais, as interpretações realizadas por Furtado (1989), Caio Prado Júnior (1992) e Wilson Cano (1998a e 1998b) são suficientes para compreender como a economia brasileira entrelaçou-se com a economia goiana.

#### **1. Formação Econômica de Goiás**

Para compreender os objetivos do processo de formação econômica de Goiás faz-se necessário, primeiramente, analisar como a dinâmica da economia brasileira condicionou o desenvolvimento econômico deste estado, haja vista que o Brasil nasceu como uma colônia de exploração vista pelo europeu como uma empresa agro-mercantil constituída para gerar um

---

<sup>19</sup> É importante destacar que a periodização adotada na tese reflete pontos no tempo que apresentaram destaque em termos de mudanças na estrutura da econômica goiana. Entretanto, em essência, o fio condutor da argumentação é tecido como um processo histórico de formação e evolução da economia goiana.

excedente econômico exportado para Portugal a fim de servir aos mercados dos países centrais, sobretudo, dos europeus.

É neste ambiente econômico que o estado de Goiás foi moldado e ficou desconectado do restante do país até a descoberta de ouro em suas terras, visto que não existia nenhum interesse da metrópole lusitana em desenvolver esta porção do território nacional em decorrência da ausência de um produto tropical que apresentasse rentabilidade econômica. A economia goiana, mesmo no período áureo do ciclo do ouro, não criou as condições materiais para o processo de diversificação produtivo, pois além dos impedimentos jurídicos e normativos da coroa portuguesa, havia também os impedimentos econômicos.

Por tudo isto, não houve a formação de um mercado interno robusto, pois a população do estado era predominantemente rural e escrava e ainda as vias de transportes, que ligavam esta porção do território nacional às demais regiões do país, eram precárias e escassas. Deste modo, Goiás estava economicamente isolada do resto do Brasil, fator que favoreceu para a constituição de uma agropecuária de subsistência com o esgotamento do ciclo do ouro.

Deste modo, a preocupação central da coroa portuguesa no período aurífero foi a de ampliar a produção de ouro na colônia para abastecer a metrópole, gerando, portanto, as divisas necessárias para manter uma balança comercial favorável. Para isso se materializar, (veja Tab. 1), a população escrava em Goiás cresceu, no período de 1804 a 1819, quase o dobro da população livre, pois assim, haveria um número maior de mãos batendo suas bateias nos rios *goyases* à procura do metal.

Tabela 1 – População em Goiás: 1804 – 1890

Ano	Livres	%	Escravos	%	Total
1804	30.659	60,7	19.880	39,3	50.539
1809	30.338	60,2	20.057	39,8	50.395
1819	36.368	57,6	26.800	42,4	63.168
1824	49.143	78,7	13.275	21,3	62.418
1856	106.998	89,9	12.054	10,1	119.052
1857	109.659	89,4	12.934	10,6	122.593
1862	121.000	89,6	14.000	10,4	135.000
1868	145.000	90,6	15.000	9,4	160.000
1872	149.743	93,4	10.652	6,6	160.395

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados encontrados em Estevam (1998, p. 61).

Entretanto, a partir de 1819 a expansão da mão-de-obra escrava apresentou uma trajetória de reversão em decorrência decadência do ouro. No quinquênio de 1795 – 1799 a produção de

ouro em Goiás apresentou fortes sinais de esgotamento, visto que foram retirados 750 quilos de ouro, quantidade correspondente a 23,1% do ouro das Minas Gerais<sup>20</sup>. Estes dados indicam que “A economia aurífera goiana foi bastante modesta com relação à de Minas Gerais não somente com referência ao rendimento físico, mas também em termos demográficos, de prospecção do metal e de adensamento das jazidas”. (Estevam, 1998, p. 41).

Logo, não houve no período do ciclo do ouro goiano o desenvolvimento de atividades manufatureiras expressivas, pois as mercadorias necessárias para movimentar o diminuto mercado da região eram provenientes da capitania de São Paulo. Essa ausência de diversificação produtiva decorreu de um alvará editado pela coroa lusitana em 5 de janeiro de 1785 proibindo e extinguindo qualquer atividade manufatureira em terras brasileiras.

Desta forma, grande parte das manufaturas comercializadas na colônia provinha de Portugal, que as comprava da Inglaterra. Nesse sentido, o pacto colonial favoreceu o desenvolvimento industrial inglês porque irrigou esse país com os metais preciosos provenientes das regiões auríferas brasileiras que os trocavam com a Inglaterra por produtos industrializados<sup>21</sup>. Conseqüentemente, parte do ouro brasileiro serviu para induzir os investimentos de ampliação da capacidade produtiva e de desenvolvimento tecnológico da Revolução Industrial, como também para desenvolver o sistema financeiro inglês.

Por conseguinte, a postura lusitana de manter a proibição do desenvolvimento manufatureiro na colônia brasileira derivou do “(...) interesse do governo – dentro da mentalidade mercantilista de especialização para a exportação, concentrar todo esforço na produção do ouro; com essa finalidade proibia ou dificultava outros ramos de produção.” (Palacín e Moraes, 1989, p. 17).

Por isso, somente em 1808, em plena decadência da economia aurífera, Portugal revogou o alvará de 5 de janeiro de 1785 para estimular a atividade econômica na capitania de Goiás, pois nesse momento histórico havia somente a pecuária extensiva como opção econômica para a geração de renda em Goiás.

---

<sup>20</sup> Estes dados foram retirados do trabalho de Estevam (1998, p. 40).

<sup>21</sup> Em termos espaciais, “A base geográfica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira, no atual Estado de Minas Gerais, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás”. (Furtado, 1989, p. 78).



Em vista disso, a atividade manufatureira contribuiu muito pouco para dinamizar a economia, pois os estímulos provenientes das minas descobertas não foram suficientes para reverter o quadro de esgotamento econômico existente nesse momento histórico, dado que o ouro não criou as bases objetivas para a formação de um mercado de trabalho e mercadorias tipicamente capitalistas reduzindo, assim, as iniciativas dos agentes econômicos, particularmente os responsáveis pela intermediação mercantil e os mineradores, em investirem nas atividades manufatureiras.

Na opinião de Estevam (1998) o problema do esgotamento econômico de Goiás encontrava-se em sua formação econômica, pois as relações de trabalho eram cristalizadas no escravismo. Neste sentido,

A estrutura escravista impediu diversificação econômica fornecendo resposta a diversas questões. Por primeiro, o regime escravista bloqueou possibilidades de inversões tecnológicas e conduziu a uma economia de baixos rendimentos e caráter eminentemente predatório. O crescimento da atividade se deu em função da agregação de fatores, de forma extensiva e através da dilapidação da natureza. Em segundo lugar, as relações escravistas, além de limitar o mercado interno, cercearam o surgimento de tensões sociais que pudessem conduzir a transformações sócio-econômicas. (Estevam, 1998, p. 50 *et seq.*).

Já pelo lado da demanda havia uma população urbana que, no auge da produção do ouro, era inferior a 20.000 mil habitantes, sendo a metade de escravos, que não recebiam nenhuma remuneração na forma de salários. Do restante, parte eram trabalhadores livres, que viviam como faiscadores em busca da riqueza rápida e não se interessavam em empregar parte da sua riqueza em atividades manufatureiras.

Além disso, existiam outros elementos que contribuíram muito para a diminuta acumulação de capital na capitania goiana. Entre eles podem se destacar os seguintes: a) os mineradores eram fortemente tributados pela coroa lusitana, reduzindo ainda mais sua parcela na renda total; b) uma porção das mercadorias, alimentos e demais bens de consumo não duráveis eram provenientes de outras capitanias, mormente São Paulo, fato que contribuiu para os intermediários majorarem os preços dos produtos comercializados em terras *goyases*.

Esta majoração do preço foi decorrente dos precários caminhos e distâncias que interligavam Goiás às demais regiões brasileiras, fator que contribuiu para aumentar as incertezas nos negócios dos intermediários que as transferiram para o processo de formação dos preços

comercializados em Goiás tornando-os exorbitantes. Tudo isso favoreceu a descapitalização dos agentes econômicos goianos, restringindo, assim, o crescimento do mercado interno.

Com o esgotamento da economia aurífera goiana, a agropecuária, que exercia uma função secundária durante o ciclo do ouro tornou-se a principal atividade econômica do estado. No entanto, a sua dinâmica econômica era diminuta, pois se tratava de uma atividade de subsistência. Por isso, “Goiás viveu um longo período de transição. Desaparecera uma economia mineradora de alto teor comercial. Nascia uma economia agrária, fechada, de subsistência, produzindo apenas algum excedente para a aquisição de gêneros essenciais, como: sal, ferramentas etc.” (Palacín e Moraes, 1989, p. 46).

Entretanto, mesmo apresentando baixa dinâmica econômica, o movimento migratório, ao longo do século XIX, continuou acontecendo em Goiás, pois de 1849 a 1890 a taxa de crescimento anual da população goiana foi de 2,6% ao ano, passando, portanto, dos 79.000 habitantes para 227.000 habitantes<sup>22</sup>. Parte desse aumento populacional aconteceu porque um contingente de imigrantes veio penetrando pelo norte de Goiás, principalmente os maranhenses, os paraenses, os baianos e a outra parte de imigrantes atravessou o sul do estado procedente de Minas Gerais e São Paulo, todos com o objetivo de ocupar as terras devolutas encontradas em terras *goyases*.

Não obstante, essa ocupação demográfica do território goiano não impulsionou o crescimento do mercado de trabalho tipicamente capitalista, pois criou uma massa de trabalhadores agregados à fazenda que era explorada por meio da coação e da dívida que contraíam com o proprietário rural. Isso aconteceu porque a fazenda goiana estava umbilicalmente ligada à pecuária extensiva prescindindo da existência de uma massa de mão-de-obra que alienasse sua força de trabalho em troca de salário. Desta forma, “(...) o caráter da economia bovina – atividade dominante – dispensava maior utilização de trabalhadores.” (Estevam, 2004, p. 28).

Por tudo isto, a economia goiana enraizou-se na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência permanecendo por um longo período com baixo dinamismo econômico, quebrado com a aproximação da Estrada de Ferro Mogiana, que penetrou o Triângulo Mineiro em 1889, chegando em Araguari – MG em 1896, cidade situada nas proximidades de Goiás.

---

<sup>22</sup> Os dados foram obtidos em Palacín e Moraes (1989, p. 63).

Neste sentido, esta proximidade do território mineiro favoreceu o despertar do crescimento agropecuário da região sul de Goiás, pois os trilhos da Mogiana tiveram um papel primordial para induzir a dinâmica do entorno de Araguari, visto que reduziu os custos do transportes entre esta região de Minas Gerais e Campinas – SP.

Este fator econômico teve um papel central para induzir as trocas mercantis entre os entes federados, favorecendo, assim, a formação de um excedente agropecuário em Goiás, o qual foi canalizado para São Paulo que impulsionou o crescimento econômico desta região goiana. Para tanto, estes últimos tópicos serão discutidos com maior profundidade nos itens abaixo.

## **2. As Modificações da Estrutura Econômica: (1895 – 1975)**

Com o fim do ciclo do ouro em Goiás, a dinâmica econômica desta região voltou-se para a agricultura de subsistência e para a pecuária extensiva, visto que as relações mercantis existentes no período aurífero não foram suficientes para induzir as transformações na economia goiana.

É, portanto, da confluência de uma agricultura de subsistência e uma pecuária extensiva, que nascerá uma unidade de exploração agrícola enraizada em uma estrutura fundiária marcada pela média e grande propriedade rural, visto que a ocupação do solo goiano foi realizada pela “(...) prática do apossamento, fenômeno que ocorreu ao longo dos anos, gerando desordem no campo e criando uma mentalidade de avanço sobre a terra (...)” (Daniel da Silva, 2004, p. 116).

Deste modo, o principal vetor para incremento do produto do trabalho agropecuário foi a incorporação de novas áreas de lavoura, pastagens e campos as unidades de exploração agrícola. Este fator teve um papel primordial para o avanço da fronteira agrícola pelo interior do estado.

Por sua vez, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência foram moldadas em terras *goyases* como atividades complementares, pois os hiatos existentes no tempo de produção da pecuária eram preenchidos com o cultivo de culturas de subsistências, como foi o caso do arroz, feijão e mandioca. Assim, a unidade de exploração agrícola goiana foi constituída para criar produtos consumidos internamente havendo, portanto, ténues relações mercantis com outras unidades de exploração agrícolas e com o diminuto setor urbano existente no estado.

Neste sentido, a fazenda goiana arraigou-se em um núcleo básico marcado por relações de trabalho, predominantemente familiares e uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos proprietários rurais. Então, a fazenda goiana constituiu-se a partir da viga mestra que foi a grande exploração agrícola, a qual serviu como meio material para a formação dos laços de poder político dos representantes das oligarquias agrárias no estado<sup>23</sup>.

Para Aguiar (2003) as relações de poder e mando, que se cristalizaram no coronel goiano, tiveram seu nascedouro na forma que esses coronéis “conquistaram”, por meio da posse, grandes áreas devolutas no estado de Goiás<sup>24</sup>. Na opinião da autora,

Assim, embora a terra fosse altamente atraente em termos do poder e perspectiva de riqueza que trazia, o interesse em adquiri-la do governo, dentro dos preceitos legais, não existia também em Goiás, mas provavelmente, o mais importante nesse contexto fosse a concreta possibilidade de se deter um grande patrimônio de terras, base para desencadear o processo de acumulação, sem a efetiva contrapartida de pagamento ao poder público. No caso de Goiás, o que pode ser constatado também foi a constituição de uma camada de grandes proprietários que, naturalmente, mantinha estreita ligação com o poder, com interesses localizados, desvinculando-se dos interesses regionais em termos mais amplos. (Aguiar, 2003, p. 135).

Desta forma, a expansão do produto do trabalho da agropecuária objetivou-se pela posse de novas áreas agrícolas pelo interior do estado não havendo, por conseguinte, nenhum estímulo para a incorporação de técnicas modernas de cultivo, uma vez que a acumulação de capital na fazenda goiana era débil, pois as relações sociais de produção capitalistas eram inexpressivas.

Isto aconteceu porque não havia uma separação econômica nítida entre os trabalhadores e o proprietário da fazenda, pois as bases que alicerçaram essas relações de produção eram familiares. Por tudo isto, o produto do trabalho era apropriado pela família e não como no modo de produção capitalista, em que há uma separação nítida entre aqueles que são donos dos meios de produção e os da força de trabalho.

<sup>23</sup> Uma discussão mais detalhada da estrutura fundiária de Goiás e da região objeto de estudo será apresentada no capítulo 3 deste trabalho.

<sup>24</sup> Para Estevam (2004) “A Lei de Terras esbarrou na realidade socioeconômica de Goiás. Dedicados à pecuária extensiva, os fazendeiros goianos não tinham estímulo para legalizar suas terras. Era um processo caro (por causa das despesas com medição e demarcação) e difícil, especialmente nas zonas mais afastadas. Nesse caso, seria apropriado manter a situação irregular, que possibilitava a incorporação de novas terras sempre que isso se fizesse necessário. Deste modo, a estrutura agrária em Goiás foi-se solidificando de maneira concentrada, com poucas famílias assegurando o controle das terras, mesmo levando-se em conta a existência de vastas extensões desocupadas.” (Estevam, 2004, p. 30 *et. seq.*).

Por outro lado, a diminuta demanda por produtos da fazenda goiana concentrou-se no gado e na cultura do arroz que tinham por objetivo atender os estímulos proporcionados pelo incipiente mercado interno nacional. Isto aconteceu, porque o centro dinâmico da economia nacional era proveniente do mercado externo, não existindo qualquer força interna que quebrassem esta lógica de acumulação de capital, visto que o Brasil se formou “(...) para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu.” (Prado Júnior, 1992, p. 31 *et. seq.*).

Deste modo, o centro que gravitava a economia nacional encontrava-se na região produtora do principal gênero tropical demandado pelos países centrais que, na época, era o café e localizava-se no Oeste Paulista (região compreendida no entorno do eixo Campinas a Ribeirão Preto). Por sua vez, a acumulação de capital cristalizou-se espacialmente causando desequilíbrios regionais, uma vez que existiu uma desarticulação econômica *intra e inter* regional que favoreceu a concentração do poder econômico e político em São Paulo *vis-à-vis* as demais regiões nacionais.

No caso de Goiás, região periférica do capitalismo nacional, um dos principais gargalos para sua inserção na lógica da acumulação de capital nacional foi a infra-estrutura de transporte, pois o estado ligava-se às demais regiões brasileiras por estradas que pareciam mais picadas, trafegadas por carros de bois, mulas, cavalos e carroças que, além de demandarem um maior tempo de transporte para se deslocar entre um ponto de origem e um ponto de destino, tinha um elevado custo de frete.

Dessa feita, “(...) até mesmo as fontes oficiais reconheciam que a precariedade dos meios de escoamento da produção era responsável pela pouca expressão da agricultura estadual: ‘uma vez que o produto não pagava nem o próprio transporte, fora preferível deixá-lo apodrecer na roça’. (Relatório de 1930-1933, p.146)”. (Campos, 2003, p. 35).

Por tudo isso, observa-se que havia uma separação nítida nos principais mercados da agropecuária goiana. No caso da orizicultura havia uma fraca ligação mercantil com as demais regiões, sobretudo, com São Paulo devido aos elevados custos de transportes que reduziam a competitividade do arroz goiano em outras plagas. Já no caso da pecuária, as relações mercantis regionais eram mais estreitas *vis-à-vis* orizicultura, devido à “(...) possibilidade de o gado transportar-se, possibilitando alcançar os distantes mercados consumidores, [o que] fez da

pecuária a única atividade capaz de superar o isolamento geográfico de Goiás.” (Assis, 2005, p. 66-67).

## 2.1 O período 1914 – 1935: A Ferrovia e a Nova Capital do Estado

As mudanças estruturais que articularam a região Centro-Sul do estado de Goiás com o restante do Brasil, sobretudo com São Paulo, impulsionaram o desenvolvimento econômico desta porção do território *vis-à-vis* a região Centro-Norte. Tudo isso aconteceu porque houve o espraiamento da dinâmica econômica paulista para as regiões do Triângulo Mineiro e sul goiano fortalecendo, assim, os laços de complementaridade econômica entre as regiões.

Entretanto, esse fato reforçou ainda mais os desequilíbrios inter-regionais no estado de Goiás, pois a região objeto de estudo avançou em seu processo de modernização para atender, em escala crescente, as demandas paulistas e mineiras por produtos agropecuários, enquanto o Centro-Norte permaneceu desarticulado com os demais centros dinâmicos nacionais<sup>25</sup>.

Por sua vez, o vetor que trouxe o processo de modernização para a economia goiana veio especialmente através da penetração da estrada de ferro pelo Sul do estado. Isto aconteceu porque a estrada de ferro Mogiana, seguindo a expansão do café pelo interior de São Paulo, chegou em Uberaba (1889), depois em Uberlândia (1895) e, por fim, em Araguari (1896), todas elas localizadas no Triângulo Mineiro.

Dessa forma, os trilhos da Estrada de Ferro Goiás penetraram as terras *goyases* no início do século passado, “(...) em função do antigo projeto de extensão da Mogiana, do empenho das forças econômicas sulistas e das concessões feitas pelo governo estadual, os trilhos, em 1913, ingressam no extremo sul de Goiás.” (Estevam, 1998, p. 91).

Deste modo, a Estrada de Ferro Goiás estreitou os laços mercantis entre centro-sul goiano, Minas Gerais (por intermédio do Triângulo Mineiro) e São Paulo, fato de importância central na consolidação das relações de complementaridade entre as economias das regiões já destacadas.

---

<sup>25</sup> Essa articulação acabou criando laços de dependência e desequilíbrios entre as regiões. São Paulo tornou-se o centro do capitalismo nacional e as demais regiões gravitaram em torno do seu desenvolvimento econômico. No entanto, essa temática não faz parte do objetivo da presente pesquisa. É importante registrar que neste momento histórico da divisão do estado de Goiás em Centro-Norte e Centro-Sul não corresponde à delimitação espacial proposta nesta tese, uma vez que o atual estado do Tocantins não existia e fazia parte do estado de Goiás, especificamente da região Centro-Norte.

Nesta divisão regional do trabalho, São Paulo ofertou produtos com maior valor agregado a Goiás e este estado abasteceu o principal centro consumidor brasileiro com arroz e boi.

A título de exemplificação, em 1945 (veja Tab. 2) São Paulo absorveu 58,4% das “exportações” goianas, ao passo que Goiás demandou internamente 48,3% das mercadorias provenientes de São Paulo. Se acrescidas às “exportações” para Minas Gerais, os dois estados sozinhos demandaram 84,5% da produção do estado de Goiás e ofertaram 83,5% da demanda proveniente de Goiás.

Essa sinergia existente entre os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo aprofundou-se nos anos seguintes a 1945. Em 1948, São Paulo demandou 62,0% das mercadorias agropecuárias goianas para abastecer seu mercado interno e Minas Gerais, 25,7%, juntos, representaram 87,7% do total “exportado” pelo estado de Goiás. Em compensação, Goiás demandou 53,0% das mercadorias paulistas para abastecer o seu mercado interno e 37,1% do estado de Minas Gerais. Esses dois estados, juntos, representaram 90,0% de todas as “importações” goianas.

Tabela 2 – Distribuição dos destinos das “exportações” e “importações” de Goiás.

Unidade Federação Destino	1945			1948		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Pará	1.932	764	1.168	2.656	257	2.399
Maranhão	1.883	61	1.822	681	13	668
Piauí	885	0	885	526	0	526
Ceará	481	7	474	591	687	-96
Rio Grande do Norte	48	0	48	0	0	0
Paraíba	95	0	95	261	4	257
Pernambuco	1.609	6	1.603	1.950	15	1.935
Alagoas	39	0	39	57	0	57
Sergipe	0	0	0	0	0	0
Bahia	2.810	70	2.740	3.627	155	3.472
Minas Gerais	28.690	23.484	5.206	42.562	23.484	19.078
Rio de Janeiro	549	368	181	9.221	403	8.818
Distrito Federal	6.354	8.575	-2.221	84	4.518	-4.434
São Paulo	64.137	32.214	31.923	102.608	33.481	69.127
Paraná	19	4	15	199	13	186
Santa Catarina	0	0	0	56	1	55
Rio Grande do Sul	5	926	-921	19	50	-31
Mato Grosso	283	202	81	266	202	64
Total	109.819	66.681	43.138	165.364	63.283	102.081

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil, 1945 e 1948.

Nota: valores negativos (-) significam *déficit* na balança comercial interestadual.

Logo, a estrada de ferro teve um papel fundamental para induzir as trocas mercantis entre as três unidades federativas, pois mudou o modo de transportar as mercadorias no espaço *inter* e *intra* regional. Em suma, as estradas que eram precárias perderam espaço para a ferrovia no transporte de mercadorias, como foi o caso do arroz, do couro curtido, do couro a curtir, dos ossos, do sebo para a indústria, do charque, do milho, do feijão e do café.

Desse modo, a Estrada de Ferro Goiás em “(...) conexão com as estradas de ferro Mogiana e a Oeste de Minas – além de ser a única via de penetração nesta parte do Oeste, servia a setores da economia voltados para o mercado interno: a produção agropecuária goiana e a indústria do Sudeste”. (Borges, 2005, p. 42). Por conseguinte, o ponto de junção da estrada de Ferro Mogiana (vinda de São Paulo) e da estrada de ferro Oeste de Minas (vinda de Minas Gerais) aconteceu em Araguari – MG, cidade que se tornou um grande entreposto comercial entre os três estados brasileiros.

Em território goiano, agora como Estrada de Ferro Goiás, a ferrovia foi penetrando a região sudeste do estado através dos trilhos que passaram pelos municípios de Goiandira e Ipameri chegando em Roncador no ano de 1914. No entanto, “Os trilhos ficaram paralisados em Roncador até 1922 – para a construção de uma ponte sobre o rio Corumbá – quando foi iniciada a segunda etapa, desta feita, de forma demorada e irregular.” (Estevam, 1998, p. 92).

Portanto, a região sudeste vai presenciar a alvorada de seu despertar com a penetração dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, pois estes trouxeram os germens da modernização do estado. No caso do sudoeste do estado, não foram os dormentes que estimularam a região para essa alvorada, mas sim o caminho traçado pela via rodoviária que conectou esta porção do território goiano à economia do Triângulo Mineiro e à economia paulista.

A Estrada de Ferro Goiás e a conexão pelo modal rodoviário tiveram papel importante no desenvolvimento econômico da região centro-sul do estado de Goiás, pois “Com a melhoria dos meios de transporte, as relações comerciais do sudoeste goiano com o Triângulo Mineiro estreitaram-se de tal forma que a economia da região permaneceu, por muito tempo, voltada para Minas Gerais e de costas para o Estado de Goiás.” (Borges, 2005, p. 54).



Por sua vez, essa inovação nos meios de transportes interligando os estados teve um papel fundamental na redução do custo do transporte de mercadorias e pessoas, favorecendo, assim, a redução dos preços dos produtos transacionados entre os estados, que chegavam à época das precárias estradas a preços aviltantes no mercado paulista, triangulino e goiano<sup>26</sup>.

O reflexo do avanço da Estrada de Ferro Goiás pelo sudeste goiano pode ser captado pelo crescimento da cultura do arroz e da pecuária e pelo movimento migratório que se materializou na região centro-sul de Goiás. Como pode ser verificada na Tab. 3, a região que apresentou, em 1920, maior ocupação agrícola foi o Sudeste, pois concentrou 50,7% da produção do estado. Em seguida, destacaram-se Sudoeste e Mato Grosso Goiano com, respectivamente, 16,2% e 15,0%. Observa-se, por conseguinte, que a macrorregião Centro-Sul<sup>27</sup> do estado concentrou 82% da produção agrícola goiana, fato que indica a forte ligação que essa região teve com os outros estados ao sul de Goiás.

Tabela 3 – Goiás: População e produção agropecuária por regiões em 1920

Regiões	População	%	Agricultura	%	Pecuária	%
Norte-Nordeste	163.422	31,9	38.452	9,3	1.098.128	36,4
Centro-Norte	49.624	9,7	36.098	8,8	233.690	7,7
Mato Grosso Goiano	78.863	15,4	62.004	15,0	304.187	10,1
Sudoeste	31.786	6,2	66.746	16,2	518.980	17,2
Sudeste	188.251	36,8	209.135	50,7	862.784	28,6
Total	511.946	100,0	412.435	100,0	3.017.769	100,0

Fonte: IBGE *apud* (Chaul, 1997, p. 105).

Já no caso da pecuária, a região Norte-Nordeste concentrou 36,4% da pecuária goiana, ao passo que a região Sudeste aglutinou 28,6% e a Sudoeste, 17,2%. No caso da região do Mato Grosso Goiano sua participação foi de 10,1%. Disso tudo se pode concluir que 56,0% da pecuária

<sup>26</sup> Para Chaul, “O povoamento do território goiano não se efetivou homogeneamente, devido à concentração estabelecida no sul do Estado, mais precisamente na região cortada pela ferrovia. Com a penetração da estrada de ferro, a economia goiana experimenta um ascensional desenvolvimento, uma vez que Goiás se inseria cada vez mais na economia de mercado, por intermédio do aceleração do processo de compra e venda de mercadorias. Enquanto, novos produtos podiam penetrar no mercado goiano, outros saíam para o nacional, gerando o desenvolvimento do mercado interno e um processo de acumulação que traria a imagem de progresso do Estado, possibilitando o vislumbre da preterida modernidade”. (Chaul, 1997, p. 158).

<sup>27</sup> A macrorregião Centro-Sul é composta pelas regiões do Mato Grosso Goiano, Sudoeste e Sudeste. É importante registrar que a região centro-sul destacada nesta parte do trabalho não corresponde à região Centro-Sul do recorte espacial deste trabalho. Isto aconteceu porque os dados referentes a 1920 em Goiás espelhavam a realidade de um estado que ainda não tinha se separado para constituir o estado do Tocantins. Isto somente aconteceu em 1989, isto é, um ano após a promulgação da Constituição Federativa do Brasil que criou o estado do Tocantins.

goiana estavam espalhadas na faixa centro-sul do estado devido à proximidade com o centro dinâmico do capitalismo nacional.

Em relação à população, os dados indicam que 60% dos habitantes do estado concentraram-se na faixa Centro-Sul. Por sua vez, a região mais povoada era o Sudeste, com 36,8% e, em seguida, o Norte-Nordeste, com 31,9%. Portanto, os valores demonstram que as regiões que apresentaram maior povoação foram aquelas que se destacaram na agricultura, como foi o caso do Sudeste, e na pecuária extensiva, a exemplo do Norte-Nordeste.

Nesse sentido, a expansão da pecuária e da agricultura pela incorporação de novas áreas pode ser explicada porque o preço da terra em Goiás era muito baixo não estimulando, portanto, que o produtor rural investisse em novas tecnologias para aumentar o rendimento por hectare. Logo, a terra em Goiás “(...) valia muito pouco, e rendia ainda menos. O preço médio do hectare em 1920 era de 8\$. Preço o mais baixo de todo o Brasil, só levemente superior ao do território do Acre. Podemos citar, como ponto de referência, o estado de São Paulo, onde o hectare valia 161\$, e o Estado do Rio onde o preço era de 106\$”. (Palacín e Moraes, 1989, p. 97).

Por tudo isto, é importante destacar que a relação de complementaridade entre as economias paulista, mineira e goiana não ficou exclusivamente no plano das trocas mercantis, pois o estado de Goiás serviu como meio para equalizar os conflitos sociais existentes no campo nas regiões de fronteira agrícola consolidada, como era o caso de São Paulo. Deste modo, Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, implementou a “Macha para o Oeste” que serviu como estratégia política e econômica para deslocar aqueles produtores rurais desapossados de suas propriedades rurais e transpô-los para as regiões de fronteira em expansão como era o caso de Goiás. Estes pontos levantados serão objeto da discussão do próximo item deste trabalho.

## **2.2 O Período de 1936 – 1975: A Modernização Econômica da Região Centro-Sul**

Profundas mudanças aconteceram na economia e na política brasileiras a partir dos anos 30 do século passado, pois as rupturas causadas pela crise econômica que a sociedade brasileira vivenciou tiveram um impacto importante na substituição do regime político brasileiro. Por sua vez, as oligarquias da República Velha, que eram representantes da política do “Café com Leite”, foram apeadas do poder por Getúlio Vargas (1930 – 1945) que inaugurou um período de forte

centralização no pacto federativo, rompendo, desse modo, com a descentralização federativa da República Velha.

No caso de Goiás, os ventos da modernização que chegaram pelos trilhos da Estrada de Ferro Goiás acabaram por contribuir para trincar os alicerces que sustentavam os oligarcas da República Velha, visto que “(...) Os Caiados eram apeados do poder, ascendendo a figura destacada do coronel de Rio Verde, Pedro Ludovico Teixeira.”(Assis, 2005, p. 107). Logo, Pedro Ludovico, com o apoio de Getúlio Vargas, iniciou um conjunto de mudanças na sociedade goiana, as quais se objetivaram na “Marcha para o Oeste”.

Como destacou Estevam (1998),

No período de 1930 a 1960 importantes elementos de transformação foram introduzidos no território goiano e o processo de germinação de novas estruturas, principalmente no centro-sul do estado, esteve balizado em dois acontecimentos: a nível externo, a integração nacional do comércio de mercadorias comandado por São Paulo e, a nível interno, o surgimento de centros urbanos comerciais no interior da região. Tais fenômenos, concomitantes ao programa Marcha para o Oeste, definiram novos rumos para Goiás em função da urbanização e da articulação mercantil inter-regional. (Estevam, 1998, p. 105).

As transformações que Getúlio Vargas engendrou na sociedade brasileira lançaram os alicerces para a construção de um aparelho burocrático responsável pela modernização do Estado-Nacional. Foi no bojo dessas transformações que o Brasil verteu os pilares do processo de Substituição de Importações e rompeu com o padrão de acumulação primário-exportador criando, assim, um novo padrão de acumulação de capital enraizado no desenvolvimento industrial e urbano.

Para isso materializar-se, Getúlio Vargas iniciou o processo de ocupação dos vazios demográficos brasileiros, pois assim diluía a pressão existente nas regiões de fronteira agrícola consolidada deslocando, portanto aqueles trabalhadores desapropriados de suas terras para regiões situadas fora do eixo sul-sudeste. Nesse sentido, essa ocupação territorial se concretizou, no primeiro momento, com colônias agrícolas arraigadas em pequenas propriedades<sup>28</sup>. Entretanto,

---

<sup>28</sup> No caso específico de Goiás este processo de colonização agrícola será discutido no item: Uma experiência fracassada: O sonho da desconcentração fundiária. Neste item há a apresentação do caso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.

sem o apoio do Estado, houve um processo de reconcentração fundiário que manteve o poder econômico e político aglutinado nos grandes fazendeiros<sup>29</sup>.

Em terras goyases, os esforços de Getúlio Vargas foram traduzidos por Pedro Ludovico na “(...) a) construção de Goiânia e a transferência da capital; b) o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás e a construção de uma rede rodoviária e c) a fundação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (...)” (Borges, 2000, p. 250).

A transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia (veja Fig. 1) foi carregada de forte simbolismo político, pois marcou o fim do domínio das “velhas oligarquias” da antiga capital estadual no jogo político goiano. Nesse sentido, Goiânia foi fundada em 24 de outubro de 1933 por Pedro Ludovico, emblemando as figuras do novo e do moderno. No entanto, Estevam (1998) afirma que:

O implante de Goiânia, mesmo contando com firme disposição dos governos estadual e federal, deu-se demoradamente e por etapas. Em 1933 aconteceu a tomada de decisão: escolheu-se o lugar e lançou-se uma pedra fundamental. Em 1935 consumou-se a mudança provisória de órgãos do governo para Goiânia. Finalmente, em 1942, com o ‘batismo cultural’, a cidade foi oficialmente inaugurada e seu índice progressista dado como vertiginoso. (Estevam, 1998, p. 112).

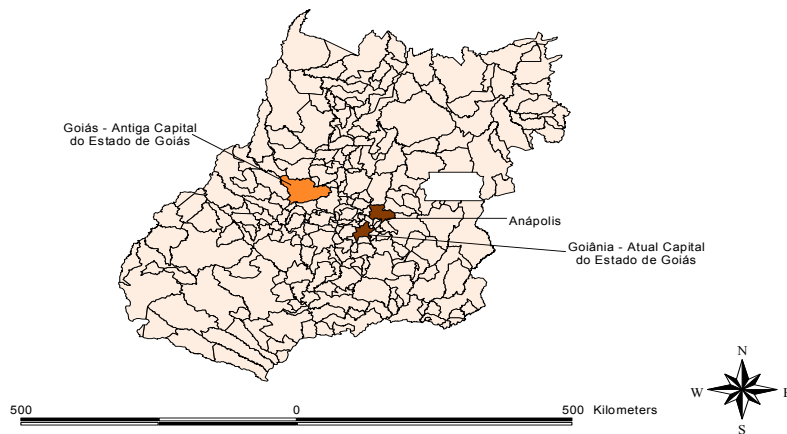


Figura 1 – Localização da Antiga e da Nova Capital do Estado de Goiás

<sup>29</sup> Para Chaul (1997) “Síntese de fazendeiro e de profissional liberal, Pedro Ludovico Teixeira era o representante adequado às necessidades de maior expansão econômica do Estado, com o fito de inserir, cada vez mais, Goiás no mercado nacional, bem como dinamizar seu processo de acumulação de capitais. Aqui, na união do fazendeiro com o profissional liberal entendido por Ana Lúcia da Silva como ‘alternância de oligarquias no poder’, é que podemos reorientar as interpretações de 1930, em Goiás, pois os grupos que subiam ao poder só tinham uma coisa em comum com os depostos: eram também, muitos deles, proprietários fundiários, só que ligados aos projetos urbanos, representados pelas imagens da modernização.” (Chaul, 1997, p. 177).

Não obstante, o eixo de crescimento do estado, com a construção da nova capital espalhou-se ao longo do Sul do estado até a região do Mato Grosso Goiano, impulsionando o crescimento demográfico da região centro-sul do estado. Deste modo, Pedro Ludovico, seguindo os objetivos da modernização do estado, utilizou a transferência da capital como eixo dinâmico para integrar ainda mais a região aos planos de Getúlio Vargas, dado que “(...) por intermédio de Goiânia, a região se integrou à nação. O desenvolvimento econômico dos anos 30 deu suporte ao projeto da Marcha para o Oeste [...] Goiânia sustentava a imagem de modernidade, mas continuou sendo por muitos anos, a capital do sertão, a fronteira do cerrado.” (Chaul, 2000, p. 124).

Antes da construção de Goiânia, a população se concentrava em poucas cidades, não existindo, assim, uma forte urbanização, pois “(...) em 1920 não havia uma única cidade com dez mil habitantes, nem na capital, a cidade de Goiás. Nem mesmo em 1940 havia uma única cidade com vinte mil habitantes; uma apenas tinha mais que dez mil, a capital – Goiânia.” (Campos, 2003, p. 37).

Não obstante, o projeto de Marcha para o Oeste enveredou-se também para o aprofundamento das relações mercantis com Minas Gerais e São Paulo, fato que se objetivou na construção da ponte sobre o rio Corumbá em Roncador, pois o prolongamento da Estrada de Ferro Goiás chegou a Anápolis, situada a 55 km da capital do estado, em 1935, interligando a faixa que atravessa verticalmente o estado de Goiás do Sudeste ao Mato Grosso Goiano que se localiza na região central do estado.

Dessa forma, essa estrada de ferro, ao interligar a tríade estadual (SP, MG e GO) induziu, na região do entorno do traçado da ferrovia, o crescimento de culturas típicas do mercado interno, mormente a orizicultura. Isso se deu porque Goiás tornou-se, na divisão regional do trabalho, responsável pelo abastecimento de parte do arroz demandado nos principais mercados do capitalismo nacional.

Para atender esta demanda, os produtores de arroz foram incentivados pelo Estado e pela relação de complementaridade *inter* regional a incrementar a produção e a atender o mercado paulista e mineiro que estava em forte florescimento e ascensão com o processo de industrialização e urbanização do país.

Tabela 4 – Evolução da produção agrícola – principais produtos

Produtos	(em toneladas)		
	1920	1940	1950
Arroz	37.428	61.361	256.069
Milho	133.823	155.452	235.479
Café	3.344	5.588	13.453
Feijão	10.947	12.370	39.283

Fonte: IBGE. *Apud* (Borges, 2000b, p. 259).

O estado de Goiás apresentou, então, no período compreendido entre 1920 a 1950 (veja Tab. 4), uma forte expansão na produção de arroz, passando de 37.428 toneladas para 256.069 toneladas, fato que acarretou uma variação de 584,2% em sua produção, tornando o arroz a sua principal cultura de grãos, em 1950. De acordo com as informações do recenseamento elaboradas pelo IBGE<sup>30</sup>, o estado de Goiás produziu em 1920, 4,5% do total da produção de arroz brasileira, encontrando-se, na quarta posição nacional<sup>31</sup>.

Entretanto, o arroz goiano não conseguiu induzir o crescimento da sua cadeia produtiva porque no estado não havia as bases objetivas para a construção de uma matriz industrial integrada, a exemplo de São Paulo, que consolidasse a integralização da orizicultura aos seus setores à *montante* e à *jusante* criando, desse modo, as condições materiais para a internalização dos elos da cadeia produtiva deste produto agrícola.

Os atacadistas, mormente sírios e libaneses, estabelecidos nas cidades da zona da estrada de ferro, controlavam o comércio do arroz, que se tornou um importante negócio nos terminais da região. Depois de beneficiado, o arroz era vendido para os mercados de Minas Gerais e São Paulo. Os cerealistas compravam o produto do agricultor no período da safra a preço baixo e o revendiam na entressafra. Os aumentos de preço do produto, entretanto, não chegavam ao lavrador, favorecendo apenas o intermediário. (Borges, 2000, p. 256).

A estratégia de deslocar a produção goiana para outras plagas foi seguida também pela pecuária. No entanto, o escoamento do boi pouco aconteceu pelos trilhos da Estrada de Ferro Goiás. Como se pode observar na Tab. 5, no período de 1937 a 1940, menos de 5% da exportação total de gado em pé goiano foram escoadas pela ferrovia, por que

<sup>30</sup> Cf. Campos, 2003, p. 42.

<sup>31</sup> Goiás perdeu para São Paulo, que ficou na primeira posição com uma produção próxima a 42% do total nacional, como também para os estados de Minas Gerais, com 20,8% e Rio Grande do Sul, com 13,6%.

(...) Nas estações de embarque das boiadas faltavam vagões-gaiolas, ou seja, unidades especializadas no transporte do gado. Segundo o Correio Oficial, de 24 de maio de 1941, a Mogiana fornecia para a ‘Goiás’ apenas 12 unidades por mês, de janeiro a julho, período de pique das exportações do boi gordo, quando seriam necessárias pelo menos 30 unidades mensais. (Borges, 2005, p. 119).

Tabela 5 – Exportação total de gado em pé de 1937 a 1940.

Ano	Reses	Transportado pela Estrada de Ferro Goiás	%
1937	253.971	8.615	3,1
1938	243.968	11.046	4,1
1939	259.090	10.139	3,9
1940	330.793	15.112	4,5

Fonte: Correio Oficial, 28 de maio 1941. *Apud* (Borges, 2000, p. 121).

Ademais, quase 95% do gado transportado para as outras regiões iam a pé pelas péssimas estradas que cortavam o estado de Goiás, chegando, portanto, magros ao destino<sup>32</sup>. De acordo com informações colhidas em Borges (2000), a rês que chegava a Uberlândia (MG) tinha uma perda de 10 quilos. Caso o destino fosse Barretos (SP), esse valor chegava a 75 quilos. No caso de Presidente Prudente (SP) a perda chegava a 120 quilos e, por fim, Araçatuba (SP) cuja perda de peso era de 100 quilos<sup>33</sup>.

Neste sentido, as principais empresas que agregavam valor à pecuária, como foi o caso do charque, estavam localizadas (veja Fig. 2) no entorno da Estrada de Ferro Goiás. Em seu ponto inicial, no município de Catalão, havia a empresa Industrial e a empresa Santa Marta que, juntas, adicionaram valor a 18,2% do charque. Já em Goiandira, cidade próxima a Catalão, havia a empresa Santa Rosa, responsável por 2,7% do charque. Em Ipameri, havia as empresas Santa Maria e Santa Cruz que processaram juntas 64,8% do charque goiano. No caso de Pires do Rio, próxima a Ipameri, a empresa Santo Antônio produziu 3,3% desse charque. Por fim, Anápolis, no final dos trilhos, tinha a empresa Santana, que contribuiu para o processamento de 11% do charque desta região em destaque.

<sup>32</sup> Para Estevam (1998) “De qualquer modo, parte substancial dos recursos regionais adivinha das exportações de gado e mesmo que não houvesse sonogação a situação da bovinocultura goiana não era promissora, pois, de Goiás até o centro consumidor em São Paulo várias funções eram desempenhadas na cria, engorda e abate dos bovinos, perfazendo amplo e prolongado esquema nas fases de comercialização dos rebanhos. Situado na primeira etapa, a província goiana incumbia-se da reprodução das reses; o frigorífico ANGLO de Barretos, na última fase, cuidava do abatimento. Os ganhos substanciais, nesse esquema, dividiam-se entre intermediários-invernistas, centro de abate e comércio final. Neste esquema tradicional de comercialização, os goianos vendiam bezerros – produzidos em caráter extensivo – que eram engordados principalmente pelos invernistas do Triângulo e, somente depois, negociados nos centros consumidores.” (Estevam, 1998, p. 86).

<sup>33</sup> Cf. Borges (2000, p. 117).

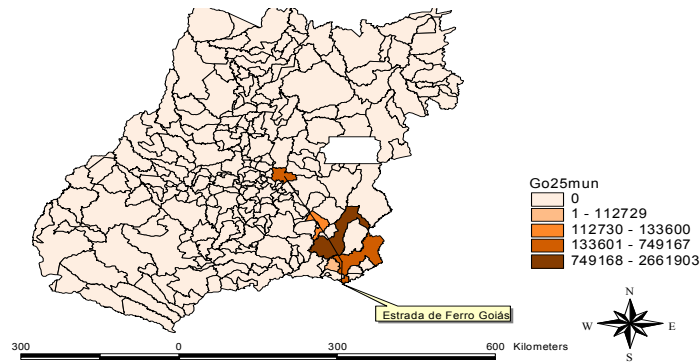


Figura 2 – Localização das Empresas de Charque em GO em 1938

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados encontrados em Borges (2005, p. 118).

Nota: Os valores representam a produção de charque (kg) por município.

No caso do boi, a região que apresentou, em termos espaciais, a maior concentração em 1955, foi a central com 26,0% da população bovina do estado. As principais cidades em destaque nesta região foram Anápolis e Goiânia, com um papel primordial na irradiação do crescimento econômico de Goiás. Logo, somente a região Centro-Sul, que engloba as regiões Centro, Sudeste e Sudoeste, foi responsável pela produção de 62% do plantel bovino goiano.

Tabela 6 – Distribuição da população bovina em 1955

Regiões	%
1.) Centro	26,0
1.1.) Anápolis	10,0
1.2.) Goiânia	16,0
2.) Sudeste	18,0
3.) Sudoeste	18,0
4.) Oeste	9,0
5.) Nordeste	11,0
6.) Norte	18,0
Total	100

Fonte: Ministério da Agricultura, Serviço de Estatística da Produção, 1955 *Apud* (Borges, 2005, p. 116).

Dessa forma, as empresas instaladas no estado de Goiás agregavam poucos valores aos seus principais produtos mercantis, como a carne e o arroz. No caso do gado, parte significativa das rezes era levada para o Triângulo Mineiro e São Paulo, em especial Barretos (SP), para cria, engorda e abate. Em suma, nesta divisão regional do trabalho, o estado de Goiás se especializou na cria bovina, adicionando, assim, pouco valor ao produto, responsável por induzir a dinâmica econômica do estado.



Por tudo isto, as relações de complementaridade existentes entre Goiás, Minas Gerais e São Paulo tiveram um papel importante para determinar as modificações na estrutura econômica do estado, uma vez que os trilhos da Estrada de Ferro Goiás dinamizaram a região Sudeste advindo daí o crescimento das atividades da pecuária extensiva e da orizicultura, principais vetores de acumulação de capital em terras *goyases*.

Então, a região no entorno da estrada de ferro viu florescer sua economia, mas com uma escassa diversificação produtiva, uma vez que se especializou, sobretudo, na criação do gado e em unidades de processamento industrial de charque. Já no caso do arroz, sua dinâmica econômica não foi suficiente para induzir o fortalecimento de um segmento industrial integrado que agregasse maior valor ao produto agrícola. Por isto, Goiás tornou-se uma economia que gravitava no entorno do eixo de São Paulo ofertando boi para recria, engorda e processo industrial, como também arroz para atender este pulsante mercado interno.

Mesmo existindo um esforço dos oligarcas sulistas<sup>34</sup> em modernizar o estado através da construção de uma nova capital, como também da interligação *intra* e *inter* regional pelos trilhos da Estrada de Ferro Goiás, ainda assim, Goiás ainda era um estado predominantemente rural não existindo, portanto, núcleos urbanos com população superior a 15.000 habitantes. O único caso de população superior a 10.000 habitantes foi, em 1940, Goiânia, a capital do estado.

Deste modo, o mercado interno em terras *goyases* não teve estímulos suficientes para atrair empresas de outras regiões para o estado e, com isto, diversificar a sua estrutura produtiva. Este fato marcou profundamente as atividades agropecuárias da região objeto de estudo, pois os impulsos provenientes do diminuto mercado interno não foram suficientes para transformar a fazenda goiana em unidades de exploração agrícolas tipicamente capitalistas.

Mesmo que as forças externas capitalistas tenham penetrado Goiás pelo vetor de transporte ferroviário, ainda assim, as forças internas não estavam plenamente constituídas para alavancarem um forte processo de diversificação produtivo no estado, dado que o setor agropecuário continuava enraizado em uma agricultura de subsistência e em uma pecuária extensiva.

Entretanto, é importante registrar que este quadro econômico de Goiás não era estático, pois os gérmenes das forças produtivas tipicamente capitalistas já estavam, mesmo timidamente,

---

<sup>34</sup> Que assumiram o poder político de Goiás no período do Estado Novo.

penetrando o espaço territorial goiano. Logo, a fazenda goiana, mesmo de uma forma singela, já estava em contato com as inovações tecnológicas, que, neste momento histórico vinham, predominantemente, dos mercados internacionais.

Por sua vez, a estrutura fundiária do estado continuava arraigada nas médias e grandes propriedades rurais e, mesmo no momento que houve uma busca por um caminho alternativo a grande propriedade fundiária como aconteceu durante a “Macha para o Oeste”, ainda assim, as experiências de desconcentração fundiária foram coroadas pelo fracasso, fato que determinou e consolidou em Goiás uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de médios e grandes produtores rurais.

### **3 Uma Experiência Fracassada**

A ocupação da região do Vale do São Patrício (GO) aconteceu no período do Estado Novo (1937 – 1945) quando Getúlio Vargas e Pedro Ludovico implantaram a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Historicamente, a CANG foi instituída pelo Decreto-Lei Federal nº 6.882 de 19 de fevereiro de 1941 tendo por objetivo expandir a fronteira agrícola para o interior de Goiás proporcionando, assim, a ocupação demográfica e econômica desse espaço territorial. Em termos locais, a CANG estava a 209 km da Capital do Estado e a 152 km de Anápolis.

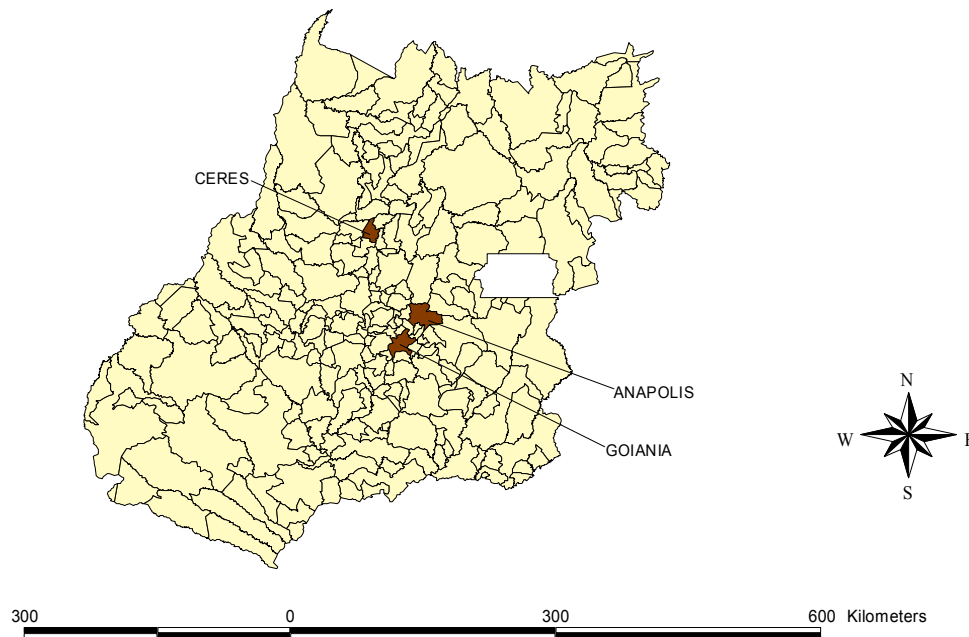


Figura 3 – Localização da Colônia Agrícola Nacional de Goiás – CANG

Nota: Atualmente a CANG é o município de Ceres

Não obstante, a CANG serviu com alternativa política para equacionar os conflitos agrários gerados pelo uso e posse da terra nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Isso aconteceu porque os produtores rurais dessas regiões, ao usarem métodos tradicionais de cultivo da terra, incorporaram poucas inovações tecnológicas em suas unidades de exploração, necessitando, portanto, expandir sua produção para novas áreas agricultáveis.

Por sua vez, quando havia um esgotamento da fertilidade da terra, a opção encontrada pelos produtores rurais era migrar para outras regiões em busca de novas terras férteis para incrementar o produto do seu trabalho. Nesse sentido, o uso e a posse da terra tornaram-se elementos estratégicos para o processo de acumulação de capital.

É no bojo dessa expansão que grandes proprietários rurais deslocavam aqueles agricultores de subsistência de suas unidades de exploração agrícola. Além disso, como na maioria das vezes não havia uma titulação das terras, as práticas de expropriação por meio da violência eram usadas pelos grandes proprietários rurais para retirar o pequeno produtor de sua terra. A implantação dos projetos de colonização em outras regiões nacionais era, portanto, a via

para reduzir a tensão no campo, determinada pela expansão da grande exploração agrícola, a qual não encontrava mais poros, nas regiões de fronteira consolidada, para expandir o produto do trabalho agrícola.

Caso não houvesse o deslocamento destes produtores rurais para as regiões de fronteira agrícola em expansão, os pequenos produtores rurais destituídos de suas terras não teriam outra alternativa econômica senão vagar pelos campos em busca de trabalho, ou então, ir para os núcleos urbanos para formar uma massa de proletariados para as indústrias nascentes. Tudo isso representou uma fonte potencial de conflitos que poderiam fragilizar o pacto político delineado a partir da “Revolução Burguesa” de 1930 entre a burguesia industrial nascente e os grandes proprietários rurais tradicionais.

Para equacionar o hiato existente entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho, o caminho encontrado foi a abertura dessas novas frentes de colonização agrícola em áreas devolutas, pois assim poderiam resolver a questão agrária. Por tudo isso, os produtores rurais que eram expulsos de suas explorações agrícolas nas regiões de conflito viam nos projetos de colonização do governo federal o caminho para retornarem à terra e à sua vida de produtores rurais.

No caso de Goiás, sua fronteira econômica encontrava-se em Anápolis, pois os trilhos da Estrada de Ferro Goiás chegaram ao município em 1935 interligando, portanto, essa região com o Estado de São Paulo. No entanto, na parte externa desta linha econômica, que demarcou os limites da fronteira econômica em Anápolis, havia espaços vazios que deveriam ser ocupados aliviando, assim, a tensão social no campo nas regiões de fronteira agrícola consolidada.

Desse modo, “(...) a penetração de um grande contingente populacional na zona rural não poderia ameaçar os grandes proprietários. Assim, a ocupação da fronteira priorizava os espaços vazios, evitando o confronto direto entre os latifundiários e os camponeses imigrantes.” (Dutra e Silva, 2002, p. 35).

Por tudo isso, o projeto oficial de implantação da CANG sinalizava que os assentamentos receberiam do Ministério da Agricultura (Divisão de Terras e Colonização) “(...) assistência financeira e orientação técnica, visando à modernização da produção agrícola regional. Seriam utilizados novos métodos de cultura intensiva, substituindo velhos hábitos nas rotinas dos lavradores.” (Borges, 2005, p. 77).

Como demonstrou Borges (2005), o Decreto-Lei de implantação da CANG traçava algumas diretrizes para serem cumpridas durante a efetivação do assentamento. Dentre elas podem se destacar<sup>35</sup>:

1. *A área dos lotes deveria variar de 20 a 50 hectares;*
2. *Os lotes seriam concedidos somente a trabalhadores reconhecidamente pobres e casados;*
3. *Aos colonos seriam dados, gratuitamente, ferramentas, instrumentos, casas e etc.;*
4. *A terra para o cultivo era também gratuita: os beneficiários não seriam proprietários da gleba, mas somente do que nela produzissem. A expedição definitiva de títulos de propriedade dependeria da outorga do Presidente da República;*
5. *Até a expedição de título definitivo de propriedade, o beneficiário não poderia vender, hipotecar, transferir, alugar o lote, a casa e as benfeitorias. Durante o mesmo período ele estaria isento de impostos;*

Nesse sentido, levadas de famílias foram penetrando no espaço territorial goiano em busca das terras prometidas da CANG. Imigrantes vieram dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, do Nordeste e do próprio estado de Goiás<sup>36</sup>. Entretanto, essas famílias, na maioria das vezes, eram constituídas por “(...) pessoas sem recursos – na maioria das vezes agregados de fazendas, meeiros e arrendatários – que marchavam em busca da terra prometida” (Estevam, 1998, p. 123).

No entanto, o acesso à terra da CANG aconteceu em grande parte pela posse, pois não houve uma preocupação do Ministério da Agricultura em emitir o título de propriedade dos lotes no ato de assentamento das famílias imigrantes. Logo, a família tinha o direito sobre o produto do seu trabalho podendo, desse modo, comercializá-lo nos mercados próximos ao assentamento, sobretudo, em Anápolis. Essa estratégia teve um papel importante no crescimento das culturas de arroz, feijão, mandioca e algodão.

---

<sup>35</sup> Cf. (Borges, 2005, p. 75 *et. seq.*)

<sup>36</sup> “Na sua grande maioria os habitantes são provenientes de outros estados, predominando entre eles os naturais de Minas Gerais, que formavam cerca de 60% da população da colônia. Dos restantes, 20% são goianos e 20% de outros estados, principalmente paulistas e nordestinos, registrando-se, não obstante, famílias até do Rio Grande do Sul.” (Waibel *apud* Borges, 2005, p. 76).

Todavia, as culturas que mais cresceram na CANG foram arroz e algodão, pois tiveram sua produção, entre 1947 e 1950, incrementada, respectivamente, em 89,5% e em 829,1%. Em termos de participação relativa, o arroz foi responsável por 26,7% das sacas produzidas na CANG em 1947. Já em 1950, sua produção representava 74,6% das sacas colhidas na CANG.

No caso do algodão, que apresentou a maior taxa de variação de todas as culturas, sua participação em 1947 era inferior a 1,5% do total das sacas produzidas na CANG. No entanto, essa participação cresceu para 17,6% em 1950.

Tabela 7 – Produção da Colônia Agrícola Nacional de Goiás em 1947 e em 1950

Produto	(saca de 60 quilos)	
	1947	1950
Arroz	222.000	420.596
Milho	500.000	25.475
Feijão	65.000	18.169
Algodão	10.000	99.213
Farinha	35.000	-

Fonte: Daurell 1974, p. 103 *apud* Borges, 2005, p. 77.

No pólo oposto, os produtos que manifestaram maiores perdas foram das culturas de milho e feijão, com variação de -95% e -72%, respectivamente, em sua produção. Em termos relativos, o milho, que em 1947 respondia por 60% da produção da CANG, viu sua participação declinar para 4,5% em 1950. No caso do feijão, que em 1947 era a terceira cultura mais cultivada na CANG, com 7,8% da produção, teve sua participação reduzida para 3,2%. Em suma, a orizicultura teve um papel fundamental na produção agrícola da CANG. Entretanto, como não havia cerealistas na CANG para o processamento do arroz, os colonos tinham que buscar em Anápolis os processadores do arroz.

Isso aconteceu porque Anápolis estava próxima à CANG, facilitando, portanto, o escoamento do arroz até suas unidades de processamento. No entanto, parte significativa da renda gerada pelo arroz era apropriada pelos intermediários da comercialização, ou seja, os cerealistas anapolenses reduzindo, assim, a acumulação de capital do colono da CANG, uma vez que “O capital mercantil forçou os colonos, destituídos de recursos para sustentação do ciclo produtivo, a subordinarem-se aos fornecedores de crédito e comerciantes – principalmente de Anápolis – comprometendo o rendimento excedente das colheitas.” (Estevam, 1998, p. 124). Essa apropriação da renda gerada na CANG pelos cerealistas anapolenses acabou impedindo a

acumulação de recursos por parte dos colonos, fator que contribuiu para a piora econômica deste produtor rural.

Por tudo isso, os caminhos traçados pelos governos federal e estadual buscavam reforçar na implantação da CANG as diretrizes do processo de modernização conservadora, posto que a agricultura na CANG deveria seguir os rumos de uma agricultura moderna voltada para o abastecimento dos mercados regionais, em especial, do mercado de São Paulo.

Não obstante, a implantação da CANG reforçou o poder econômico dos grandes terratenentes, pois ao ligar a CANG a Anápolis por meio de uma estrada rodoviária (atualmente a BR 153) houve uma valorização das terras que estavam na região do entorno da CANG favorecendo, por conseguinte, o agravamento dos conflitos existentes entre os camponeses e grandes proprietários rurais pelo uso e posse da terra.

A CANG recebeu pouca assistência do poder público e foi praticamente abandonada à sua própria sorte. Faltaram os recursos técnicos e financeiros prometidos pelos governos. Depois de algum tempo a Colônia foi ‘engolida’ pelo latifúndio. A partir dos anos 50, o colono, o pequeno produtor, passou a enfrentar um processo de crise econômico-financeiro que o levaria à ruína. Por um lado, ele era pressionado pela especulação comercial e financeira que se apropriava do excedente econômico que produzia. Por outro lado, era açoitado pela especulação imobiliária que, com a valorização das terras, atraía para a região grileiros e grandes fazendeiros. (Borges, 2005, p. 77 *et. seq.*).

Esses fatos se materializaram, mormente a partir da emancipação da CANG em 1953 quando se tornou o município de Ceres<sup>37</sup>. Sem a vinculação financeira com o governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, os colonos assentados agravaram ainda mais sua fragilidade financeira. Tais fatos contribuíram para o fracasso do projeto de modernização da agricultura delineado no plano inicial de instalação da CANG, pois “os colonos continuaram adotando os métodos tradicionais e predatórios de cultivo – como a coivara –, que resultaram [...] na maior catástrofe ecológica de Goiás”. (Borges, *op. cit.*, p. 77 *et. seq.*).

Outros elementos tiveram importância também para o fracasso da experiência da CANG. Dentre eles, o Plano de Metas (1956 – 1961) desenvolvido por Juscelino Kubitschek (JK) e a construção de Brasília no Planalto Central favoreceram o deslocamento do eixo de

---

<sup>37</sup> De acordo com Dutra e Silva (2002) “O histórico da CANG é assim resumido: a Colônia foi criada pelo Decreto-Lei nº 6.882 em 19 de fevereiro de 1941. Em 31 de dezembro de 1943 foi elevada à condição de distrito pela Lei Estadual nº 8.305. A emancipação ocorreu em 4 de setembro de 1953 pela Lei Estadual nº 956, criando o município de Ceres.” (Dutra e Silva, 2002, p. 11).

desenvolvimento econômico para o interior do Brasil, estimulando, portanto, as conexões entre as regiões do país com o centro de poder político nacional.

Essa estratégia de integração nacional ganhou maior impulso com a construção de várias rodovias federais que integraram o mercado nacional. As principais rodovias federais que cruzaram o estado de Goiás, ligando-o aos estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Pará, Mato Grosso<sup>38</sup> e, indiretamente, São Paulo foram as seguintes:

- BR-153 – Com conexão em São Paulo e no Triângulo Mineiro, essa BR corta o estado de Goiás no eixo vertical sudeste – norte até chegar à cidade de Belém, no Pará;
- BR-364 – Conecta-se ao Triângulo Mineiro e avança pelo sudoeste goiano até atingir o estado de Mato Grosso;
- BR-452 – Liga-se ao Triângulo Mineiro e atravessa o sudoeste goiano;
- BR-060 – Parte da capital do estado (Goiânia) e avança pelo sudoeste goiano até chegar a Mato Grosso;
- BR-050 – Faz a ligação de São Paulo a Brasília passando pelo Triângulo Mineiro e sudeste do estado de Goiás;
- BR-020 e BR-010 – Ambas as rodovias nascem em Brasília e atravessam o nordeste goiano rumo à Bahia.

Essa interligação rodoviária com o mercado nacional ampliou a concorrência nos mercados goianos, pois os produtos provenientes de outras regiões chegaram ao estado com preços módicos, em especial, no mercado anapolense. Logo, houve um aumento da concorrência nos mercados agrícolas de atuação dos colonos da CANG que os desestruturou financeiramente causando, assim, uma redução da capacidade de investimento para aumentar sua capacidade competitiva no mercado agrícola.

---

<sup>38</sup> A partir de 11 de Outubro de 1977 – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



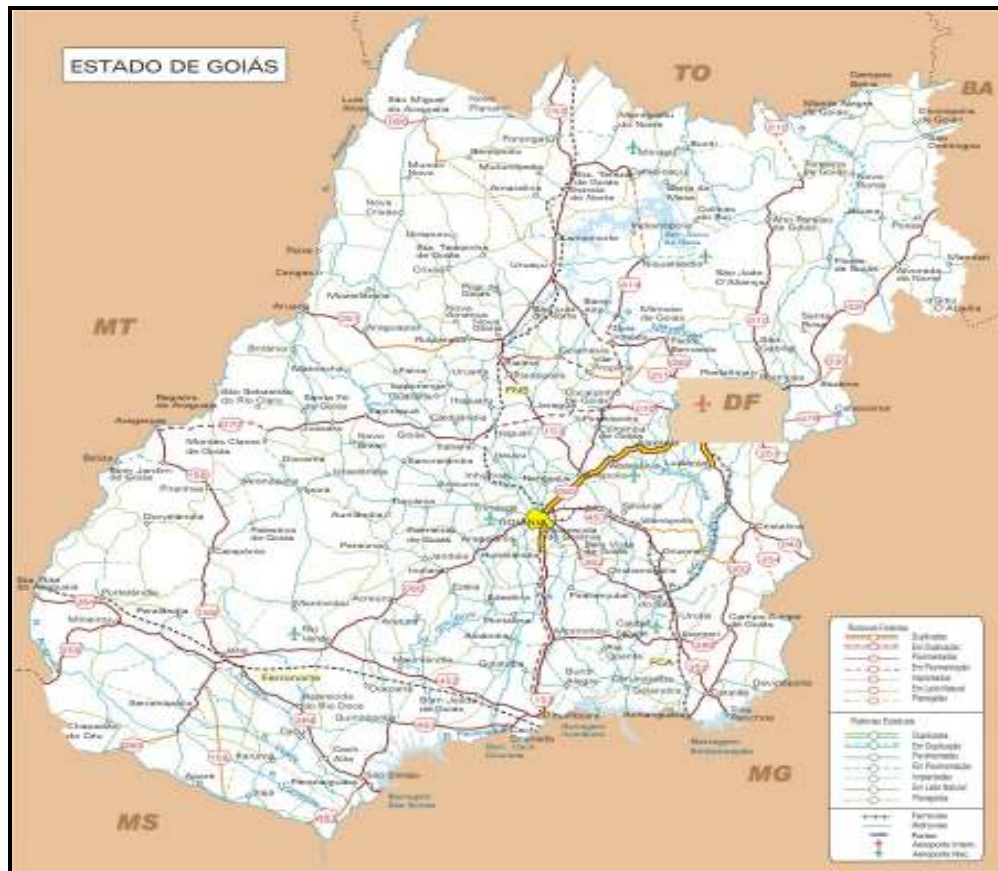


Figura 4 – Malha de Transportes em Goiás.  
Fonte: Ministério dos Transportes

Isso se deu porque ao emancipar-se em 1953, Ceres não obteve mais “(...) verbas federais destinadas pelo Ministério da Agricultura [...] ficando o Município responsável pela manutenção das instituições a partir da emancipação.” (Dutra e Silva, 2002, p. 11). Esse fato tornou-se mais acentuado a partir de 1955 quando JK canalizou os recursos da União para construir Brasília – DF e realizar os investimentos do Plano de Metas.

Por sua vez, sem crédito oficial para investir e sem recursos sequer para manter sua atividade econômica em funcionamento, a alternativa encontrada pelos colonos foi a busca dos centros urbanos dinâmicos que pudessem absorvê-los, enquanto trabalhadores livres.

Por tudo isso, “Grande parte dos colonos em Ceres foi obrigada a abandonar a condição de proprietários, negociando ou mesmo renunciando a seus direitos de posse, durante a década de 1950. A partir de então, a CANG passou a descaracterizar-se e cedeu espaço para grandes fazendas circunvizinhas.” (Estevam, 1998, p. 125).

#### 4 Estrutura e Atividades Agropecuárias em Goiás: 1920 – 1975

As mudanças que aconteceram nas sociedades brasileira e goiana, em especial, a partir dos anos 30 do século passado, não foram suficientes para determinar uma profunda transformação na estrutura e nas atividades agropecuárias de Goiás, pois continuou predominantemente alicerçada em uma unidade de exploração agrícola tradicional que demandou pouco progresso técnico do setor industrial nacional e internacional.

Na fazenda goiana predominavam relações de trabalho familiares ou, então, não tipicamente capitalistas. Estas relações predominaram no Brasil até 1964 quando o governo federal instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, que buscou garantir aos trabalhadores aqueles direitos já garantidos para os trabalhadores urbanos.

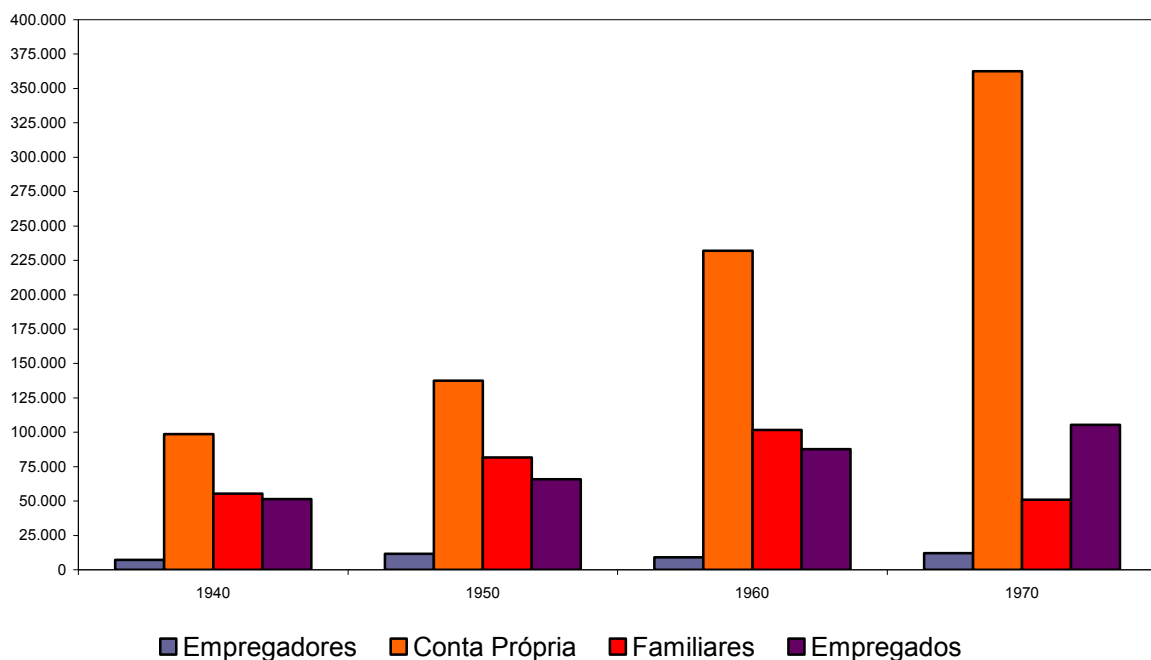


Figura 5 – Goiás: Evolução da População Economicamente Ativa do setor agropecuário (pessoas de 10 anos e mais), segundo a posição de ocupação.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos. In. Szmrecsányi (1986, p. 201)

Como pode ser verificado na Fig. 5, as relações de trabalho no meio rural goiano, em 1940, foram marcadas predominantemente por trabalhadores por conta própria (ou autônomos) e familiares, os quais não recebiam remuneração para exercerem suas atividades de trabalho. Já no caso dos empregadores, os grandes proprietários rurais que demandavam a força de trabalho no

mercado de trabalho capitalista, sua participação foi diminuta retratando, deste modo, o panorama de uma agricultura arraigada no trabalho familiar dos pequenos proprietários rurais ou *sitiantes*<sup>39</sup>.

Em termos comparativos, o ano de 1970 retratou um quadro em que houve uma elevação significativa na participação dos trabalhadores por conta própria, dos empregados e empregadores. Em sentido oposto, verificou-se uma redução dos trabalhadores familiares. Em termos gerais, estes dados indicam que as relações de trabalho não capitalistas ainda predominavam no meio rural goiano, sobretudo, com atividades por conta própria, embora já houvesse, de forma embrionária, a implementação de relações de trabalho tipicamente capitalistas, visto que houve o incremento no número de empregados rurais.

A tênue penetração do progresso técnico na agropecuária goiana está relacionada com as questões da mão-de-obra e do preço da terra. Em Goiás havia a predominância do trabalho autônomo e familiar, no qual o trabalhador cultivava a terra sem remuneração, como também o preço da terra era módico<sup>40</sup> favorecendo aos proprietários rurais adotarem uma agropecuária extensiva *vis-à-vis* a agropecuária intensiva em uso de inovações físico-químicas, biológicas e mecânicas.

Deste modo, os proprietários rurais goianos utilizaram tecnologias que demandavam mão-de-obra e terra no processo produtivo, dado que o uso de máquinas e equipamentos era dispendioso pelo fato de estes meios de produção serem provenientes, neste momento histórico, dos setores industriais dos países desenvolvidos.

É importante registrar que a escassa demanda por produtos industriais não significou ausência absoluta destas inovações tecnológicas em território goiano, ao contrário, os indicadores de mecanização apontaram que existiu a incorporação, mesmo timidamente, de inovações mecânicas.

---

<sup>39</sup> A classificação encontrada na Fig. 5 encontra-se em Szmrecsányi (1986). Para o autor, compreendem-se as categorias de ocupação como sendo, “(...) os empregadores integram a classe alta dos ‘grandes proprietários de terra e arrendatários capitalistas, que empregam mão-de-obra remunerada (...). Já os autônomos e os familiares não remunerados se desdobram [...] nas duas classes intermediárias: a dos ‘pequenos proprietários’ ou *sitiantes* e as dos parceiros. Incluem-se entre estes últimos os arrendatários não capitalistas e os chamados ‘parceiros autônomos’ dos censos agropecuários. Os parceiros não autônomos fazem parte da quarta classe, mencionada a seguir. Esta classe, a dos empregados, constitui a base da ‘pirâmide’, os seus membros são denominados ‘assalariados agrícolas’.” (Szmrecsányi, 1986, p. 186).

<sup>40</sup> Este ponto será discutido com maior profundidade no capítulo 3.

Tabela 8 – Brasil e Goiás: Evolução dos coeficientes de tecnificação dos estabelecimentos agropecuários

Ano	AL/PO		NE/AR		AT/TR		PO/TR	
	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás
1920	1,0	1,0	5	520	102.641	24.828.000	3.782	118.986
1930	1,4	1,1	4	193	72.212	3.173.714	3.513	29.223
1940	1,7	1,2	4	162	56.443	1.508.000	3.357	22.318
1950	1,7	1,6	3	32	27.737	276.270	1.314	3.363
1960	1,8	2,0	3	7	4.073	21.399	255	370
1970	1,9	2,9	3	5	1.773	6.038	106	93

Fonte: Szmrecsányi (1986, p. 168). Como base em dados censitários.

Nota: AL/PO = área de lavoura por pessoas ocupadas (hectares); NE/AR = número de estabelecimentos por arado; AT/TR = área total por trator (hectares); PO/TR = número de pessoas por trator.

No caso de Goiás, a Tab. 8 demonstra, em seus indicadores de tecnificação, que os produtores rurais começaram a incorporar após 1920 a modernização da agricultura, pois aos poucos os produtores foram agregando ao processo produtivo da fazenda goiana os elementos da modernização, como por exemplo, a prática no uso de tratores e arados.

Em relação ao indicador AL/PO, que retrata a área de lavoura por pessoas ocupadas (hectares), verifica-se que no período de 1920 a 1970 houve a incorporação de um contingente crescente de trabalhadores familiares e autônomos na unidade de exploração agrícola, uma vez que o objetivo era transformar a terra em um dos principais vetores de expansão do produto do trabalho goiano.

Além disso, se comparar esse indicador com o verificado para o Brasil, percebe-se que a expansão agrícola goiana aconteceu em um ritmo superior ao verificado para o caso brasileiro. Isso aconteceu porque Goiás, por ser uma região de fronteira agrícola em expansão, serviu como regulador da questão agrária nas regiões de fronteira agrícola consolidada. Logo, mineiros, paulistas, baianos, maranhenses e piauienses vieram para Goiás em busca de terra para plantar.

Já no caso dos indicadores de tecnificação, como o NE/AR, o AT/TR e o PO/TR, os dados demonstram que no período de 1920 a 1970 houve uma penetração destas inovações mecânicas em terras *goyases*. Entretanto, mesmo que os dados indiquem uma tendência de ampliação dos coeficientes de tecnificação em Goiás, o fato mais marcante foi a expansão da produção agrícola pela incorporação de novas áreas agricultáveis.

Em termos de produção agrícola, os dados encontrados em Estevam (1998, p. 174) demonstram que o arroz foi o principal vetor de expansão do produto agrícola até meados do

século XX. Em 1960, a orizicultura respondia por 420.000 hectares de área colhida no estado, ao passo que em 1975 os valores indicavam uma taxa de crescimento de 125,5% passando, assim, para 947.000 hectares.

No caso de culturas típicas de mercado interno, como o feijão, sua área colhida apresentou uma tendência de expansão no interregno de 1960 a 1975, apresentando uma taxa de crescimento de 185,9% passando de 78.000 hectares para 223.000 hectares durante os três quinquênios. Já no caso da cana de açúcar houve uma forte redução em sua área colhida, pois passou de 34.000 hectares para 15.000 hectares no período em questão apresentando, assim, uma taxa de crescimento de – 55,9%.

No entanto, uma cultura que começou a despontar no espaço agrícola goiano foi a soja. Em 1960, não havia nenhum registro de área colhida com esta oleaginosa, ao passo que em 1975, a área colhida era de 55.000 hectares.

Por tudo isto, o uso de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas em Goiás não foi amplamente difundido entre os produtores rurais, uma vez que não existia um setor industrial integrado que ofertasse os insumos modernos aos produtores rurais, os quais deveriam demandar, sobretudo por meio de importação, as inovações tecnológicas das multinacionais dos países centrais.

Além disto, o cerrado goiano demandava dos produtores agrícolas fortes investimentos em decorrência das condições edafoclimáticas da região do Planalto Central. Para isso se materializar, os formuladores de políticas públicas teriam que desenhar uma política agrícola que ofertasse créditos, assistência técnica e pesquisas em inovações biológicas, físico-químicos e mecânicos para adaptar as culturas agrícolas às condições do cerrado, o que somente se materializou a partir de 1965 no bojo da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e no desenho da política agrícola que avançou no processo de modernização conservadora.

## **5 Observações Finais**

Em linhas gerais, o objetivo é analisar por que as alterações econômicas em Goiás, no interregno de 1726 a 1975, não tiveram forças suficientes para estimular as mudanças na estrutura e nas atividades agropecuárias da região objeto de estudo. Isto aconteceu porque a unidade de

exploração agropecuária goiana enraizou-se em uma agricultura de subsistência e em uma pecuária extensiva, especializando-se, deste modo, na produção da bovinocultura e orizicultura, não constituindo os elos das cadeias produtivas destas atividades econômicas.

Historicamente, os ares da modernização do estado vieram a partir da penetração da Estrada de Ferro Goiás em 1913, que interligou a região sudeste do estado aos principais centros do capitalismo nacional, Minas Gerais e São Paulo. Em razão disto, Goiás tornou-se uma economia complementar a São Paulo, sendo, portanto, responsável pela criação de bois que eram levados para as principais fazendas paulistas para criação e engorda, como também para o processamento em seus frigoríficos.

Neste sentido, a agregação de valor que existiu na cadeia produtiva bovina aconteceu na produção de charque, que concentrou suas unidades de processamento nos municípios cortados pela Estrada de Ferro Goiás. No caso da orizicultura, sua dinâmica mercantil não apresentou a mesma robustez que a bovinocultura, uma vez que seus elevados custos de transporte para deslocar o arroz até os principais centros de consumo nacional eram altos, reduzindo sua competitividade *vis-à-vis* ao produto dos demais estados.

Deste modo, o arroz era deixado perder nas propriedades rurais ou então, os atacadistas sírios e libaneses estabelecidos nos municípios no entorno da estrada de ferro controlaram o seu comércio para vendê-lo nos mercados mineiros e paulistas, apropriando, assim, de parte significativa da renda gerada e impedindo, deste modo, o processo de agregação de valor nos elos da cadeia produtiva desta mercadoria agrícola.

Desta forma, a modernização da estrutura econômica do estado não teve forças suficientes para despertar a constituição de um mercado interno dinâmico que estimulasse as inversões no sistema produtivo, como também em suas relações mercantis, para constituir, em um momento posterior, um setor industrial pulsante e um núcleo urbano dinâmico. Somente a título de exemplificação, em 1940, excluindo-se Goiânia (capital do estado), nenhum outro município tinha uma população superior a 10.000 habitantes, visto que a população do estado era predominantemente rural.

Deste modo, a fazenda goiana não teve os estímulos internos necessários para efetivar sua transformação capitalista, dado que as relações de trabalho que prevaleceram no campo foram aquelas ligadas aos trabalhadores autônomos, os quais gravitaram no entorno da exploração

agrícola como colonos, parceiros e agregados, como também trabalhadores familiares que não recebiam remuneração pela sua força de trabalho.

Logo, parte da produção da unidade de exploração agrícola realizou-se no diminuto mercado interno ou transbordou especialmente para os mercados paulista e mineiro. Por conseguinte, o vetor de expansão do produto do trabalho agropecuário goiano objetivou-se na expansão das áreas de lavoura e pecuária, contribuindo para a concentração da estrutura fundiária nas mãos de poucos produtores rurais.

Por outro lado, existiu em Goiás, no período da Marcha para o Oeste, uma experiência de desconcentração fundiária que se tornou um exemplo de fracasso e insucesso, pois os colonos não tiveram apoio do governo federal com a infra-estrutura econômica necessária para garantir a reprodução ampliada do seu capital, visto que os produtos agrícolas da CANG foram deslocados para o mercado anapolense para processamento, e que parte significativa da renda gerada era apropriada pelo intermediário mercantil, descapitalizando, assim, o colono na CANG. Por tudo isto, o colono assentado na CANG ficou sem recursos financeiros tendo que deixar a terra e deslocar-se para os centros urbanos do estado.

Além disto, o deslocamento da capital federal para a região do Planalto Central interligou o estado de Goiás com as demais regiões brasileiras e aumentou a concorrência nos mercados goianos, visto que os comerciantes de outros estados vieram negociar em terras *goyases*. Deste modo, o ambiente concorrencial proporcionou uma redução no preço dos produtos contribuindo para a exclusão do mercado daqueles produtores que apresentaram elevados custos de produção, e que foram lançados para os centros urbanos como mão-de-obra livre.

Assim, as bases do processo de transformação da unidade de exploração agrícola estavam postas, mas o progresso técnico, que veio com os trilhos da Estrada de Ferro Goiás, não teve forças suficientes para romper efetivamente o invólucro da agropecuária tradicional e torná-la capitalista. Isto somente aconteceu a partir de meados dos anos 70 do século XX, com os planos de desenvolvimento regional que impulsionaram a metamorfose capitalista da fazenda goiana.

CAPÍTULO 3  
IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA  
ESTRUTURA E NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DA REGIÃO CENTRO-SUL  
DE GOIÁS

---

O presente capítulo tem por objetivo geral mostrar as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás. Para tanto, levou-se em consideração os seguintes objetivos específicos: a) mostrar a configuração da estrutura fundiária em Goiás; b) apresentar os programas de desenvolvimento regional para o estado; c) verificar o processo de modernização nas atividades de produção agrícola; d) apontar a espacialização da produção agropecuária; e) apresentar o processo de diversificação industrial e, por fim, f) expor os impactos sociais dos processos analisados.

Para a realização desta parte do trabalho foram utilizadas as pesquisas bibliográficas e documentais, dando destaque especial para os seguintes autores: Estevam (1998 e 2004), Borges (2000 e 2005), Aguiar (2003), Castro e Fonseca (1995), Mueller (1990), Ferreira e Fernandes Filho (2003), Lunas e Ortega (2003), Pires (2000 e 2006).

### **1. A Estrutura Fundiária em Goiás**

Desde o final do ciclo do ouro no século XIX a formação econômica de Goiás esteve alicerçada na agropecuária tradicional que tinha como eixos centrais a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, ambas demandantes de mão-de-obra familiar e do uso extensivo da terra, enquanto principal fator de produção para expandir o produto do trabalho no estado.

Entretanto, a Lei de Terras (1850) restringiu economicamente o uso e a posse da terra à esfera das relações mercantis, pois ao instituir o ordenamento jurídico e normativo determinou que o meio legal para aquisição de terras era através do ato de compra e venda, bloqueando, assim, qualquer acesso à terra por outro caminho que não fossem os traçados pelo mercado de terras.



Não obstante, essas relações econômicas e jurídicas tecidas com a Lei de Terras não foram suficientes para impedir o acesso à terra através da posse em terras *goyases*<sup>41</sup>. Como destacou Daniel da Silva (2004), o avanço dos produtores rurais pelo espaço agrário goiano aconteceu à margem do ordenamento jurídico e normativo, de forma que, “(...) a ocupação do solo continuasse pela posse livre e arbitrária.” (Daniel da Silva, 2004, p. 116).

Desta forma, o uso e a posse da terra, além de significar acesso à riqueza e poder econômico, também credenciavam os proprietários rurais a terem acesso aos centros de decisão política, seja em nível estadual como municipal. Encastelados no estado, as oligarquias goianas foram responsáveis pelo desenho e implantação das políticas que conduziram Goiás pelos trilhos da modernização conservadora. Muitos foram os coronéis que durante a República Velha assumiram os cargos políticos do estado. Entre eles destacam-se os Bulhões, os Xavier, os Jaime, os Caiados e os Almeida.

Com a revolução burguesa de 1930, as oligarquias da República Velha foram deslocadas do poder político do estado e, em seu lugar, assumiu uma nova oligarquia que teve como principal expoente Pedro Ludovico Teixeira, que conduziu o estado como interventor durante a presidência de Getúlio Vargas no período do Estado Novo. Este traço de dominação política da oligarquia goiana foi responsável por abrir a economia para o processo de modernização, porém sempre interligado e em complementaridade com as economias de São Paulo e do Triângulo Mineiro.

Deste modo, o traço marcante na estrutura econômica goiana foi o fato de a modernização enraizar-se em uma estrutura fundiária cujo traço preponderante, desde o período colonial, foi a forte concentração de vastas áreas do território do estado nas mãos de poucos proprietários rurais. Como destacou Borges (2005) “(...) a grande propriedade rural continua a representar poder e *status* social. Isto explica o interesse da classe dominante pela aquisição de grandes áreas de terra e por sua conservação como reserva de valor.” (Borges, 2005, p. 132).

---

<sup>41</sup> A questão do acesso à terra pelas classes sociais é algo polêmico entre os estudiosos da temática, como também na operacionalização de uma reforma agrária. Como adverte Reydon (2007) “(...) a terra quer rural quer urbana permanece até o presente apenas com controles que garantem a propriedade, mas que não regulam o seu uso. Se até o presente não há nem cadastro dos imóveis privados nem terras públicas (devolutas ou outras) quanto mais alguma forma de regulação social adequada. Sendo a terra, portanto, passível de qualquer tipo de utilização pelos proprietários, desde a especulativa passando para a produtiva até a predatória. Até hoje não se tem noção das terras pertencentes ao Estado pelos vários mecanismos existentes, nem mesmo as terras devolutas definidas na Lei de Terras não foram discriminadas.” (Reydon, 2007, p. 226 *et. seq.*).

## 1.1 A Terra como Reserva de Valor

Como destacou Borges (2005), a propriedade da terra foi vista pelos oligarcas estudiais como uma forma de reserva de valor. Este ponto tem suma importância porque corrobora a argumentação de Ignácio Rangel (2005), na qual a terra tornou-se um ativo que rompeu seu invólucro produtivo e tornou-se um meio objetivo para garantir o valor da riqueza intertemporal, sobretudo naqueles momentos de grandes incertezas quanto ao futuro da economia nacional.

Neste sentido, os oligarcas usaram a terra como meio de especulação, especialmente após os anos 60, quando o estado de Goiás foi cortado por várias rodovias, as quais interligaram o estado aos demais mercados nacionais. No caso da BR-153, que corta Goiás do extremo sul ao extremo norte, aquelas áreas que ficaram em seu entorno apresentaram grande valorização. Esta facilidade de comunicação terrestre adicionada à montagem de uma infra-estrutura social e econômica proporcionada pelo estado de Goiás estimulou a penetração, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, daqueles colonos que tinham poucas propriedades no sul e sudeste do Brasil, que as vendiam em seus estados de origem para comprar em Goiás.

Somente a título de exemplificação, no período de junho de 1977 a dezembro de 1985 pouco antes do Plano Cruzado (1986), o preço médio real da terra de lavoura no estado do Paraná era 224,2% maior *vis-à-vis* ao estado de Goiás, tendência que foi seguida para os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo que tinham, respectivamente, o preço de suas terras 119,4% e 242,2% superiores a Goiás.

Já no interregno de junho de 1987 a dezembro de 1989, véspera do Plano Collor I, o preço médio real da terra de lavoura no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo ficou superior ao estado de Goiás, respectivamente, em 181,8%, em 114,3% e em 181,6%. Entretanto, quando comparado ao período anterior verifica-se que as variações no preço médio real das lavouras dos estados do sul e sudeste apresentaram uma tendência de queda *vis-à-vis* ao preço de Goiás. Isto já retrata parcialmente o processo de penetração dos imigrantes do sul e sudeste do Brasil que vieram para Goiás no bojo da política de expansão da fronteira agropecuária estimulada, a partir dos anos 80 do século XX, pelo governo federal.

No período de dezembro de 1990 a junho de 1994, antevéspera do Plano Real (1994), os preços médios reais da terra de lavoura no Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo já

apresentavam variações menores quando comparados ao preço real da lavoura em Goiás, pois ficaram em 111,8%, em 65,3% e em 88,7%, respectivamente maiores que Goiás.

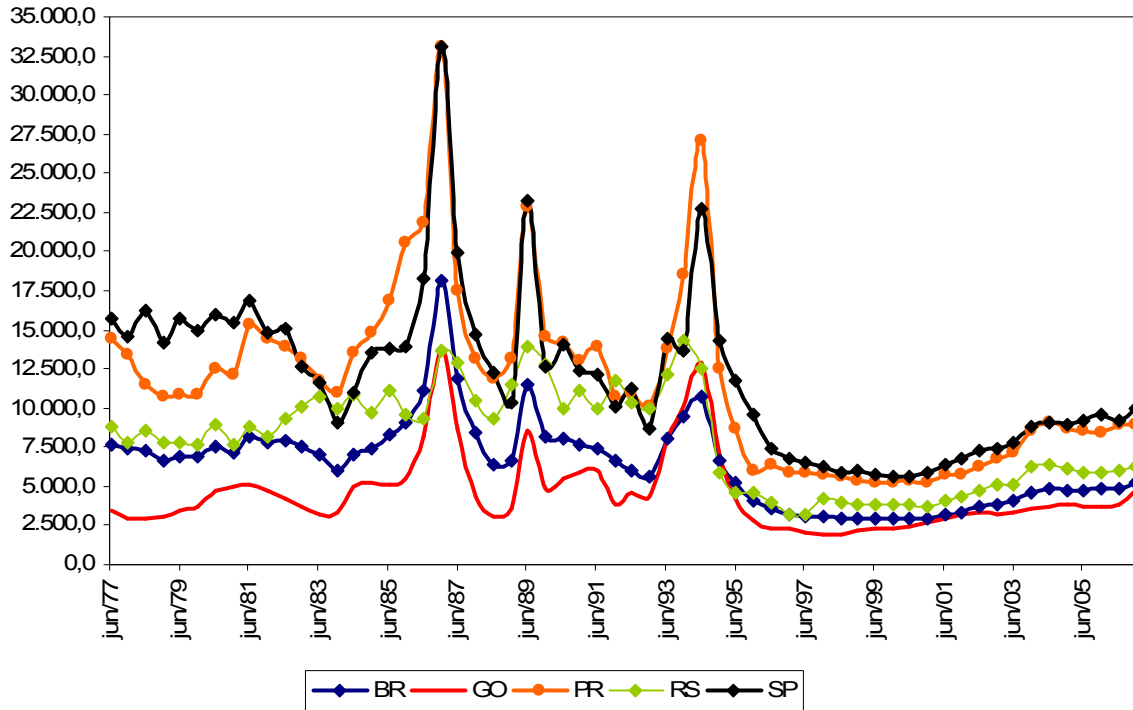


Figura 1 – Preço real da terra de lavoura (R\$/Ha) em Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo e Brasil no interregno de junho de 1977 a dezembro de 2006.

Fonte: Elaborado a partir dos dados secundários fornecido pela FGV (deflacionado IGP-DI 12/2006 = 100)

Não obstante, no intervalo de tempo posterior à estabilização monetária proporcionada pelo Plano Real observa-se, exceto o estado do Rio Grande do Sul, que a tendência delineada anteriormente de convergência estadual dos preços deste fator de produção é rompida e há um afastamento nos preços médios da terra de lavoura de São Paulo e Paraná *vis-à-vis* ao mesmo preço em Goiás. No caso do Rio Grande do Sul, o preço real médio da lavoura ficou quase 50% maior que Goiás, ao passo que Paraná e São Paulo apresentaram uma tendência de ampliação do hiato do preço médio real da lavoura quando comparado a Goiás, porque apresentaram um incremento de 121,4% e 148,6%.

Por sua vez, é importante registrar os fortes picos de valorização da terra, independente do estado retratado, nos períodos de véspera de planos de estabilização econômica (Plano Cruzado, Plano Collor I e Plano Real) quando houve um recrudescimento do processo inflacionário no

Brasil. Neste sentido, a tese de Ignácio Rangel de que a terra tornou-se um ativo especulativo, sobretudo em momentos de alta inflação, encontrou um substrato material no preço médio real da lavoura, pois a Fig. 1 mostra que nos períodos posteriores às estabilizações monetárias, houve uma forte deflação no preço da terra. Este processo é mais claro no período posterior ao Plano Real quando a estabilização monetária perpassa por mais de uma década e meia.

Por tudo isto, a explicação feita por Lessa e Dain (1998) de que a classe dominante aproveita estes momentos de instabilidade da política econômica para mostrar sua fereza e sua obliquidade patrimonialista pode ser verificada no caso do preço da terra no Brasil, especialmente em Goiás, pois este ativo não espelha somente o seu valor, enquanto, ativo produtivo, mas também como ativo especulativo<sup>42</sup>.

## 1.2 A Manutenção da Estrutura Fundiária

O caminho desenhado pela elite dominante em Goiás foi manter a estrutura fundiária intocada e avançar no processo de modernização das explorações agrícolas. Desta forma, a preocupação primordial desta parte é compreender como o processo de modernização conservadora se materializou em uma estrutura fundiária arraigada nas médias e grandes explorações agrícolas, notadamente na região centro-sul no período posterior a meados dos anos 70 do século XX.

Segundo o trabalho de Hoffmann (2000), que versa sobre a Distribuição da posse da terra no Brasil e nas unidades da federação conforme condição do produtor, 1970 a 1995/96<sup>43</sup>, o índice que mede o grau de distribuição da posse da terra para o estado de Goiás mostrou que, em 1975, o grau de concentração da terra era de 0,749, isto é, próximo do grau máximo de concentração fundiário que era a unidade.

Já em 1980 e 1985, os valores encontravam-se em 0,755 e 0,756, respectivamente, mostrando que entre o interregno dos censos agrícolas de 1975 a 1985 houve um incremento no grau de concentração da posse da terra no estado. E para o censo agropecuário de 1995/96, o

---

<sup>42</sup> Há um intenso debate e literatura que versa sobre os pontos destacados neste parágrafo. Entretanto, não é objetivo desta tese resgatar esta discussão.

<sup>43</sup> HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição da posse da terra no Brasil e nas unidades da federação conforme condição do produtor, 1970 a 1995/96*. Texto de discussão. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, nov. 2000, 73p, mimeo. Cf. <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/postufa.html>. Acesso: 02/10/2007.

índice de Gini foi de 0,741, confirmando a tendência de concentração da posse da terra em Goiás nas mãos de poucos proprietários rurais<sup>44</sup>.

Tabela 1 – Goiás: Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total

Estratos	Número de estabelecimentos				Área dos estabelecimentos			
	1975	1980	1985	1996	1975	1980	1985	1996
Menos de 10 ha	16.728	13.825	25.361	12.526	102.719	82.470	144.981	69.284
10 a menos de 100 ha	52.401	52.136	58.944	55.073	2.344.126	2.346.667	2.586.472	2.425.310
100 a menos de 1000 ha	37.729	39.133	41.217	38.728	11.368.581	11.941.312	12.622.853	12.011.556
1000 ha e mais	5.031	5.502	5.811	5.437	13.874.581	14.814.846	14.509.795	12.966.497
Total	111.889	110.596	131.333	111.764	27.690.007	29.185.295	29.864.101	27.472.647

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Como pode ser verificado na Tab. 01, os estratos de área que apresentaram maior número de estabelecimentos agrícolas nos censos agropecuários de 1975 a 1995/6 se concentraram na faixa que vai das propriedades de 10 a menos de 1.000 hectares. Em 1975, os dois estratos representavam quase 81% dos estabelecimentos agrícolas em Goiás, tendência que perpassou os quatro lustros que separam os censos agropecuários de 1975 e 1995/6 e representou, neste último, 84% do número de estabelecimentos agrícolas no estado.

No caso da área dos estabelecimentos agrícolas, verifica-se para o mesmo período censitário que os estratos que concentraram as maiores áreas dos estabelecimentos agrícolas encontravam-se na faixa das propriedades com mais de 1.000 hectares. Em 1975, este estrato representou 50% da área das propriedades agrícolas goianas, fato que atravessou as décadas seguintes, chegando em 1995/6 a responder por 47% da área total do estado. Entretanto, é importante ressaltar que os estratos de área que apresentaram o maior número de estabelecimentos agropecuários tiveram uma participação, em termos de área, inferior a 9% em todos os censos agropecuários realizados nas duas décadas posteriores a 1975.

Não obstante, a faixa de 100 a menos de 1.000 hectares que apresentou uma participação significativa no número de estabelecimentos agrícolas, também foi responsável por um pouco mais de 40% da área dos estabelecimentos em todos os censos agropecuários. Desta forma,

<sup>44</sup> É importante ressaltar que não há uma base de comparação metodológica entre os censos agropecuários de 1975, 1980, 1985 e o censo agropecuário de 1995/1996. Isto acontece devido ao período de abrangência da realização da coleta dos dados, uma vez que o último foi realizado no segundo semestre de 1995 não capturando, portanto, o período da safra agrícola. Maiores explicações para este problema serão realizadas nas páginas seguintes do trabalho.

verifica-se, para o estado de Goiás, que as áreas com mais de 100 hectares tiveram, no interregno censitário de 1975 a 1995/6, dimensões superiores a 90% da área dos estabelecimentos agrícolas.

Esta concentração de grande parte das áreas dos estabelecimentos na faixa com 100 ou mais hectares encontra um reforço argumentativo adicional no trabalho de Hoffmann (2000) quando analisou a participação percentual da área total correspondente aos 50% menores e os 5% maiores estabelecimentos agrícolas do estado. Segundo os cálculos deste autor para os censos de 1975 a 1995/6, a área dos 50% menores estabelecimentos tinha uma participação relativa inferior a 6% da área total, ao passo que a área dos 5% maiores estabelecimentos foi frequentemente superior a 48% da área total.

Em conformidade à condição do produtor, os censos agropecuários mostram que parte significativa dos produtores rurais em Goiás são proprietários dos seus estabelecimentos agrícolas. Essa tendência de predomínio do proprietário rural perpassou o interregno entre os censos agropecuários de 1975 a 1995/96 sendo que em 1995/96 os proprietários rurais representaram 91% dos donos da estrutura fundiária goiana.

Tabela 2 – Goiás: Número de estabelecimentos agropecuários de acordo com a condição do produtor.

Condição do Produtor	1975	1980	1985	1995 / 1996
Proprietário	113.108	122.767	103.695	101.152
Arrendatário	7.688	7.595	9.748	3.965
Parceiro	4.579	3.644	7.947	992
Ocupante	28.160	19.764	9.975	5.682
Total	153.535	153.770	131.365	111.791

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Elaboração: SEPLAN-GO /SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005

Por sua vez, observa-se que o número de estabelecimentos com arrendatários e parceiros apresentou uma elevação durante a década entre os censos agropecuários de 1975 e 1985. No entanto, há uma dificuldade de verificar se a tendência se manteve para a década seguinte ao censo agropecuário de 1985 em decorrência da inconsistência metodológica apresentada entre o censo agropecuário de 1995/96 e os demais.

Isto se deu, porque a abrangência do censo de 1995/96 não foi a mesma *vis-à-vis* aos censos agropecuários de 1975, 1980 e 1985, pois o período de coleta dos dados censitários foi diferente. Antes de 1995/96 o período censitário era o ano civil, ao passo que no censo de meados

dos anos 90 foi realizado a partir do segundo semestre de 1996 não capturando, portanto, as informações geradas no período de safra acontecido no primeiro semestre do ano.

Como existem várias explorações agrícolas que ficaram inativas na entressafra, então, não foram computadas nos dados censitários 1995/96 criando, assim, dificuldades para comparações censitárias intertemporais. Segundo informações do censo agropecuário de 1995/96 do IBGE são encontradas em Hoffman e Graziano da Silva (1999),

Na entressafra, muitas vezes são poucos os vestígios da atividade agrícola que se desenvolveu na área na safra anterior, e freqüentemente o responsável pela produção não pode ser encontrado na região em que se localiza o estabelecimento, pois terminou seus trabalhos e deixou o local. Isso pode acontecer, por exemplo, com estabelecimentos operados por parceiros e arrendatários, que recebem um pedaço de terra para cultivar mas que, depois da colheita, devolvem essa terra ao dono, desfazendo seu vínculo com a mesma. [...] Em suma, embora a coleta de dados feita a partir de agosto de 1996 tenha captado informações referentes a uma única safra, o que por si só representa um avanço em relação ao que ocorreu nos censos anteriores, o período de coleta correspondeu à época em que aqueles estabelecimentos de existência temporária, que tiveram produção na safra de 1995-1996, não mais existiam (IBGE, 1998a, p.30). (In. Hoffman e Graziano da Silva, 1999, p.2).

No entanto, há indícios de que o uso do solo goiano, nos últimos tempos com culturas com forte penetração no mercado internacional, como a soja e a cana-de-açúcar<sup>45</sup>, tem determinado uma reconfiguração na distribuição fundiária, pois as economias de escala que são necessárias para a produção destas culturas em condições competitivas têm acelerado o processo de arrendamento no estado causando, assim, a concentração, cada vez mais de parcelas da área dos estabelecimentos agrícolas nas mãos de poucos proprietários rurais.

Tabela 3 – Goiás: Imóveis rurais cadastrados no INCRA, segundo as regiões

Regiões	Número de Imóveis			Área (há)			Área média propriedades (há)		
	Pequena	Média	Grande	Pequena	Média	Grande	Pequena	Média	Grande
Região Centro-Norte	33.590	10.145	4.581	2.095.430	4.030.064	8.378.323	62	397	1.829
Região Centro-Sul	69.615	21.023	7.507	2.939.028	5.074.465	8.439.621	42	241	1.124
Total	103.205	31.168	12.088	5.034.458	9.104.528	16.817.944	49	292	1.391

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005.

Nota:

- Pequena propriedade - até 4 módulos fiscais;
- Média propriedade - mais de 4,1 a 15 módulos fiscais;
- Grande propriedade - mais de 15,1 módulos fiscais;
- 1 módulo fiscal = 0 – 4 há;
- Posição de outubro de 2003;

<sup>45</sup> Estes dados serão discutidos no próximo item do capítulo.

Em termos regionais, os dados organizados a partir do cadastro de imóveis rurais do INCRA<sup>46</sup> demonstram, a partir da Tab. 3, que a região centro-norte aglutinou 33% dos imóveis do estado e 47% da área total<sup>47</sup>. Já a região centro-sul concentrou 67% dos imóveis e 53% da área do estado em outubro de 2003. No caso dos imóveis rurais, as pequenas propriedades representam 47,5%; as médias, 14,4% e, por fim, as grandes, 5,1% do total da região centro-sul. Já no caso da área, as pequenas propriedades detiveram 9,5% da área total; as médias propriedades 16,4% e, finalmente, as grandes 27,3%.

Portanto em Goiás, 70,5% das pequenas propriedades concentraram 16,3% da área, ao passo que 8,3% das grandes propriedades aglutinaram 54,3% da área total do estado. No caso específico da região centro-sul observa-se a mesma tendência apresentada para o estado, pois 7,6% do total das grandes propriedades foram responsáveis por 51,3% da área total.

Desta forma, as médias e grandes propriedades concentram um pouco mais de 82% da área da região centro-sul. Estes dados demonstram em conjunto com os dados da área média das propriedades que a estrutura fundiária em Goiás e, sobretudo, na região centro-sul arraigou-se nas médias e grandes propriedades rurais que tiveram respectivamente em média, uma área de 241 hectares e 1.124 hectares. No entanto, é importante ressaltar que estes valores foram inferiores aos encontrados para a região centro-norte.

Neste sentido, as microrregiões que compõem a região centro-norte apresentaram em geral áreas médias nos estratos das pequenas, médias e grandes propriedades superiores àquelas encontradas na região centro-sul. Entretanto, daquelas microrregiões que formam a região centro-sul, o Sudoeste de Goiás é o que apresentou a maior área média nos estratos das pequenas, médias e grandes propriedades. Em geral, a área média das pequenas propriedades foi de 65 hectares, das médias propriedades, de 339 hectares e das grandes propriedades, de 1.521 hectares.

---

<sup>46</sup> Cf. [http://portalsepin.seplan.go.gov.br/pub/anuario/2005/estfundiaria/tab01\\_fundiaria.htm](http://portalsepin.seplan.go.gov.br/pub/anuario/2005/estfundiaria/tab01_fundiaria.htm). Acesso: 5/09/2007.

<sup>47</sup> É importante ressaltar que as microrregiões que fazem parte da região Centro-Sul são as seguintes: Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns, Goiânia, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois, Meia Ponte, Pires do Rio, Catalão e Quirinópolis. Já no caso das microrregiões do Centro-Norte são as seguintes: São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho, Aragarças, Porangatu, Chapada dos Veadeiros, Vão do Paraná e Entorno de Brasília. A classificação das microrregiões de Goiás segue a tipologia desenvolvida pela resolução PR número 11 de 05/06/1990 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Tabela 4 – Goiás: Imóveis rurais cadastrados no INCRA segundo as microrregiões.

Microrregião	Imóveis			Área			Área média propriedades		
	Pequena	Média	Grande	Pequena	Média	Grande	Pequena	Média	Grande
São Miguel do Araguaia	2.011	1.098	706	184.380	551.419	1.524.916	92	502	2.160
Rio Vermelho	3.958	1.294	631	153.395	462.262	1.265.081	39	357	2.005
Aragarças	2.245	823	384	157.539	305.728	681.850	70	371	1.776
Porangatu	9.235	2.427	706	691.915	1.021.522	943.842	75	421	1.337
Chapada dos Veadeiros	1.786	692	420	176.117	402.682	1.137.020	99	582	2.707
Vão do Paranã	3.284	652	437	222.377	356.008	1.079.908	68	546	2.471
Entorno de Brasília	11.071	3.159	1.297	509.708	930.444	1.745.708	46	295	1.346
Ceres	9.027	1.979	615	296.546	377.514	534.308	33	191	869
Anápolis	8.496	1.713	397	219.366	257.041	245.246	26	150	618
Iporá	3.349	1.049	357	139.603	213.290	320.515	42	203	898
Anicuns	5.020	984	249	149.738	173.167	182.825	30	176	734
Goiânia	6.769	1.243	304	281.128	193.708	139.435	42	156	459
Sudoeste de Goiás	8.291	4.629	2.338	537.987	1.568.381	3.555.929	65	339	1.521
Vale do Rio dos Bois	5.406	1.667	744	187.927	347.946	809.425	35	209	1.088
Meia Ponte	8.891	3.134	843	422.919	736.860	775.059	48	235	919
Pires do Rio	6.199	1.463	270	276.402	350.866	228.452	45	240	846
Catalão	5.194	1.683	499	285.788	489.788	602.697	55	291	1.208
Quirinópolis	2.973	1.479	891	141.624	365.904	1.045.731	48	247	1.174
<b>Total</b>	<b>103.205</b>	<b>31.168</b>	<b>12.088</b>	<b>5.034.458</b>	<b>9.104.528</b>	<b>16.817.944</b>	<b>49</b>	<b>292</b>	<b>1.391</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005.

Nota:

- Pequena propriedade - até 4 módulos fiscais;
- Média propriedade - mais de 4,1 a 15 módulos fiscais;
- Grande propriedade - mais de 15,1 módulos fiscais;
- 1 módulo fiscal = 0 – 4 há;
- Posição de outubro de 2003;

Não obstante, as microrregiões da região centro-sul que apresentaram as menores áreas em termos de pequenas propriedades foram Anápolis e Anicuns. No caso das médias e grandes propriedades, as microrregiões com a menor área média foram Goiânia, Anápolis e Anicuns. De tudo isto, pode-se constatar que a área central do estado (veja Fig. 2) apresentou uma estrutura fundiária mais desconcentrada.

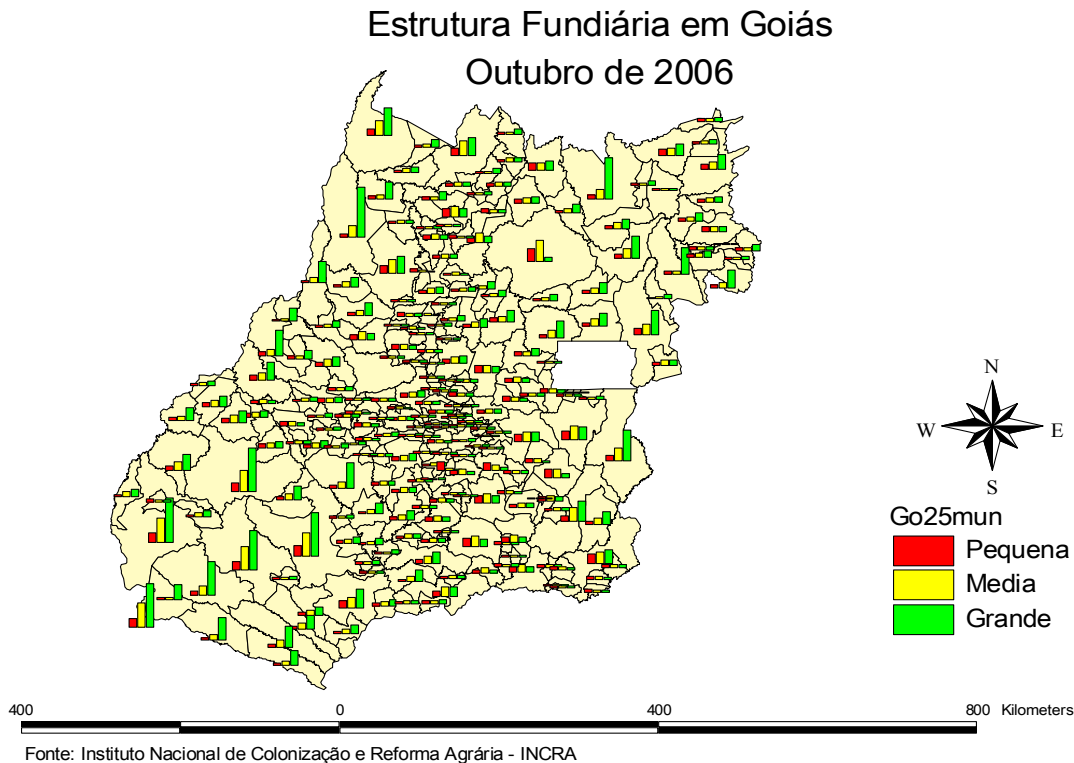


Figura 2 – Goiás: Estrutura Fundiária em nível municipal – outubro de 2006.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005.

Por fim, destaca-se que a estrutura fundiária em Goiás, sobretudo na região centro-sul, é constituída por um pequeno número de imóveis rurais que detém grande parte da área dos estabelecimentos agrícolas<sup>48</sup>. Neste sentido, o processo de modernização conservadora foi conduzido politicamente pela oligarquia dominante e avançou na região centro-sul seguindo os caminhos da via prussiana, pois não houve o fracionamento da grande exploração agrícola.

<sup>48</sup> Mesmo naqueles momentos em que existiu uma propensão política em implantar uma estrutura fundiária diferente da média e grande exploração agrícola como foi o caso da CANG, as forças conservadoras intervieram e abandonaram aqueles pequenos produtores familiares à própria sorte, fato que favoreceu novamente a concentração da estrutura fundiária no vale do São Patricio.

## 2. Os Programas de Desenvolvimento Regional

As transformações na estrutura e nas atividades agropecuárias em Goiás potencializaram-se a partir do II Plano de Desenvolvimento Econômico (PND) – 1974 a 1979 quando o Estado interveio nas regiões periféricas ao eixo dinâmico da economia nacional, mormente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro formulando políticas de desenvolvimento regional cujos objetivos eram incrementar a industrialização destes espaços econômicos para reduzir as desigualdades *intra* e *inter* regionais, ampliar os laços de complementaridade entre as economias periféricas e as economias centrais do capitalismo brasileiro e criar mercados para o setor industrial nacional.

Tudo isto aconteceu porque o desenvolvimento industrial em São Paulo foi determinado a partir da ruptura do padrão de acumulação primário exportador proporcionado pela Revolução Burguesa e Liberal dos anos 30, que internalizou neste estado os principais setores industriais do Modelo de Substituição de Importações que, em um momento posterior, espalhou-se para os demais estados da região Sudeste induzindo, assim, o processo de concentração industrial e de renda nestes espaços regionais.

Deste modo, o governo do presidente Ernesto Geisel instituiu um conjunto de planos regionais que estimularam e consolidaram os pólos de desenvolvimento econômico nos espaços regionais às margens do centro do capitalismo nacional, como foi caso de Goiás. Desta forma, a estrutura agropecuária goiana enraizada em explorações agropecuária tradicional e familiar foi aos poucos substituída por outra estrutura alicerçada na agropecuária empresarial e capitalista demandante de inovações tecnológicas provenientes do setor industrial, a qual nasceu com a constituição dos complexos agroindustriais nacionais.

Neste sentido, os principais planos de desenvolvimento regional implantados em Goiás foram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO (1975); o Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (1979) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER (1985)<sup>49</sup> que, segundo Shiki (1997)<sup>50</sup>, foi implantado em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul durante a fase do

---

<sup>49</sup> No entanto, é importante ressaltar que o PRODECER I foi implantado em 1979 na região do cerrado de Minas Gerais.

<sup>50</sup> SHIKI, S. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o Caos? In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A. C. (org.) Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: EDUFU, 1997, p.135-167.

PRODECER II. Além destes programas, foi instituído também o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) em 1989.

Como destacou Estevam (1998), “Antes do II PND, com exceção da implantação dos grandes projetos agropecuários no norte de Goiás via incentivos da SUDAM, a intervenção federal no estado ficou restrita à implantação de infra-estrutura - especialmente rodovias - visando facilitar e apoiar a ocupação produtiva.” (Estevam, 1998, p. 165)<sup>51</sup>. Entretanto, é importante ressaltar que Estevam (1998) não considerou em sua análise as políticas agrícolas implantadas, a partir de 1965 com o desenho do SNCR que tiveram um papel fundamental na irrigação de créditos de custeio, investimento e comercialização para esta região estimulando, mesmo de forma embrionária, os gérmenes das mudanças que aconteceram nas unidades de exploração agrícolas a partir de 1975.

Deste modo, o processo de modernização da agropecuária goiana foi potencializado ainda mais com as políticas de desenvolvimento rural implantadas a partir de meados dos anos 70 do século XX, pelo POLOCENTRO cujo objetivo foi instituir em Goiás, notadamente na região centro-sul, uma nova estrutura agropecuária. Esta por sua vez, objetivava modernizar as médias e grandes propriedades rurais sem alterar a estrutura fundiária seguindo, desta forma, os trilhos do processo de modernização conservadora descrito por Barrington Moore Júnior (1975).

O POLOCENTRO foi um dos principais planos de desenvolvimento regional realizados pelo governo federal para colocar a região do cerrado no circuito de produção empresarial de grãos no Brasil. Na regulamentação do POLOCENTRO, o artigo 1º determinava que o objetivo do programa era “(...) promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do Oeste de Minas Gerais mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial.” (Circular 259/BACEN, 1975, p. 1).

---

<sup>51</sup> Essas afirmações são corroboradas com a argumentação desenvolvida por Mueller (1990) quando destacou que “Até o fim da década de 60, não existiam programas especiais para estimular a expansão agrícola no sul do Centro-Oeste. O aumento da produção dependia da abertura de estradas, da criação de um mínimo de infra-estrutura de apoio à agropecuária e – de forma muito importante – da disponibilidade de terras aptas para o cultivo com as técnicas agropecuárias então conhecidas. Na verdade, este foi um fator de amortecimento da expansão agrícola na região. Na década de 60 completou a ocupação das terras acessíveis com essas características no sul de Goiás e de Mato Grosso do Sul e o avanço das frentes comerciais para áreas mais setentrionais do Centro-Oeste foi bloqueado pelo fato de que ali predominava o ‘cerrado’, que não se sabia como cultivar.” (Mueller, 1990, p. 51).

Para tanto, no artigo 9º da referida regulamentação há uma indicação clara de que os beneficiários do POLOCENTRO somente “(...) poderão candidatar-se ao Programa desde que se disponham a acatar as recomendações do órgão responsável pela assistência técnica e que se evidencie indubitavelmente o ânimo de exploração agropecuária, em bases empresariais (...)” (Circular 259/BACEN, *op. cit.*, p. 3).

Por conseguinte, o documento de normalização do POLOCENTRO deixa claro que o objetivo é estimular uma agropecuária em bases tipicamente capitalistas, descartando, portanto, qualquer incentivo para o desenvolvimento de atividades agropecuárias arraigadas em bases tradicionais e familiares. Desta forma, a agricultura que nasceu com o POLOCENTRO é estimulada a apresentar forte vínculo à montante com o setor industrial responsável pelo desenvolvimento e pela difusão de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas.

Além dos créditos do POLOCENTRO, havia também o crédito rural subsidiado, proveniente do SNCR, que teve um papel importante para estimular os proprietários rurais a adotarem os insumos modernos provenientes dos pacotes tecnológicos desenvolvidos pelas principais multinacionais do setor de máquinas e equipamentos agrícolas, fertilizantes e defensivos em suas unidades de exploração agrícola<sup>52</sup>. De acordo com o trabalho desenvolvido por Castro e Fonseca (1995), a participação do Centro-Oeste na composição do crédito proveniente do SNCR foi ligeiramente ascendente ao longo dos anos 80, pois passou de uma posição de 5,85% (1980) para 6,21% (1990)<sup>53</sup>.

A propósito, outro programa de incentivo instituído pelo governo federal para motivar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste foi o Fundo Constitucional de

---

<sup>52</sup> “A verdade é que os frutos mais maduros e mais doces do processo alcançado na estratégia de modernização conservadora são colhidos pelo complexo agroindustrial, cujos integrantes principais podem ser individualizados em nosso país: A montante do complexo do lado da entrada dos insumos necessários à produção, acham-se as multinacionais do porte de uma Massey-Ferguson, é a maior fabricante de tratores em nosso país; os Anderson Clayton, com sede no Texas, os maiores comerciantes de algodão do mundo, fabricantes aqui de rações e fertilizantes; o grupo Bunge Born, representado por uma de suas unidades – a Serrana – fabricante de adubos químicos; no enclave central, permanecem os latifúndios tradicionais e os modernizados, grupo a que pertencem os pecuaristas, os usineiros do açúcar, os fazendeiros de café, os produtores mecanizados de trigo, soja, arroz e milho, do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Centro-Oeste.” (Guimarães, 1977, p. 5).

<sup>53</sup> A região Centro-Oeste manteve, basicamente, constante sua participação nos recursos financeiros concedidos à agricultura, à diferença das regiões Nordeste (até 1987) e Sul (principalmente nos últimos anos), que ampliaram suas participações relativas ao longo da década. Se no início da década o Centro-Oeste respondia por cerca de 5,85% do total, a média dos dez anos para os quais os dados foram considerados atinge 5,99%, sendo que a participação do Centro-Oeste na oferta nacional de produtos como o milho e a soja elevou-se consideravelmente ao longo da década. (Castro e Fonseca, 1995, p. 12).

Financiamento do Centro-Oeste (FCO), instituído com a promulgação da Constituição Federal do Brasil, outubro de 1988, determinando em seus Artigos 159 (inciso I e alínea “c”) e 161 (inciso II)

Três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer. (Constituição Federal do Brasil, 1988)

Neste sentido, a Lei 7.827 de 27/09/1989 veio regulamentar o Artigo 159 da Constituição Federal e instituir o FCO<sup>54</sup>, que nasceu com a preocupação de direcionar “(...) recursos aos investimentos de longo prazo [...] que permitam contribuir para o desenvolvimento regional sustentável e promovam a modernização das atividades econômicas tradicionais [...]” (MIN/FCO, 2006, p. 4). Para tanto, o foco central do FCO é determinar uma transformação na estrutura industrial e agropecuária dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Para a realização destes objetivos institucionalizaram-se os seguintes programas e subprogramas<sup>55</sup>:

- **FCO Empresarial:** Programa de Desenvolvimento Industrial; Programa de Infra-Estrutura Econômica; Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional; Programa de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços;
- **FCO Rural:** Programa de Desenvolvimento Rural; Programa de Desenvolvimento de Irrigação e Drenagem; Programa de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural; Programa de Integração Lavoura-Pecuária; Programa de Conservação da Natureza; Programa de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aqüicultura; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;

---

<sup>54</sup> De acordo com a Lei 7.827/89 as principais fontes financeiras do FCO eram provenientes do Tesouro Nacional (arrecadação do IPI e IR), dos retornos financeiros provenientes dos projetos do FCO e dos seus recursos não aplicados.

<sup>55</sup> Estas informações referem-se ao ano de 2006. Segundo Barbosa (2005) existiram muitas mudanças na legislação do FCO desde sua implantação até a presente data. Para maiores detalhes veja em Barbosa (2005, p. 64 *et. seq.*).

Por tudo isto, o objetivo do FCO era determinar o aprofundamento das relações entre o setor industrial e a agropecuária no estado de Goiás dando condições para que esta última avançasse cada vez mais no processo de modernização conservadora. Desta forma, o crédito do FCO teve (em conjunto com o crédito ofertado pelo POLOCENTRO e PRODECER) um papel na mudança da estrutura agropecuária, sobretudo da região objeto de estudo, pois “(...) o FCO oferece aos produtores o Programa de Desenvolvimento Rural<sup>56</sup>. A linha incentiva a utilização de tecnologias avançadas, como forma de melhorar a produtividade e aumentar a renda agropecuária.” (MIN/FCO, *op. cit.*, p. 8).

Neste sentido, estes projetos de financiamento à agropecuária tiveram um papel importante na introdução do progresso técnico no território goiano, pois aumentaram a produtividade do trabalho agrícola e, com isso, sua produção agropecuária, notadamente, naquelas culturas de exportação. De acordo com Lunas e Ortega (2003), “A sojicultura, em todo aquele período, foi favorecida pelas políticas públicas, visando a conseguir a expansão de sua produção para uma maior inserção no mercado internacional.” (Lunas e Ortega, 2003, p. 149).

No entanto, os principais beneficiários deste crédito agrícola fora àqueles segmentos do setor agropecuário goiano que eram proprietários das médias e grandes explorações agrícolas, pois foram eles os estimulados pelo Estado no sentido de modernizar suas atividades agropecuárias.

Esses dados refletem uma característica básica do Polocentro. Ele foi na realidade um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial nas áreas do cerrado. Mediante o fortalecimento de crédito altamente subsidiado, de assistência técnica e de remoção de obstáculos ao seu funcionamento. A pequena agricultura das áreas atingidas quase não se beneficiou. Os objetivos do Polocentro, enunciados nos seus documentos básicos foram desvirtuados pela ação de setores influentes, que conseguiram voltar a administração do programa a seu favor. (Mueller, 1990, p. 55).

Estas constatações encontradas por Mueller (1990) para o caso do POLOCENTRO foram destacadas também por Barbosa (2005) para o caso do FCO. Para a autora, “Pelos dados levantados, podemos concluir que os mini e micro produtor/empresários nunca foram

---

<sup>56</sup> É importante destacar que nas diretrizes de programação contidas na Lei 7.827 e Lei 10.177 do FCO há explicitamente uma indicação de vinculação do crédito do FCO à assistência técnica para os produtores carentes demandarem as inovações físico-químicas, mecânico e biológico. Entretanto, é importante ressaltar que o crédito do FCO foi canalizado principalmente para os médios e grandes produtores rurais em detrimento dos produtores mais carentes, que eram os pequenos produtores.

efetivamente a prioridade do FCO. [...] os médios e grandes passam a ser os principais beneficiários.” (Barbosa, 2005, p. 122).

Não obstante, o novo padrão agrícola em Goiás foi também impulsionado pelos esforços de pesquisa e extensão rural realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), que desenvolveram e difundiram inovações biológicas, mecânicas e físico-químicas para adaptar o ciclo de vida das culturas agrícolas, em especial da soja, às condições edafoclimáticas do Planalto Central<sup>57</sup>.

No caso do cerrado goiano, suas terras eram vistas como “(...) áreas de terras ‘imprestáveis’ para a agricultura, devido ao solo ácido, pobre em nutrientes e com alta concentração de alumínio, elemento desfavorável às espécies vegetais agricultáveis, por apresentarem certa toxicidade.” (Ferreira e Fernandes Filho, 2003, p. 113).

Portanto, os caminhos para o processo de modernização da agricultura goiana e, sobretudo, da região centro-sul estavam abertos com a implantação destes projetos de desenvolvimento regional que tinham por objetivo incrementar a produção agropecuária para suprir os elos das cadeias dos complexos agroindustriais que se formavam no estado e no país, como também para gerar um excedente de produtos primários (básicos) para exportação.

### **3. O Processo de Modernização nas Atividades de Produção Agrícola**

O início do processo de modernização das unidades de exploração agrícolas em Goiás, e sobretudo na região centro-sul, teve seu ponto inaugural a partir de meados dos anos 70 do século XX, com as políticas desenhadas pelo POLOCENTRO (1975), Programa de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília (1979), PRODECER (1985) e FCO (1989), os quais tiveram por objetivo difundir pacotes tecnológicos para os produtores rurais incrementarem a produtividade do trabalho.

---

<sup>57</sup> Conforme Queiroz (2003) “O cenário do Estado de Goiás se apresentava, em 1973, com sua área territorial, cerca de 88%, enquadrada em solos sob cerrado, cujas terras eram consideradas de baixa fertilidade e tidas como grande fator limitante para a produção agrícola. Desse modo, na visão da EMGOPA (1978), ‘o cerrado em Goiás assume particular importância. São cerca de 555.000 km<sup>2</sup> que, uma vez integrados ao processo produtivo, mediante sistemas exploratórios ajustados às suas peculiaridades, irão fortalecer a participação econômica do Estado de Goiás na agricultura brasileira’”. (Queiroz, 2003, p. 63).



Assim, a participação do Estado - em nível federal e estadual - teve um papel primordial para a mudança na estrutura e nas atividades agropecuárias da região em destaque, pois proporcionou os instrumentos de crédito para investimento, custeio, comercialização e assistência técnica necessários para a implementação das inovações físico-química, biológica e mecânicas indispensáveis para os produtores rurais expandirem o produto do seu trabalho agrícola.

Tabela 5 – Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas nas regiões de Goiás nos anos de 1975 e 1985

	(número de estabelecimentos)					
	1975			1985		
	Tratores	Fertilizantes	Defensivos	Tratores	Fertilizantes	Defensivos
Região Centro-Norte	2.201	3.271	24.582	9.242	17.377	36.023
Região Centro-Sul	10.882	26.696	60.644	24.284	54.308	72.675
Total	13.083	29.967	85.226	33.526	71.685	108.698

Fonte: A partir dos censos agropecuários de 1975 e 1985

Como pode ser verificado na Tab. 5, a região centro-sul do estado de Goiás foi responsável, em 1975, por aproximadamente 84% do número de estabelecimentos demandantes de tratores em seus estabelecimentos agrícolas, por 90% do consumo de fertilizantes e por quase 72% do uso de defensivos agrícolas. Desta forma, estes indicadores de modernização sinalizam que o uso e a difusão destas inovações físico-químicas e mecânicas em meio aos produtores rurais desta região foram responsáveis pela transformação de parte das unidades de exploração agrícola tradicionais em unidades de exploração agrícolas tipicamente capitalistas.

No ano de 1985 verifica-se que a região centro-sul manteve a mesma tendência de aglutinar mais de 70% do número de estabelecimentos que utilizaram tratores e fertilizantes e 67% do uso de defensivos no estado. Em apenas dois quinquênios, a expansão do número dos estabelecimentos agrícolas que demandaram tratores na região centro-sul apresentou um incremento de 123%, ao passo que os estabelecimentos que utilizaram fertilizantes e defensivos provenientes dos setores industriais da economia tiveram um crescimento, respectivamente, de 103% e 20%.

Deste modo, constata-se que o uso de defensivos e fertilizantes foi a principal forma de difusão das inovações físico-químicas e mecânicas nas unidades de exploração agrícolas de Goiás, como também na região centro-sul do estado no período compreendido entre 1975 a 1985.

Tabela 6 – Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas nas microrregiões de Goiás nos anos de 1975 e 1985

Microrregiões	1975			1985		
	Tratores	Fertilizantes	Defensivos	Tratores	Fertilizantes	Defensivos
São Miguel do Araguaia	303	83	1.584	1.377	1.213	2.816
Rio Vermelho	427	635	3.562	1.460	2.559	4.169
Aragarças	234	413	1.723	766	1.455	2.484
Porangatu	443	721	7.045	1.869	4.140	10.205
Chapada dos Veadeiros	47	29	1.241	453	306	2.105
Vão do Paranã	121	36	1.881	484	426	3.333
Entorno de Brasília	626	1.354	7.546	2.833	7.278	10.911
Ceres	822	3.953	7.409	1.549	8.491	9.745
Anápolis	885	3.674	8.976	1.426	7.931	8.578
Iporá	145	534	3.402	491	1.771	3.443
Anicuns	466	1.843	4.267	637	3.633	5.232
Goiânia	653	2.821	4.746	1.291	5.192	5.922
Sudoeste de Goiás	2.213	2.882	6.582	6.544	5.812	9.624
Vale do Rio dos Bois	1.332	1.962	4.118	2.911	4.341	5.726
Meia Ponte	2.759	4.434	9.038	5.383	7.363	9.945
Pires do Rio	199	1.801	3.447	821	4.287	5.018
Catalão	366	2.354	5.177	1.002	3.728	4.961
Quirinópolis	1.042	438	3.482	2.229	1.759	4.481
Total	13.083	29.967	85.226	33.526	71.685	108.698

Fonte: A partir dos censos agropecuários de 1975 e 1985

No caso das microrregiões, os dados do censo agropecuário de 1975 demonstraram que o uso de tratores nos estabelecimentos agrícolas concentrou-se principalmente em Meia Ponte, Sudoeste de Goiás, Vale do Rio dos Bois e Quirinópolis - todas cidades da região centro-sul -, que aglutinaram, juntas, 56% desta inovação mecânica. Em relação aos fertilizantes, observa-se que as microrregiões de Meia Ponte, Ceres, Anápolis e Sudoeste de Goiás, também pertencentes à região centro-sul, foram responsáveis por consumir 50% destes insumos nos estabelecimentos agrícolas.

Em se tratando ao uso de defensivos constata-se que as microrregiões que mais procuraram esta inovação físico-química foram Meia Ponte, Anápolis, Entorno de Brasília e Ceres. Excluído o Entorno de Brasília, as demais microrregiões compõem a região centro-sul do estado. Neste sentido, estas 4 microrregiões juntas responderam por 39% dos defensivos utilizados nos estabelecimentos agrícolas goianos, ao passo que as microrregiões que compõem a região centro-sul aglutinaram juntas 30% do uso deste insumo nos estabelecimentos agrícolas.

Em 1985 os dados do censo agropecuário mostram que as microrregiões que apresentaram maior difusão de tratores em seus estabelecimentos agrícolas foram o Sudoeste de Goiás, Meia Ponte e Vale do Rio dos Bois que juntas responderam por quase 45% do uso desta inovação mecânica nos estabelecimentos agrícolas.

Entretanto, ressalta-se que a microrregião do Entorno de Brasília que se encontra exclusiva da região centro-sul, apresentou um incremento significativo no uso de tratores no interregno dos censos agropecuários de 1975 e 1985, pois teve uma expansão de 353% passando, assim, de 626 estabelecimentos que demandaram este insumo em 1975 para 2.833 estabelecimentos em 1985.

No caso do uso de fertilizantes verifica-se que em 1985 as microrregiões de Ceres, Anápolis e Meia Ponte demandaram 33% desta inovação físico-química nos estabelecimentos agrícolas. Em relação aos defensivos, o seu uso espalhou-se de forma mais dispersa pelo espaço agrário goiano, tendo em vista que as principais microrregiões que usaram esta inovação físico-química em seus estabelecimentos agrícolas foram o Entorno de Brasília e Porangatu, que juntas responderam por quase 20% do estado.

No caso das microrregiões que constituem a região centro-sul aquelas que apresentaram maior destaque foram Meia Ponte, Ceres e Sudoeste de Goiás, que juntas responderam por 27% da demanda dos estabelecimentos agrícolas de Goiás, de forma que estas cinco microrregiões juntas demandaram 47% do uso deste insumo no estado. Portanto, todos estes dados reforçam a evidência de que a penetração do progresso técnico aconteceu de forma mais intensiva na região centro-sul em decorrência de seus laços de complementaridade com São Paulo e Triângulo Mineiro.

Em se tratando de tratores, fertilizantes e defensivos do censo agropecuário de 1995/96 optou-se por apresentá-los separados dos demais censos agropecuários de 1975 e 1985 em decorrência das mudanças metodológicas ocorridas no censo agropecuário de 1995/96 que romperam, de certa forma, com a base comparativa dos demais censos agropecuários de 1975 e 1985.

Neste sentido, a abrangência do censo agropecuário de 1995/96 não foi a mesma dos demais censos agropecuários, pois a data da coleta dos dados censitários de 1995/96 aconteceu a partir do segundo semestre de 1996, não captando, portanto, o período de colheita que aconteceu no primeiro semestre do ano e foi recenseado pelos outros censos agropecuários.

Tabela 7 – Goiás: Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas regionais – ano de 1995/96

	(número de estabelecimentos)		
	1995/96		
	Tratores	Fertilizantes	Defensivos
Região Centro-Norte	12.215	14.895	32.984
Região Centro-Sul	31.098	44.355	73.803
Total	43.313	59.250	106.787

Fonte: A partir dos censos agropecuários de 1995/96

Os dados da Tab. 7 indicam que passada uma década do último censo agropecuário, a região centro-sul continuou como principal região goiana penetrada pelas forças produtivas capitalistas. Como exemplo, verifica-se que a região foi responsável por 72% da demanda de tratores dos estabelecimentos agrícolas. Quanto aos fertilizantes e defensivos verifica-se, também, que este espaço agrário aglutinou 75% e 70%, respectivamente, da demanda destas inovações físico-químicas nas unidades de exploração agrícola.

Logo, constata-se que a região centro-sul foi o principal espaço no estado de Goiás a sofrer, no processo de modernização conservadora, transformações profundas nas unidades de exploração agrícolas que eram, antes de 1975, enraizadas em uma estrutura agropecuária tradicional com reduzida incorporação de insumos modernos e ainda, dependentes da mão-de-obra familiar.

Entretanto, a penetração do progresso técnico no espaço goiano aconteceu de forma heterogênea porque sobreviveram, no mesmo tempo, unidades de exploração agrícolas modernas e voltadas para uma agropecuária empresarial e unidades de exploração agrícolas tradicionais, que deitaram raízes em uma agropecuária extensiva e familiar com baixa incorporação tecnológica.

No caso das microrregiões, observa-se que o Sudoeste Goiano, a Meia Ponte, o Entorno de Brasília e o Vale do Rio dos Bois foram responsáveis por 50% do uso de tratores nos estabelecimentos agrícolas. Excluído o Entorno de Brasília, ao longo dos tempos, as demais microrregiões da região centro-sul vieram consolidando-se como espaços em que o processo de modernização conservadora transformou parte das unidades de exploração agrícolas em capitalistas e empresariais.

Tabela 8 – Evolução dos indicadores de modernização nos estabelecimentos agrícolas nas microrregiões de Goiás no ano de 1995/96

Microrregiões	1995/96 (número de estabelecimentos)		
	Tratores	Fertilizantes	Defensivos
São Miguel do Araguaia	1.927	1.197	3.016
Rio Vermelho	1.915	1.562	4.544
Aragarças	869	909	2.651
Porangatu	2.477	4.019	8.358
Chapada dos Veadeiros	639	533	2.415
Vão do Paranã	873	862	3.378
Entorno de Brasília	3.515	5.813	8.622
Ceres	1.807	6.456	9.488
Anápolis	1.859	5.938	8.871
Iporá	695	1.556	4.004
Anicuns	775	2.901	5.306
Goiânia	1.732	3.843	5.925
Sudoeste de Goiás	8.253	4.476	9.236
Vale do Rio dos Bois	3.261	3.323	5.566
Meia Ponte	6.644	5.949	10.037
Pires do Rio	1.614	4.623	5.780
Catalão	2.072	3.396	4.906
Quirinópolis	2.386	1.894	4.684
Total	43.313	59.250	106.787

Fonte: A partir do censo agropecuário de 1995/96

Já no caso das inovações físico-químicas observa-se que 41% da demanda de fertilizantes concentraram-se nos estabelecimentos agrícolas que se localizaram nas microrregiões de Ceres, Meia Ponte, Anápolis e Entorno de Brasília. Por sua vez, a procura por defensivos foi maior nas microrregiões de Meia Ponte, Ceres, Sudoeste de Goiás e Anápolis, todas aglutinadas na região centro-sul. Juntas responderam por quase 36% do uso deste insumo nos estabelecimentos agrícolas goianos.

Portanto, verifica-se que o principal vetor de expansão da modernização da agricultura em Goiás e notadamente na região centro-sul foi o uso e a difusão entre os produtores rurais dos defensivos e fertilizantes. Isto pode ser explicado porque “(...) a disponibilidade de crédito subsidiado aos grandes produtores permitiu a expansão desenfreada e abusiva de insumos químicos – especialmente defensivos e fertilizantes (...)” (Szmrecsányi e Ramos, 2002, p. 240).

No entanto, é importante destacar que o processo de modernização das unidades de exploração agrícolas goianas, notadamente aquelas localizadas na região centro-sul do estado

materializou-se em virtude da forte participação do Estado enquanto agente responsável pela geração e difusão das tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA e pela EMGOPA entre os produtores rurais.

Não obstante, o pacto político tecido no interior do Estado pelas elites dominantes (burguesia e terratenentes) impediu que houvesse transformações profundas na distribuição da terra entre as classes sociais porque concentrou parte significativa do seu território nas mãos dos médios e grandes proprietários rurais. Desta forma, as mudanças na estrutura e nas atividades agropecuárias em Goiás, mormente na região centro-sul, seguiram o caminho traçados por Alberto Passos Guimarães quando discutiu o processo de modernização conservadora no Brasil, isto é, houve uma penetração do progresso técnico nas explorações agrícolas sem que existisse um fracionamento da estrutura fundiária da região.

Além disso, como destacou Estevam (1998), os produtores rurais que receberam empréstimos para financiar a modernização de suas unidades de exploração agrícola através dos créditos de custeio, investimento e comercialização decorrentes do SNCR ou do POLOCENTRO foram aqueles que apresentaram menores riscos para a operação bancária, isto é, médios e grandes produtores rurais. Logo, os bancos tenderam a

(...) selecionar clientes em função do nível de risco, das garantias apresentadas e da situação de liquidez dos mesmos e na busca de minimização da taxa de risco do empréstimo a tendência natural foi a concentração do crédito em mãos de maiores produtores. A concessão de crédito esteve atada à aquisição de máquinas e implementos agrícolas, aparelhamento que exigiu do propositante condições para a produção em alta escala. (Estevam, 1998, p. 171).

Neste sentido, a face contraditória deste novo padrão agrícola alicerçado na modernização da média e grande propriedade foi o de aprofundar ainda mais a heterogeneidade estrutural da economia goiana, sobretudo na região centro-sul onde o processo de modernização foi mais intenso.

#### **4. Espacialização da Produção Agropecuária**

As transformações decorrentes do processo de modernização conservadora que aconteceram na forma e nos métodos de produção das unidades de exploração agrícola em Goiás determinaram uma ruptura com a estrutura e as atividades agropecuárias enraizadas em uma

agropecuária de subsistência e no uso da mão-de-obra familiar. Com a constituição do novo padrão agrícola, parte da agropecuária goiana incrementou suas relações mercantis e financeiras com o setor urbano e industrial nacional e tornou-se parte integrante dos elos dos complexos agroindustriais.

Esta integração dos capitais agrário, industrial e financeiro favoreceu a especialização da agropecuária, ampliando, assim, a produtividade do trabalho, que se materializou no incremento da produção agropecuária regional. Neste sentido, as mercadorias agrícolas goianas foram deslocadas pelo espaço *intra* e *inter* regional com o objetivo de abastecer os setores industriais e urbanos com matérias-primas e alimentos.

No caso das relações entre Goiás e as economias paulista e o Triângulo Mineiro, este estreitamento dos elos mercantis e financeiros foi responsável para reforçar ainda mais os laços complementares destas economias contribuindo, assim, para a mudança no *mix* de produtos agropecuários em terras *goyases*.

Isto somente foi possível devido à expansão da rede de transporte ferroviário e sobretudo do transporte rodoviário em Goiás com o deslocamento da Capital Federal para o Planalto Central durante o Plano de Metas (1955 – 1960). Este emaranhado de modais de transportes integrou o mercado goiano ao mercado nacional, favorecendo, assim, o escoamento da produção de grãos, notadamente o arroz, para os principais centros de consumo em Goiás, como também para o Triângulo Mineiro e São Paulo.

Desta forma, o eixo central da argumentação nesta parte é analisar a questão agrícola em Goiás dando destaque especial para as mudanças na composição dos produtos agrícolas e sua espacialização no espaço agrícola do estado. Para tanto, compreende-se a questão agrícola como algo que diz “(...) respeito aos aspectos ligados às mudanças na *produção em si mesma*: o que se produz, onde se produz e quanto se produz.” (Graziano da Silva, 1998, p. 11). Este ponto tem sua importância porque a configuração da produção e a localização agropecuária tiveram importância central para o desenvolvimento agroindustrial vivenciado no estado a partir de meados dos anos 80 do século XX.

No entanto, o recorte temporal proposto nesta parte da argumentação irá recuar três lustros do início do processo de modernização conservadora da agricultura goiana e, em particular, da região centro-sul. Isto se justifica, pois somente assim, há elementos objetivos para

compreender a constituição e a composição das principais culturas no Estado antes e depois da penetração do progresso técnico em seu espaço agrícola.

Tabela 9 – Participação percentual (%) das principais culturas em termos de área colhida no Estado de Goiás.

Ano	Arroz	Feijão	Cana-de-açúcar	Milho	Soja
1960	58,0	10,8	4,7	26,5	0,0
1969	62,1	10,5	2,1	25,3	0,1
1975	50,4	11,9	0,8	34,0	2,9
1980	49,1	6,6	0,8	33,3	10,2
1985	36,9	6,2	3,6	31,9	21,4
1988	33,4	6,4	2,9	33,8	23,5
1989	25,6	4,2	3,1	35,1	32,1

Fonte: Dados elaborados a partir de Estevam (1998, p. 174).

Notas: Os dados secundários foram extraídos das Contas Nacionais FGV e dados do IPEA. Para evitar erros metodológicos devido ao desmembramento do Distrito Federal (DF) de Goiás, a partir dos anos 60 do século XX, esse foi retirado em todo o período.

Em 1960 o arroz e o milho foram as culturas de maior destaque entre as áreas colhidas de feijão, cana-de-açúcar, milho e soja no estado em decorrência da forte demanda, principalmente da cultura do arroz nos mercados *intra* e *inter* regionais. No geral, essas duas culturas responderam juntas por 84,5% da área colhida no Estado.

No entanto, observa-se que foi na década de 70 que a participação da área colhida do arroz apresentou uma trajetória de declínio *vis-à-vis* às demais culturas, mas manteve-se como principal cultura cultivada no estado. Entretanto, a partir de meados dos anos 70, coincidindo com o processo de modernização conservadora da agricultura, a área cultivada de soja apresentou uma trajetória ascendente em Goiás.

No início dos anos 80 as plantações de arroz e de milho foram responsáveis por 82,4% da área colhida no Estado, porém se expressava uma tendência de substituição entre as culturas no espaço agrícola goiano, pois a participação do arroz apresentou um declínio e, em 1980, chegou a 49,1% da área colhida. Em sentido oposto, a cultura da soja saiu de uma posição insignificante em 1969 para alcançar, no início dos anos 80, a casa dos 10,2%.

Este movimento de substituição entre os principais produtos agrícolas tornou-se mais intensivo com a expansão da fronteira agrícola a partir dos anos 80, quando houve um deslocamento de produtores, em particular dos estados de São Paulo, Minas Gerais e região Sul



do país para Goiás em busca de novas oportunidades de negócio. Ao chegarem à nova fronteira agrícola, os produtores sulistas, paulistas, mineiros e outros mais demandaram créditos ofertados pelo POLOCENTRO e pelo SNCR e introduziram as inovações tecnológicas necessárias para transformar a região do cerrado de terras poucos férteis em uma agricultura empresarial. Com isto, a cultura da soja, principal representante dos pacotes tecnológicos agrícolas, viu sua área colhida se incrementar e tornar-se a principal cultura do estado desde o final dos anos 80.

Um reflexo deste processo de modernização conservadora da agricultura goiana se materializou na expansão do produto da agropecuária. Em 1970, como demonstrou Estevam (1998, p. 196), a agropecuária goiana representava 28% da composição percentual da renda agregada do estado, ao passo que a indústria detinha 9%. Já em 1985 a agropecuária era responsável por 19,7% da renda agregada enquanto a indústria detinha 26,5%.

Mesmo apresentando tendência decrescente, ainda assim a agropecuária tinha uma forte participação na composição do produto interno goiano. Deste modo, o processo de modernização conservadora determinou um ganho na produtividade do trabalho agrícola que contribuiu para garantir certa estabilidade, ao longo do tempo, na participação da agropecuária na composição do valor adicionado goiano<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Como destacou Mattei (1998), “Por um lado, nas regiões de fronteira agrícola (Norte e Centro-Oeste) houve uma alteração do perfil tradicional da ocupação agrícola que vigorava até o início dos anos 80. O novo cenário mostra uma agricultura fortemente mecanizada. Decorre daí uma elevação brutal da produtividade do trabalho, cujo índice situa-se em torno de 24,7% para a região Norte e na faixa de 84,3% para a região Centro-Oeste, no período compreendido entre os anos de 1981 a 1988.” (Mattei, 1998, p. 53).

Tabela 10 – Goiás: Distribuição do valor adicionado pelos três conjuntos de atividades econômicas – 1985 – 2004

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços
1985	19,7	26,5	53,8
1986	20,1	30,8	49,1
1987	16,8	24,3	59,0
1988	15,1	27,6	57,3
1989	11,8	27,7	60,5
1990	14,5	24,7	60,8
1991	13,6	25,3	61,1
1992	13,3	27,5	59,2
1993	16,2	26,7	57,1
1994	18,7	28,3	53,0
1995	18,1	26,1	55,9
1996	15,8	26,7	57,5
1997	15,9	29,4	54,7
1998	16,4	28,7	54,9
1999	16,2	29,6	54,3
2000	17,2	32,5	50,3
2001	17,5	35,0	47,4
2002	22,5	32,6	44,9
2003	21,9	35,2	42,9
2004	20,7	35,5	43,8

Fonte: Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2006

Como pode ser verificada nos dados da Tab. 10, entre o período de 1985 a 2004, a agropecuária manteve uma importante participação no PIB goiano, sobretudo quando comparada com a indústria, mostrando, deste modo, que Goiás ainda tem parte significativa de sua atividade econômica enraizada nos setores agropecuários. No entanto, essa expansão do produto agrícola aconteceu a partir dos anos 80 em decorrência da difusão da cultura da soja pelo espaço agrícola goiano. De acordo com Lunas e Ortega (2003) “A incorporação recente do cerrado está associada à implantação de culturas que até então não eram comuns na região, como é o da soja (...).” (Lunas e Ortega, 2003, p. 140).

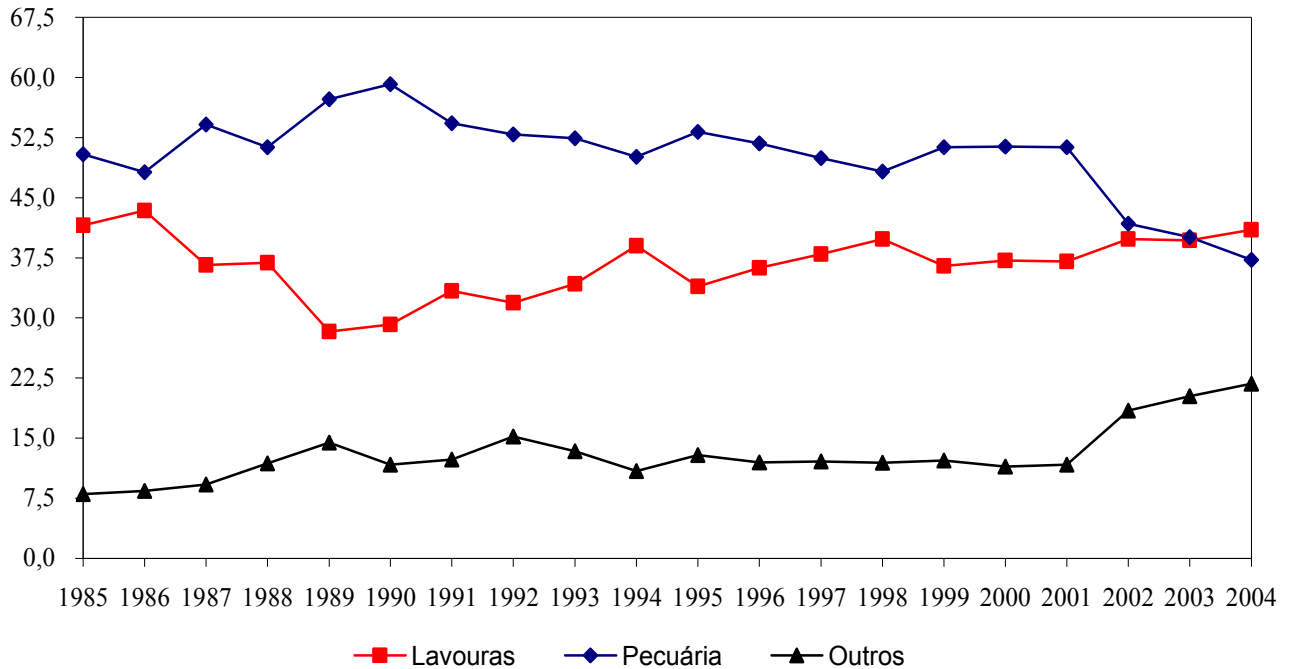


Figura 3 – Goiás: Distribuição do valor adicionado pelos três conjuntos de atividades agropecuárias entre 1985 e 2004.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da Secretaria de Planejamento do estado de Goiás.

Quando se desagrega a estrutura da agropecuária goiana em suas subcategorias verifica-se que a pecuária é a atividade que apresentou, no interregno de meados dos anos 80 ao primeiro quadriênio do ano 2000, a maior participação relativa em sua composição total. Em 1985 a categoria bovina, segundo dados da SEPLAN/GO, representava 34% do produto interno bruto da pecuária goiana, ao passo que a de suínos 2,8%, de aves 1,2% e de leite 10,6%. Já em 2004, observa-se que a participação dos bovinos caiu para 24,2%, dos suínos permaneceu estável em 3,0%, mas de aves e leite apresentaram ligeira queda, pois aglutinou, respectivamente, 0,9% e 7,6% do conjunto da pecuária.

Esta característica de a pecuária ser a principal atividade agropecuária no estado remonta ao período da formação econômica do estado quando a economia aurífera se esgotou e, dando lugar, à pecuária extensiva, que se tornou mais acentuada com o entrelaçamento da economia goiana à economia paulista e ao Triângulo Mineiro nas primeiras décadas do século XX quando o boi alcançou “(...) os mercados consumidores e especuladores do Sul de Goiás, do Triângulo Mineiro e das feiras paulistas de Araçatuba e Barretos.” (Barreira, 1997, p. 111).

Distribuição da População Bovina em Goiás  
Anos Recentes

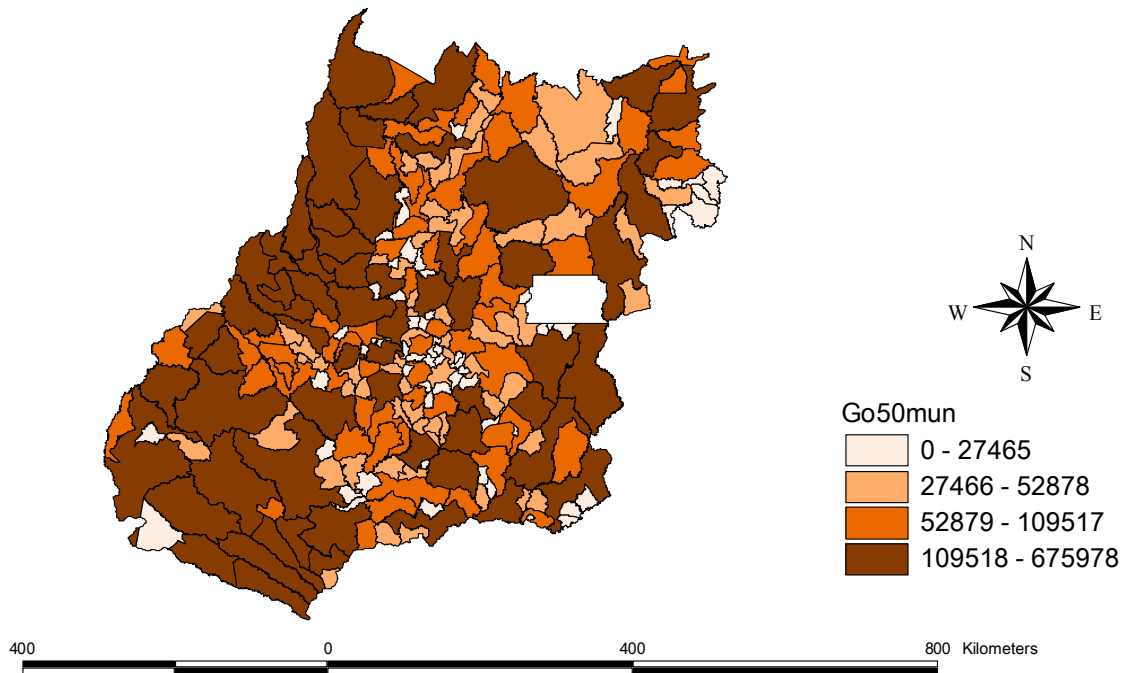


Figura 4 – População Bovina no Estado de Goiás: Anos Recentes

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE.

Nota:

- Anos recentes equivale à média trienal dos anos 2004, 2005 e 2006.
- Os valores da legenda foram classificados por quartis, isto é, 25%, 50%, 75% e 100% dos dados da média trienal.

Não obstante, nos anos recentes os dados da Tab. 11 destacam que o efetivo bovino goiano concentra-se na região centro-sul, detentora de 56,7% do total deste rebanho no estado. Deste modo, a Fig. 4 mostra que a população bovina concentra-se, sobretudo no eixo que estende do sul ao norte da porção oeste do estado de Goiás, região cortada na faixa noroeste pela *Estrada do Boi*, um dos principais vetores de escoamento dos bovinos para os frigoríficos estaduais.

Tabela 11 – Efetivo Bovino e população residente em Goiás

	Bovino	População Residente (2007)	Boi/População
Região Centro-Norte	8.924.809	1.560.657	5,7
Região Centro-Sul	11.672.841	4.086.378	2,9
Total	20.597.650	5.647.035	3,6

Fonte: Efetivo Bovino – Pesquisa Pecuária Municipal e População residente – Contagem Populacional 2007. Ambos indicadores do IBGE.

Em termos de distribuição do efetivo bovino por número da população residente, os dados indicam que há no estado 3,6 bois por habitante. Se os dados forem decompostos por regiões, a porção centro-norte detém a maior relação deste indicador. Entretanto, é importante registrar que as microrregiões cortadas pela Estrada do Boi apresentam, como é o caso de São Miguel do Araguaia e Rio Vermelho, o maior número de efetivos bovinos, respectivamente, no estado com 1.899.768 e 1.786.363 cabeças de gado, como também do indicador efetivo bovino por população residente, haja vista que há 24,8 bois por habitante em São Miguel do Araguaia e 20,7 bois por habitante na microrregião de Rio Vermelho. No caso da região centro-sul aquelas microrregiões que apresentaram maior densidade no efetivo bovino por habitante residente foram Quirinópolis e Iporá com, respectivamente, 15,1 e 11,4 bois por habitante.

No caso da agricultura, os dados da SEPLAN/GO indicam que, historicamente, as lavouras temporárias apresentam uma participação muito significativa na composição agrícola do estado. Em 1985, quase 40% do produto da agricultura provinham de lavouras temporárias, enquanto 2,1% eram de lavouras permanentes. Já em 2004 as lavouras temporárias detinham um pouco mais dos valores de 1985, pois eram responsáveis por 39,8% da produção agrícola do estado, ao passo que as lavouras permanentes representavam 1,2%. Deste modo, constata-se que a agricultura temporária é a principal atividade da agricultura goiana.

Desta forma, as políticas públicas desenhadas para promover a agricultura do Estado de Goiás, particularmente as políticas de crédito de investimento, custeio e comercialização, foram direcionadas para a soja e o milho. Como destacou Lunas e Ortega (2003), “A partir de 1980 a soja e o milho são os produtos que apresentam o maior crescimento tanto em valor monetário quanto em número de contratos. Em 1995, a soja recebe 23,68% e o milho 59,56% do valor monetário destinado ao crédito rural em Goiás.” (Lunas e Ortega, *op. cit.*, p. 144)

Tabela 12 – Evolução e distribuição do PIB da agricultura do Estado de Goiás

Ano	Soja	Milho	Arroz	Cana-de-açúcar	Feijão	Algodão herbáceo	Sorgo	Tomate	Trigo	Cafê	Outras Culturas
1985	10,9	9,6	8,5	3,4	2,5	2,1	0,0	0,0	0,0	0,9	1,7
1986	9,5	14,0	8,8	2,7	2,0	1,8	0,0	0,0	0,0	1,4	0,7
1987	7,2	11,0	6,6	3,5	3,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,6	1,7
1988	9,1	9,1	5,5	4,8	1,9	0,8	0,0	0,0	0,0	0,4	2,0
1989	7,0	8,2	2,2	3,5	3,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2	2,0
1990	6,0	8,1	2,0	2,8	4,1	0,9	0,0	0,0	0,0	0,5	2,0
1991	6,7	8,1	2,9	2,7	4,3	0,9	0,0	0,0	0,0	0,4	2,2
1992	7,3	7,0	2,7	3,1	3,2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,3	1,9
1993	5,8	10,1	1,4	3,4	3,3	0,7	0,0	0,0	0,0	0,3	2,1
1994	12,3	11,3	2,2	2,7	3,8	1,4	0,0	0,0	0,0	0,4	2,2
1995	8,2	10,9	1,8	3,2	2,2	1,9	0,0	0,0	0,0	0,2	2,2
1996	9,7	11,4	1,1	4,2	2,2	2,2	0,2	0,9	0,0	0,1	1,6
1997	11,8	10,4	1,0	3,9	2,7	2,4	0,2	0,9	0,0	0,1	1,7
1998	12,8	7,6	1,0	4,3	5,3	2,4	0,3	0,6	0,0	0,1	2,9
1999	12,7	9,0	1,5	2,9	2,9	2,8	0,2	1,2	0,0	0,1	1,2
2000	13,5	11,4	0,9	2,7	2,1	2,3	0,4	1,0	0,0	0,1	1,0
2001	13,6	8,3	0,7	2,7	3,2	4,1	0,3	0,8	0,0	0,1	1,3
2002	19,6	8,2	0,6	2,3	2,8	2,4	0,3	0,9	0,1	0,2	1,0
2003	18,4	7,9	0,8	2,8	3,6	2,3	0,6	0,7	0,1	0,1	1,2
2004	20,3	6,5	1,3	2,7	1,6	4,5	0,6	0,8	0,1	0,2	1,1

Fonte: Seplan-GO/Seplan

Os dados da Tab. 12 mostram no ano de 1985 que a soja era responsável por 11% do produto interno bruto da agricultura goiana, enquanto o milho, 10% e o arroz, 8,5%. Deste modo, em meados dos anos 80, já estava claro que a cultura da soja penetrou em Goiás e iniciou um processo de substituição de culturas, especialmente deslocando as culturas de mercado interno, como era o caso do arroz e feijão.

Somente a título de exemplificação, em 2004 a soja era responsável por 20% do PIB agrícola do Estado de Goiás, enquanto o arroz, produto agrícola típico de mercado interno, representava somente 1,3%. Já no caso do milho, sua participação relativa também apresentou um decréscimo, mas não tão expressivo como o ocorrido com o arroz.

Entretanto, uma cultura que apresentou uma forte expansão em sua área colhida foi a cana-de-açúcar que seguindo o movimento de expansão, sobretudo dos capitais agroindustriais paulistas para o estado de Goiás vem aos poucos conquistando produtores rurais que ampliaram sua área plantada com esta cultura para ofertar as usinas sucroalcooleiras.

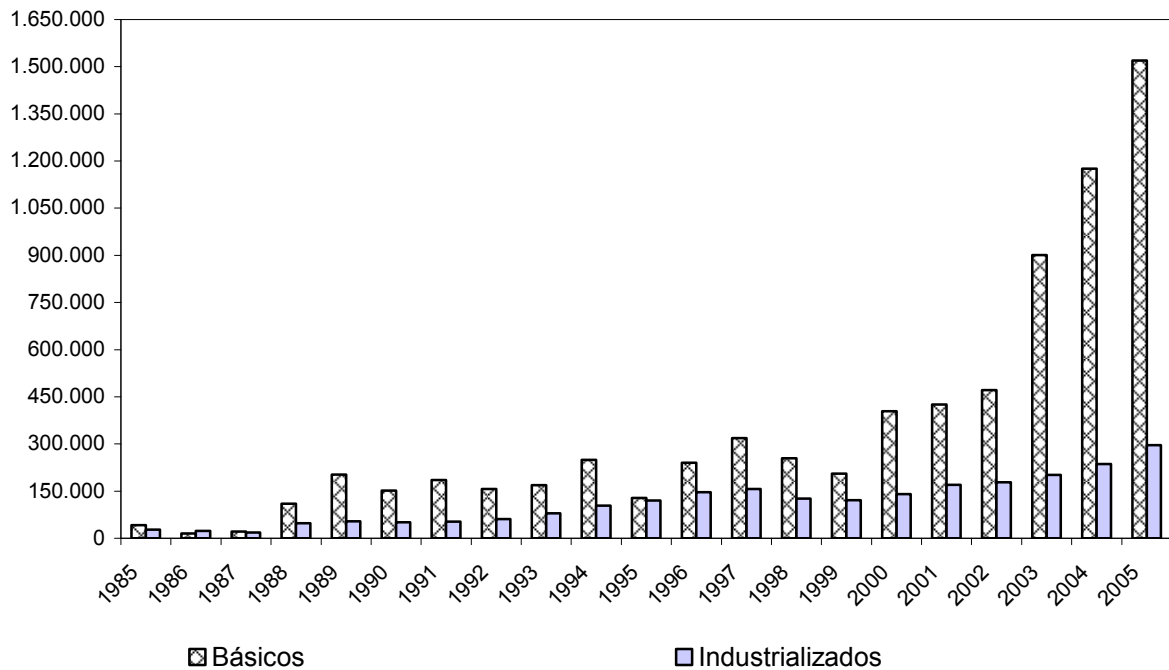


Figura 5 – Exportações do Estado de Goiás (1995 – 2005)

Fonte: MDIC/SECEX

Nota: US\$ 1.000 FOB.

Assim, parte significativa do excedente agrícola gerado na agricultura goiana foi deslocada para abastecer os mercados internacionais e os principais elos das cadeias produtivas dos Complexos Grãos e Carnes instalados em Goiás a partir de meados dos anos 80 do século XX. Esta argumentação encontra ratificação na afirmativa desenvolvida por Lunas e Ortega (2003) quando destacam que “A recuperação do crescimento da produção de meados dos anos 90 em diante é decorrente de um incremento da produção da soja para a exportação dos grãos *in natura*, que implicou numa elevação da capacidade ociosa do parque moageiro nacional.” (Lunas e Ortega, *ibid.*, p. 142).

Em trabalho recente, Pires (2006) faz a seguinte afirmação em relação à expansão da área colhida das culturas da soja, do milho, do feijão e do arroz no espaço agrícola de Goiás:

Já no caso da cultura do milho, da cultura do arroz e da cultura do feijão verifica-se que apresentaram quedas significativas em sua área colhida. Dessas culturas, o milho apresentou uma redução de 45% seguida pelo arroz com 30,3% e, por fim, o feijão com 10,3%. Dessa forma, a cultura da soja vem substituindo várias culturas do sistema agrícola goiano, em particular, as culturas de arroz, milho e feijão, as quais são responsáveis pelo abastecimento do mercado interno nacional e fazem parte da cesta básica do trabalhador. (Pires, 2006, p. 39 *et. seq.*)

Deste modo, das culturas que compõem o produto agrícola goiano escolheram-se os mais significativos, como foi o caso do arroz, feijão, milho, soja e cana-de-açúcar para verificar seu comportamento estrutural a partir do início dos anos 90 do século XX. Entretanto, é importante destacar que o processo de formação de preço destas culturas acontece de forma diferenciada porque o arroz, o feijão e o milho, culturas típicas de mercado interno, têm seu preço formado no mercado nacional.

Com relação às culturas da soja e da cana-de-açúcar, seus preços são formados no mercado internacional. Tudo isto influencia nas decisões de plantio realizadas pelos produtores rurais, favorecendo, assim, a expansão ou não da área plantada destas culturas. Em termos relativos, para o produto interno agrícola de 2004 esses cinco produtos foram responsáveis por 32,4% do PIB agrícola goiano ou, então, 81,6% do somatório de todas as culturas que compõem o PIB agrícola do estado.

Tabela 13 – Goiás: Participação das culturas de arroz, feijão e milho por regiões  
(em 10.000 unidades toneladas e área plantada)

Regiões	Arroz				Feijão				Milho			
	Quantidade		Área		Quantidade		Área		Quantidade		Área	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Região Centro-Norte	17,93	12,74	15,23	5,71	2,27	16,30	3,66	8,01	26,60	64,97	13,29	14,58
Região Centro-Sul	29,53	19,72	21,93	9,92	9,52	8,99	13,51	4,42	223,80	257,56	73,12	52,40
<b>Total</b>	47,46	32,46	37,15	15,63	11,79	25,29	17,17	12,42	250,40	322,53	86,41	66,97

Fonte: Elaboradas pelo autor a partir de dados secundários da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – IBGE.

Notas:

- I – Início dos anos 90 = representa a média trienal simples dos valores do atributo para os anos de 1990, 1991 e 1992.
- II – Meados dos anos 2000 = representam a média trienal simples dos valores do atributo para os anos de 2004, 2005 e 2006.

As informações contidas na Tab. 13 mostram que a região centro-sul foi responsável por 62,2% da produção e 59% da área plantada de arroz no estado de Goiás no início dos anos 90. Em meados dos anos 2000 sua participação na quantidade e área total apresentou uma redução em termos absolutos, mas estacionou-se, respectivamente, em 61% e 63,5% do total do estado. Estes dados indicam que no interregno entre os períodos destacados houve uma redução de quase -32% da quantidade e -58% da área da cultura de arroz em Goiás.

Neste sentido, a produção e a área plantada do arroz vêm apresentando queda na última década e meia e deslocando-se, em termos de produção, para a região centro-norte do estado, pois passou de 37,8% no início dos anos 90 para 39,2% em meados dos anos 2000. No entanto, é



importante ressaltar que a região centro-sul continua como principal região produtora desta cultura.

Entretanto, este fenômeno de substituição de culturas não é algo intrínseco à economia goiana, pois isso aconteceu no passado no Rio Grande do Sul quando a soja penetrou no estado e reduziu a participação das culturas voltadas para o mercado interno. Como destacou Sorj (1980),

O crescimento por vezes negativo de certos produtos relaciona-se claramente com a expansão da produção exportadora. E causou em certas regiões a eliminação da produção dos produtos alimentícios tradicionais (como foi o caso, por exemplo, da soja em relação ao feijão e à mandioca no Rio Grande do Sul) ou a sua marginalização para as piores terras. (Sorj, 1980, p. 83).

No caso do feijão, percebe-se que no início dos anos 90 aproximadamente 81% de sua produção encontrava-se espalhada em 79% da área da região centro-sul. Em meados dos anos 2000 verifica-se que houve um incremento de 114,5% em sua quantidade produzida em Goiás, mas uma redução de -5,6% na produção da região centro-sul. Dá-se, então, um deslocamento desta cultura no espaço agrícola goiano no sentido da região centro-norte, pois sua produção cresceu 618,7% e área plantada 118,6% passando, assim, a aglutinar 64,5% da produção e da área plantada no estado de Goiás.

Em relação à cultura do milho, observa-se que aproximadamente 90% de sua produção e 80% da área concentravam-se na região centro-sul do estado de Goiás no início dos anos 90. Já em meados dos anos 2000 a quantidade de milho no estado apresentou um crescimento de 29% *vis-à-vis* ao período inicial, mas a sua área plantada apresentou uma redução de -22,5%. Em termos regionais, a expansão de 144% e 10% da produção e área, respectivamente, da cultura do milho na região centro-norte vem reforçando o seu potencial de crescimento agrícola.

No entanto, em termos absolutos, a região centro-sul permaneceu responsável, no interregno destacado, por mais de 2.575.597 toneladas deste produto, ou seja, 80% da quantidade produzida e por 523.962 hectares, isto é, 79% da área plantada desta cultura em Goiás. Por conseguinte, verifica-se uma tendência de expansão desta cultura para a região centro-norte.

Tabela 14 – Goiás: Participação das culturas de soja e cana-de-açúcar por regiões  
(em 10.000 unidades toneladas e área plantada)

Regiões	Soja				Cana-de-açúcar			
	Quantidade		Área		Quantidade		Área	
	I	II	I	II	I	II	I	II
Região Centro-Norte	23,63	95,99	15,84	37,04	62,15	49,45	1,40	0,83
Região Centro-Sul	133,61	540,46	71,76	221,28	645,12	1.368,91	9,42	17,31
Total	157,25	636,44	87,60	258,32	707,28	1.418,36	10,82	18,15

Fonte: Elaboradas pelo autor a partir de dados secundários da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – IBGE.

Notas:

- I – Início dos anos 90 = representa a média trienal simples dos valores do atributo para os anos de 1990, 1991 e 1992.
- II – Meados dos anos 2000 = representam a média trienal simples dos valores do atributo para os anos de 2004, 2005 e 2006. No caso dos dados da cana-de-açúcar a média foi realizada para os anos 2003, 2004 e 2005, pois o IBGE não levantou os dados para 2006 na PAM.

No caso específico das culturas que têm uma forte penetração nos mercados nacionais e internacionais, como é o caso da soja e da cana-de-açúcar, observa-se na Tab. 14 que no início dos anos 90, 85% e 82% da produção e área plantada, respectivamente, da soja em Goiás concentraram-se na região centro-sul, tendência que se mantém em meados dos anos 2000 quando 85% da produção e área plantada aglutinaram-se na região centro-sul.

Desta forma, a expansão da produção e área da soja em Goiás, no período em análise, foi de 305% e 195%, respectivamente, sendo que o crescimento em ambas as regiões foi superior a 300% em nível de quantidade produzida e 209% na área plantada na região centro-sul e 134% na área plantada da região centro-norte.

Em relação à cana-de-açúcar constata-se que, no início dos anos 90, 92% de sua produção e 87% de sua área localizavam-se na região centro-sul. Em meados dos anos 2000 a produção da região centro-sul era de 96,5% do estado e sua área plantada 95,4%, significando que a produção e a área plantada na região centro-sul apresentaram um crescimento, entre o período em questão, de 112% e 84%, respectivamente, ao passo que na região centro-norte verificou-se um decréscimo de -20,4% e -40,6%. Desta feita, afere-se que a região centro-sul foi responsável por aglutinar quase a totalidade da produção de cana-de-açúcar em Goiás.

Tabela 15 – Brasil, Centro-Oeste e Goiás: Ranking da produção dos principais produtos agrícolas - 2006 -2007.

Produto	Goiás / Centro-Oeste		Goiás / Brasil	
	2006	2007	2006	2007
Arroz (em casca)	2°	2°	7°	8°
Cana-de-açúcar	1°	1°	5°	6°
Feijão	1°	1°	5°	5°
Milho	2°	2°	6°	5°
Soja	2°	2°	4°	4°

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2007

Em geral, a produtividade (em toneladas por hectare) das culturas destacadas apresentou um crescimento no período de análise. Tudo isto foi fruto do processo de transformação nos métodos e na forma de produção das unidades de exploração agrícolas que passaram a demandar, com maior frequência, as inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas para aumentar a produtividade do trabalho agrícola. Neste sentido, o estado de Goiás e, sobretudo a região centro-sul, tornou-se uma das principais regiões brasileiras que se destacou na produção de arroz, feijão, milho, soja e cana-de-açúcar (vide Tab. 15).

## 5. O Processo de Diversificação Industrial

Os anos 80 do século XX marcaram profundamente a estrutura industrial goiana devido à penetração de unidades de produção industrial que se instalaram no estado em decorrência dos instrumentos de incentivo fiscal desenvolvidos pelo governo estadual, do FCO, como também pela proximidade do mercado interno do Sudeste e a expansão da produção agrícola que favoreceu a oferta de matérias-primas em escala e preços módicos aos setores industriais.

Isto aconteceu porque os governos estaduais assumiram o papel de articulador e promotor dos projetos de desenvolvimento regional que tinham como eixo central as políticas e programas de incentivos fiscais. Seu objetivo era atrair investidores para suas regiões e, com isto, acelerar o processo de industrialização de seus Estados para, assim, minimizarem o hiato existente entre as economias que estavam na periferia do capitalismo nacional e a economia paulista, principal centro dinâmico do país.

Por tudo isto, o governo de Goiás implantou o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (1984 - 1999) – FOMENTAR<sup>59</sup> cujo intuito era estimular a

<sup>59</sup> Lei Número 9.489 de 19 de julho de 1984.

agroindustrialização do Estado, uma vez que a agricultura goiana estava inserida no circuito de produção nacional com culturas de forte penetração no mercado internacional e nas cadeias dos complexos agroindustriais, sobretudo de grãos, carnes e lácteos. Como destacou Castro e Fonseca (1995), primeiramente desenvolveu nos Estados do Centro-Oeste, em particular no Estado de Goiás, a expansão da cultura da soja que junto “(...) foi acompanhada pela entrada de empresas que atuam como *tradings* junto ao mercado de *commodities*.” (Castro e Fonseca, 1995, p. 2)

Em seguida, como foi destacado por estas autoras, houve, a partir de meados dos anos 80, a expansão das agroindústrias processadoras, principalmente as voltadas para os Complexos de Grãos e Carnes.

(...) verifica-se, na segunda metade dos anos 80, um deslocamento de grandes conglomerados industriais que para lá transferem fábricas de beneficiamento de grãos e atividades integradas de criação e abate de pequenos animais. A região Centro-Oeste caracterizou-se, assim, nos anos 80, por ser um pólo de atração de capitais do Centro-Sul, especialmente, das empresas líderes do complexo agroindustrial, que tenderam a ocupar posições estratégicas. (Castro e Fonseca, *ibid.*, p.2)

De acordo com estudos destas pesquisadoras, os dados do Censo Industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 1985 mostraram que estavam instaladas em território goiano duas empresas multinacionais: o Frigorífico Anglo S/A e Sanbra Sociedade Algodoeira Nord. Bras. Já no caso das empresas de capital nacional encontrava-se em Goiás o Frigorífico Bordon, Sociedade Produtora de Alimentos Manhuaçu S/A (SPAM S/A), Frigorífico Boivi, Laticínios Mococa, Caramuru Alimentos de Milho S/A e Indústria de Produtos Alimentícios Teixeira.

Em relação aos capitais regionais destacavam-se Centro-Oeste Rações Ltda., Companhia Goiana de Laticínios, Denusa Destilaria Nova União, Frigorífico Planalto Ltda., Laticínios Morrinhos Indústria Comércio Ltda., Maeda Trade Indústria de Alimentos e Só Frango Indústria e Comércio Ltda. Por fim, havia a cooperativa Cooperativa Mista dos Produtores Rurais Sudoeste Goiano (COMIGO), Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados de Goiás e Cooperativa Central dos Produtores Rurais de MG Ltda.

Em termos de composição por setor econômico, os principais segmentos dos complexos agroindustriais que estavam instalados no Estado eram respectivamente: Laticínios, com 28,1% da amostra do IBGE (1985) seguido por Frigoríficos Bovinos, com 27,1%, Derivados e Algodão, com 11%, Álcool e Derivados da Cana, com 7,53%, Derivados da soja, com 7,1%, Derivados de

Trigo, com 6,4%, café, com 5,4%, Abate de animais, com 3,5% e Derivados do Milho, com 1,1%.

Por sua vez, Castro e Fonseca (1995), ao fazerem a comparação entre a amostra do IBGE (1985) e a amostra do ICMS (1991) concluíram que o setor econômico que apresentou maior dinamismo foi o relacionado com a soja:

Apesar das limitações existentes na comparação entre as amostras, saltam aos olhos o crescimento da participação da soja e seus derivados e a redução da participação de setores tradicionais da agroindústria, como café, álcool e derivados de cana e produtos de algodão. (Castro e Fonseca, *Ibid.*, 62).

Observa-se, então, que havia em 1985 uma base de diversificação da agroindústria goiana, sobretudo naqueles setores com maior penetração na estrutura agropecuária do estado, como era o caso do leite, do gado de corte e de culturas como a soja.

Tabela 16 – Estado de Goiás: Estrutura do Valor Adicionado por atividades econômicas 1985-2004

	(%)											
Atividades	1985	1986	1989	1990	1994	1995	1996	1997	1999	2002	2003	2004
1.) Agropecuária	19,7	20,1	11,8	14,5	18,7	18,1	15,8	15,9	16,2	22,5	21,9	20,7
2.) Indústria	26,5	30,8	27,7	24,7	28,3	26,1	26,7	29,4	29,6	32,6	35,2	35,5
2.1) Indústria extrativa mineral	1,3	0,9	0,1	0,2	0,5	0,3	0,2	0,3	0,4	0,2	0,3	0,4
2.2) Indústria de transformação	13,6	15,3	15,6	14,3	16,7	13,4	13,8	14,5	15,6	16,0	18,6	18,7
2.3) Eletricidade, gás e água	0,7	0,9	1,2	2,4	2,4	2,3	2,7	2,5	3,1	5,8	6,5	7,0
2.4) Construção	10,9	13,8	10,9	7,9	8,8	10,1	10,1	12,1	10,5	10,6	9,8	9,3
3.) Serviços	53,8	49,1	60,5	60,8	53,0	55,9	57,5	54,7	54,3	44,9	42,9	43,8
3.1) Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	13,8	13,4	12,9	12,9	10,1	10,5	9,0	8,9	8,8	7,3	7,3	6,9
3.2) Alojamento e alimentação	2,9	2,4	3,0	3,4	2,8	2,8	2,7	2,7	1,7	1,0	0,9	0,8
3.3) Transportes e armazenagem	3,6	3,5	4,2	3,4	3,1	2,6	2,9	3,1	2,6	1,5	1,5	1,5
3.4) Comunicações	0,7	0,7	0,8	1,0	0,9	1,6	1,8	2,0	2,7	3,3	2,9	2,7
3.5) Intermediação financeira	11,4	6,2	11,9	6,2	6,3	5,0	4,2	3,3	3,1	4,7	4,2	4,4
3.6) Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	6,3	6,8	6,4	8,3	5,4	7,5	9,6	10,3	9,5	5,9	5,3	5,2
3.7) Administração pública, defesa e seguridade social	10,1	10,8	13,9	18,2	16,6	17,7	17,9	14,7	16,6	14,7	14,3	15,4
3.8) Saúde e educação mercantis	3,0	3,2	4,8	4,0	3,9	4,0	5,0	5,0	4,4	2,9	2,7	3,0
3.9) Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,2	1,2	1,7	3,0	3,4	3,7	3,8	4,2	4,3	3,3	3,2	3,3
3.10) Serviços domésticos	1,0	0,8	1,0	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Valor Adicionado Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2006

Deste modo, a estratégia desenhada pelo governo goiano para atrair investimentos para incrementar o desenvolvimento industrial do Estado a partir de meados dos anos 80, apresentou resultados favoráveis, como pode ser verificado na Tab. 16, porque a participação da indústria de transformação na composição do valor agregado estadual teve uma trajetória ascendente ao longo dos dois últimos lustros.

Em 1985 a indústria de transformação representava 13,6% do produto interno goiano, ao passo que a agropecuária tinha uma participação próxima a 20% e o setor serviços a 54%. Com a implantação do programa de incentivo fiscal FOMENTAR (1994 – 1999), FCO (1989) e, posteriormente, do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (2000) – PRODUZIR<sup>60</sup>, o setor industrial de transformação apresentou uma tendência de expansão e tornou-se, no segmento industrial goiano, o principal setor de atividade econômica, tendo em 2004 uma participação de 19% do produto interno bruto goiano e de 53% do somatório dos sub-setores do setor industrial<sup>61</sup>.

De acordo com os dados da Secretaria de Fazenda do estado de Goiás, em 2005 havia no estado 11.983 empresas que eram responsáveis pelos seguintes setores industriais: produtos minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicação; material de transporte; madeira; mobiliário; papel e papelão; borracha; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumarias, sabonete e velas; produtos de matéria plástica; têxtil; vestuários, calçados e artefatos de tecido; produtos alimentícios; bebidas, álcool etílico e vinagre; editorial e gráfica; fumo e outras atividades<sup>62</sup>.

Do total destas empresas instaladas no estado, 67% eram microempresas, 19,3% pequenas empresas, 4,3% médias empresas, 5,2% grandes empresas e os 4,4% restantes eram empresas sem porte<sup>63</sup>. Dentre os setores industriais que mais se destacaram foram vestuários, calçados e artefatos de tecido com 31%, produtos alimentícios com 26%, produtos minerais não metálicos

---

<sup>60</sup> Lei Número 13.591 de 18 de janeiro de 2.000.

<sup>61</sup> Este segmento é composto pela a) indústria extrativa mineral, b) indústria de transformação, c) Eletricidade, gás e água e d) construção.

<sup>62</sup> Cf. [http://portalsepin.seplan.go.gov.br/pub/anuario/2005/industria/tab01\\_industria.htm](http://portalsepin.seplan.go.gov.br/pub/anuario/2005/industria/tab01_industria.htm). Acesso: 16/09/2007.

<sup>63</sup> Conforme tipologia desenvolvida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás a principal variável econômica responsável pela classificação das empresas era receita bruta anual. As microempresas eram caracterizadas porque tinham uma receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 127.692,00, ao passo que as pequenas empresas tinham uma receita bruta anual superior a R\$ 127.692,00 e inferior a R\$ 1.000.000,00. Já no caso das médias empresas sua receita bruta anual era superior a R\$ 1.000.000,00 e inferior a R\$ 3.500.000,00. Para as grandes empresas, a receita bruta anual era igual ou superior a R\$ 3.500.000,00. Por fim, a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás classificava uma empresa sem porte porque eram estabelecimentos novos e, por isto, não havia faturamento.

com 7% e, por fim, metalúrgica com 6%. Somente estes quatro setores industriais foram responsáveis por 70% de todas as atividades industriais existentes no estado no ano de 2005.

Tabela 17 - Estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda segundo as regiões do estado: 2005

Regiões	Número de Empresas
Região Centro-Norte	1.342
Região Centro-Sul	10.641
Total	11.983

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.

Nota: Posição dos dados: 15/06/2005

Em termos regionais, a Tab. 17 destaca que a região centro-sul foi responsável por aglutinar 89% das empresas industriais instaladas no estado de Goiás no ano de 2005, ao passo que os 11% restantes concentraram-se na região centro-norte. Deste modo, observa-se que a região centro-sul representa o centro dinâmico da economia goiana, pois concentra as principais unidades de processamento dos segmentos industriais, sobretudo nos setores de bens de consumo não duráveis, bens intermediários e bens de capital<sup>64</sup>.

É importante ressaltar que a dinâmica da economia goiana não é autônoma devido à sua complementaridade a economia paulista, o principal centro industrial do país e mercado consumidor. Dessa forma, os principais elos das cadeias produtivas dos setores de bens de capital, bens de consumo e bens de consumo não-duráveis encontram-se, notadamente, no estado paulista e nos demais estados da região Centro-Sul do país.

<sup>64</sup> Os setores de bens de consumo não duráveis (têxtil; vestuário; calçados e artefatos de tecido; produtos alimentícios; bebidas, álcool etílico e vinagre; editorial e gráfica; produtos de matéria plástica; farmacêutica e veterinários; perfumarias sabonetes e velas e fumo), bens intermediários (produtos minerais não metálicos; metalúrgica; madeira; papel e papelão; borracha e química) e bens de capital (mecânica; material elétrico e de comunicação e material de transporte).

Tabela 18 - Estabelecimentos industriais cadastrados na Secretaria da Fazenda segundo as microrregiões do estado: 2005

Microrregiões	Número de Empresas
São Miguel do Araguaia	63
Rio Vermelho	116
Aragarças	45
Porangatu	273
Chapada dos Veadeiros	34
Ceres	466
Anápolis	1.440
Iporá	111
Anicuns	237
Goiânia	6.435
Vão do Paranã	68
Entorno de Brasília	743
Sudoeste de Goiás	553
Vale do Rio dos Bois	176
Meia Ponte	596
Pires do Rio	163
Catalão	301
Quirinópolis	163
Total	11.983

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.

Nota: Posição dos dados: 15/06/2005

Os dados da Tab. 18 destacam que as principais microrregiões que apresentaram maiores números de estabelecimentos industriais no estado de Goiás foram: Goiânia, com 54% seguido por Anápolis, com 12%, Entorno de Brasília, com 6,2% e Meia Ponte com 5,0%. Excluído o Entorno de Brasília, as demais microrregiões encontram-se na região centro-sul e aglutinaram 71% dos estabelecimentos industriais existentes no Estado de Goiás.



Localização municipal dos estabelecimentos industriais  
Estado de Goiás - 2005

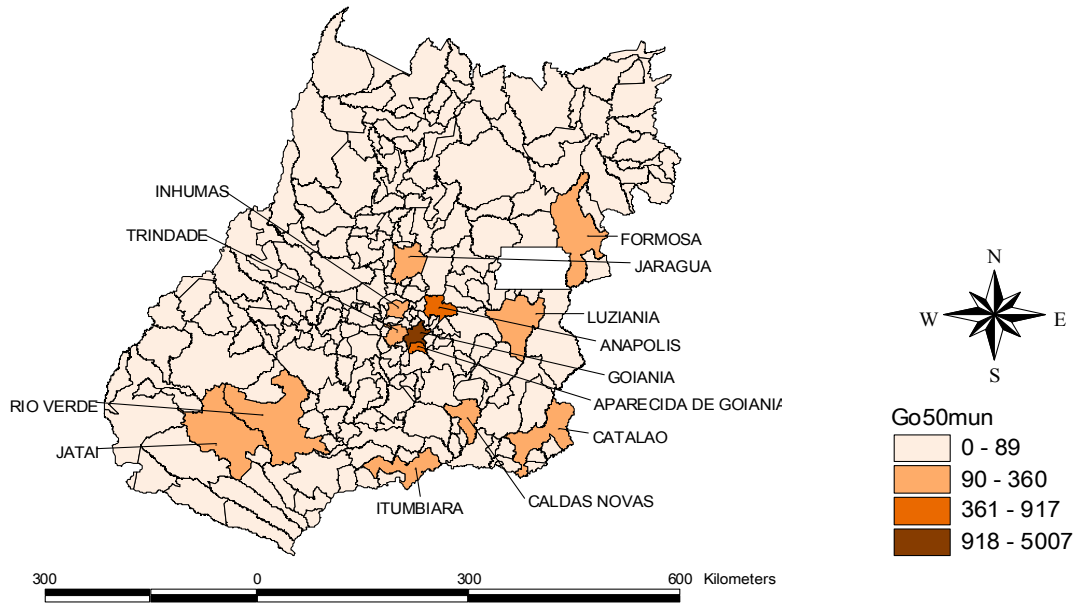


Figura 6 – Localização municipal dos estabelecimentos industriais no Estado de Goiás em 2005.  
Nota: A legenda apresenta o número de empresas por estrato.

Neste sentido, as empresas localizadas na região centro-sul estão sobre influência das relações mercantis existentes entre Goiás e o estado de São Paulo e o Triângulo Mineiro (mercado externo) e os principais centros urbanos localizados nas microrregiões de Goiânia, Anápolis, Sudoeste de Goiás e Meia Ponte (mercado interno). Esta proximidade dos mercados consumidores facilita a instalação das empresas industriais nestas localizações, pois reduzem os fretes de transporte de seus produtos para abastecer o mercado interno e externo goiano<sup>65</sup>.

As empresas que se localizam na porção centro-sul do estado, vide Fig. 6, são servidas por uma malha rodoviária constituída por estradas federais e estaduais, sobretudo a BR-153, que cruza verticalmente o estado de Goiás, de Itumbiara a Porangatu, na divisa com o estado do Tocantins, como também pela BR – 364 e BR – 452 que corta horizontalmente o sul do estado e pelo modal ferroviário através da Ferrovia Centro-Atlântico – FCA (antiga Estrada de Ferro Goiás).

<sup>65</sup> Cf. Pires (2000).

Em nível municipal, os treze municípios que se destacaram como pólos de atração dos investimentos industriais (veja Fig. 7) concentraram juntos 70% das empresas instaladas em Goiás. Destes municípios, destacam-se Goiânia, que aglutinou 42% de todas as empresas instaladas, seguida por Aparecida de Goiânia, com quase 8%, Anápolis, com 6% e depois Jaraguá, com 3,0%. Os demais municípios ficaram com uma participação inferior a 2%. Por conseguinte, verifica-se que 50% das empresas instaladas em Goiás centralizaram-se em dois municípios: a capital do estado e Aparecida de Goiânia, ambos, na Região Metropolitana de Goiânia.

Tabela 19 – Empresas do setor agroindustrial com projetos aprovados pelo FOMENTAR e PRODUIR implantadas e em fruição nas regiões do estado de Goiás: 1985 até 2006

Regiões	Número de Empresas
Região Centro-Norte	10
Região Centro-Sul	134
Total	144

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Secretaria da Executiva do FOMENTAR e PRODUIR do Governo do Estado de Goiás.

No caso das agroindústrias contempladas pelos incentivos fiscais proporcionados pelo FOMENTAR e PRODUIR verifica-se, na Tab. 19, que os principais investimentos se concentram 93% na região centro-sul. Significando que esta porção do espaço territorial goiano serviu como localidade estratégica de instalação de parte das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais que se formaram com o novo padrão agrícola nacional.

Desta forma, o transbordamento de alíquotas dos capitais agrários, industriais e financeiros que se integraram para constituir o novo padrão agrícola teve papel central para a penetração de empresas multinacionais e nacionais em solo goiano. No caso das empresas multinacionais, aquelas que se instalaram foram: Cargil Agrícola S/A, Dairy Partners Américas (DPA) uma *joint venture* formada pelas empresas Nestlé (Suíça) e Fonterra (Nova Zelândia), Unilever Bestfoods Brasil Ltda., Bunge Alimentos S/A, Parmalat Brasil S/A e Louis Dreyfus Commod. Brasil S/A.

No entanto, este movimento de penetração pelo espaço agroindustrial de Goiás não foi realizado somente pelas empresas multinacionais, mas também por empresas nacionais, como foi o caso da empresa Perdígão que construiu dois frigoríficos no estado - sendo o primeiro em Rio Verde e o segundo em Mineiros - e empresas regionais que fortaleceram posições nos segmentos

econômicos, favorecendo, deste modo, a construção de um setor agroindustrial dinâmico e com fortes ligações com os segmentos industriais e do capital financeiro nacional e internacional.

Tabela 20 – Goiás: Empresas do setor agroindustrial com projetos aprovados implantados e em fruição pelo FOMENTAR e PRODUZIR nas microrregiões: 1985 até 2006

Microrregiões	Número de Empresas
Goiânia	36
Sudoeste de Goiás	20
Meia Ponte	18
Anápolis	17
Ceres	9
Anicuns	8
Vale do Rio dos Bois	8
Catalão	6
Entorno de Brasília	5
Pires do Rio	5
Iporá	4
Quirinópolis	3
Porangatu	2
Rio Vermelho	1
Aragarças	1
Chapada dos Veadeiros	1
São Miguel do Araguaia	0
Vão do Paranã	0
Total	144

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Secretaria da Executiva do FOMENTAR e PRODUZIR do Governo do Estado de Goiás.

No caso da distribuição das agroindústrias por microrregiões (vide Tab. 20), os principais projetos aprovados localizaram-se em Goiânia, com 25%, no Sudoeste de Goiás, uma das principais regiões produtoras de grãos do estado, com 14% e Meia Ponte, também grande produtora de grãos, com 12,5% dos projetos de incentivo fiscal. Por fim, a microrregião de Anápolis, que recebeu 12% dos projetos. Neste sentido, estas quatro microrregiões, que compõem a região centro-sul, responderam por quase 64% das empresas agroindustriais que tiveram seus projetos aprovados, instalados ou estão em fruição em Goiás.

No caso dos setores agroindustriais destacam-se laticínios, com 26,4% dos projetos aprovados, implantados e em fruição. Em seguida vieram as agroindústrias de alimentos, com 21,5%, Óleos Vegetais, com 10%, destilarias, com 8%, Curtume, com 7,6%, Insumos Agropecuários, com 7,0%, Frigorífico, com 5,6%, cerealistas, com 5,0%, Moageiro, com 2,8%,

Madeireiro, com 2,1%, Calçados, com 1,4%, Algodão, Café, Gelatina e, finalmente, Pastifício, com 0,7% cada um<sup>66</sup>.

Tabela 21 – Goiás: Empresas do Setor Agroindustrial com Projetos Aprovados, implantados e em fruição pelo FOMENTAR e PRODUIR - 2006.

Atividade Econômica	Total
Laticínios	38
Alimentos	31
Óleos Vegetais	14
Destilaria	12
Curtume	11
Insumos Agropecuários	10
Frigorífico	8
Cerealistas	7
Moageiro	4
Madeireiro	3
Calçados	2
Algodão	1
Café	1
Gelatina	1
Pastifício	1
Total	144

Fonte: Secretaria Executiva do FOMENTAR e PRODUIR do Governo de Goiás.

Em termos da espacialização destes investimentos observa-se, na Figura 7, que as agroindústrias processadoras concentraram-se, particularmente, na faixa centro-sul. Em nível municipal, Anápolis, Goiânia e Rio Verde foram as cidades que mais se destacaram, pois cada uma obteve onze projetos contemplados. Em seguida, vieram os municípios de Aparecida de Goiânia e Itumbiara, com oito projetos aprovados seguidos por Goiatuba, Luziânia e Morrinhos, com quatro projetos cada um. Já no caso de Bela Vista de Goiás; Goianésia; Hidrolândia; Jataí; Santa Helena de Goiás; Senador Canedo e Trindade, cada um, recebeu três projetos de

<sup>66</sup> As maiores inversões no setor de laticínios se justificam porque o Estado, segundo informações da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN/GO), detém em 2005 a 2ª colocação em cabeças de vacas leiteiras com 2.334.558 e na produção de leite com 2.648.599.000 litros *vis-à-vis* aos demais Estados da federação. Já as agroindústrias processadoras de alimentos e de óleo vegetal decorrem da posição privilegiada em que o Estado se encontra em 2006 na produção de tomate, 1º lugar no Brasil, soja 4º lugar, perdendo apenas para Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, como também o 8º lugar em número de cabeça de suínos e 6ª colocação em cabeça de aves. Estas informações encontram-se no seguinte documento: GOVERNO DE GOIÁS/Secretaria de Planejamento. Indicadores Econômicos e Estatísticas Básicas. *Revista: Economia & Desenvolvimento*. Ano VIII, número 25, janeiro/março de 2007.

investimento. Deste modo, 6% dos municípios goianos concentram 57% de todos os projetos aprovados e em fruição no Estado de Goiás.

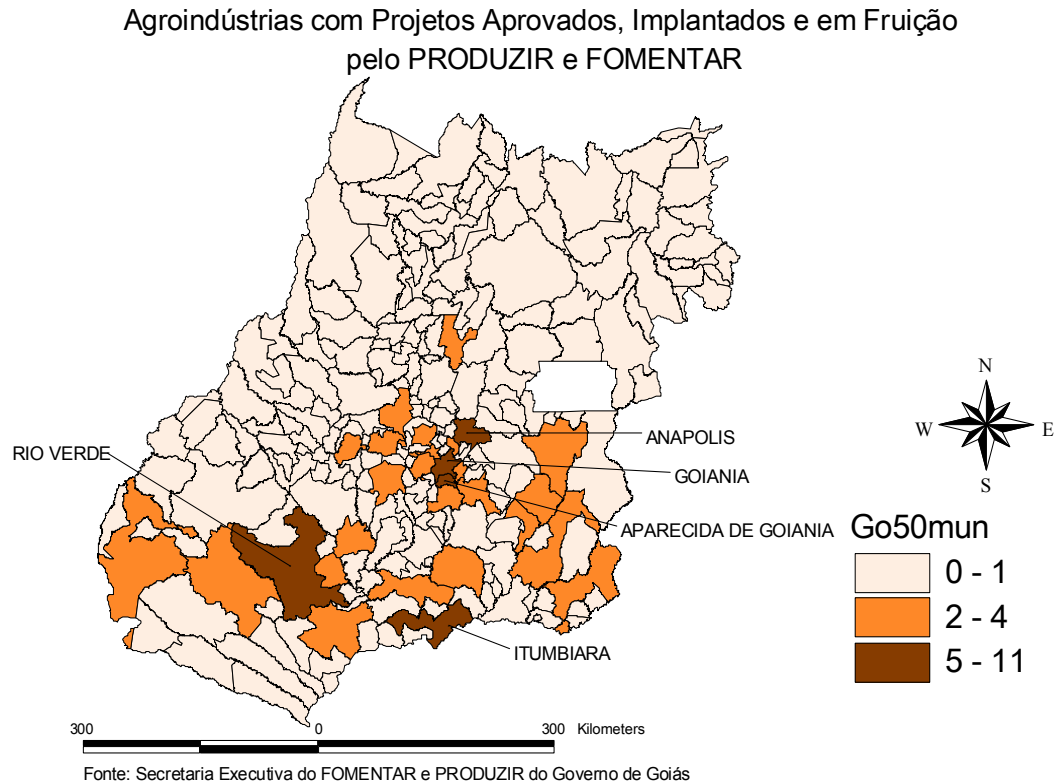


Figura 7 – Mapa da localização dos projetos aprovados, implantados e em fruição pelo FOMENTAR e PRODUIR (1985 – 2006).

Nota: A legenda apresenta o número de empresas por estrato.

## 6. Impactos Sociais dos Processos Analisados

O processo de modernização da agricultura determinou transformações profundas nos métodos e na forma de produção das unidades de exploração agrícolas em Goiás e, em particular, na região centro-sul causando mudanças estruturais na composição da população residente no meio rural e urbana.

Como destacou Ignácio Rangel ao analisar a questão agrária nacional, a penetração do progresso técnico nas explorações agrícolas determinou uma mutação da autarcia familiar em unidades de exploração intensivas em capital que libertou os produtores rurais descapitalizados

dos laços que os prendiam à terra para serem, assim, lançados ao setor urbano e industrial, enquanto ofertantes de força de trabalho.

No caso do estado de Goiás, a trajetória de expansão da participação da população urbana *vis-à-vis* a população rural se materializou de forma mais acentuada e freqüente a partir de meados dos anos 70 do século XX, quando a economia goiana encontrava-se no início do novo padrão agrícola que alavancou de forma mais acelerada seu processo de urbanização. Segundo dados do IBGE, em 1960, quase 70% da população do estado de Goiás residiam no setor rural<sup>67</sup>. Já em 1970, mais de 50% desta população encontravam-se no setor rural, sendo que, na região centro-sul este valor representava quase 70% da população do Estado.

A forte participação da população rural na composição demográfica do estado e sobretudo na região centro-sul manteve-se apesar de o estado passar por mudanças econômicas com a integração de Goiás ao mercado nacional através da economia paulista e do Triângulo Mineiro, como também, no plano interno, a construção de Goiânia (1942) e Brasília (1960), ambas, no Planalto Central. Mesmo com todas estas mudanças que aconteceram em Goiás, sua população urbana não passou dos 1,11 milhões de habitantes.

No entanto, observa-se que a reversão na trajetória demográfica coincide com o processo de modernização da agropecuária, pois há o declínio da população residente no meio rural e a ascensão da população residente no setor urbano. Deste modo, em 1980 quase um lustro transcorrido do início do processo de modernização da agricultura, verifica-se que houve uma redução na população residente no setor rural do estado, pois representavam menos que 33% da população total de Goiás.

No caso da região centro-sul, em 1980, 62,5% da sua população residiam no setor rural, ao passo que sua população residente no setor urbano expandiu para 1,7 milhões de habitantes. Estes dados indicam claramente que o processo de modernização da agricultura, teve um papel importante para a redução do número de pessoas residentes do meio rural, as quais buscaram no setor urbano da economia um caminho para se realocarem no mercado de trabalho tipicamente capitalista em formação com o avanço industrial que acontecia no estado.

---

<sup>67</sup>Cf. [http://portalsepin.seplan.go.gov.br/pub/analisis/2005/demografia/tab10\\_demografia.htm](http://portalsepin.seplan.go.gov.br/pub/analisis/2005/demografia/tab10_demografia.htm). Acesso: 09/2007.

Tabela 22 – Goiás: Distribuição da população residente por situação de domicílio rural e urbano nas regiões: 1970, 1980, 1991 e 2000.

Regiões	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Total
	1970	1970	1980	1980	1991	1991	2000	2000	2000
Região Centro-Norte	406.433	141.339	380.283	383.641	315.667	749.201	255.748	1.154.130	1.409.878
Região Centro-Sul	900.956	968.162	632.919	1.724.282	455.560	2.498.475	355.155	3.239.162	3.594.317
Total	1.307.389	1.109.501	1.013.202	2.107.923	771.227	3.247.676	610.903	4.393.292	5.004.195

Fonte: Cálculos realizados a partir de dados secundários do IBGE - Censo Demográfico

De fato, este movimento de redução da população rural manteve-se para os anos de 1991 e 2000 do censo demográfico. Em 1991 a população residente no meio rural goiano era composta por 771.227 habitantes, ao passo que o setor urbano aglutinava mais de 3 milhões de pessoas, ou seja, em dez anos, a população rural encolheu quase – 24%, enquanto a população urbana expandiu-se em 55% chegando, assim, a 3,25 milhões de habitantes.

No caso da região centro-sul, a população residente no meio rural era de 455.560 habitantes, o que representava quase 60% da população rural de Goiás. Por sua vez, no espaço de tempo destacado, a população residente no meio rural apresentou uma redução de – 28%, enquanto, a população urbana expandiu 45% influenciando, deste modo, a mudança definitiva na estrutura demográfica do centro-sul.

Deste modo, a população residente no setor urbano de Goiás chegou em 2000 em 4,39 milhões de habitantes, ao passo que a população residente no meio rural era apenas de 610.903 habitantes. No caso da região centro-sul, a população urbana no ano de 2000 correspondia a quase 74% da população do estado. Já a população rural do centro-sul representava 58% da população rural goiana. No entanto, é importante ressaltar que a participativa do setor rural *vis-à-vis* ao setor urbano em Goiás e, em particular, da região centro-sul, manteve-se inferior a 13% da população residente do estado.

Por sua vez, verifica-se que houve um esvaziamento em menos de três décadas da população residente no setor rural goiano e, em particular, na região centro-sul do estado, pois a população residente rural apresentou uma redução de – 54%, enquanto, a população urbana cresceu 296%. No caso da região centro-sul, a tendência de queda da população rural foi mais acentuada que no estado, pois declinou – 61%, enquanto, a população residente no meio urbano cresceu 235%.

Deste modo, pode-se concluir a partir destes dados que o processo de modernização da agricultura na região centro-sul, ao incorporar o progresso técnico nas explorações agrícolas (na forma de inovações físico-químico e mecânica), determinou a expulsão de levadas crescentes de produtores rurais arraigados na agricultura de subsistência que foram para os núcleos urbanos fixar residência e procurar emprego.

Tabela 23 – População residente por situação de domicílio rural e urbano nas microrregiões de Goiás: 1970, 1980, 1991 e 2000.

(em número de pessoas)

Microrregiões	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana
	1970	1970	1980	1980	1991	1991	2000	2000
São Miguel do Araguaia	32.367	12.089	32.484	28.979	24.921	47.511	19.415	55.004
Rio Vermelho	56.794	27.056	43.423	43.616	30.471	59.642	26.139	65.577
Aragarças	24.656	11.006	19.965	28.381	16.525	37.375	12.213	41.553
Porangatu	109.538	34.267	102.706	95.903	74.338	166.121	51.214	175.296
Chapada dos Veadeiros	23.580	5.441	27.741	12.073	25.528	24.195	21.514	34.497
Ceres	143.861	68.439	94.555	95.859	69.131	139.639	47.572	165.096
Anápolis	140.159	153.533	102.461	247.856	67.602	334.317	48.074	417.218
Iporá	45.700	23.366	28.299	38.050	18.406	44.175	14.064	48.299
Anicuns	68.284	37.596	44.981	56.832	29.421	69.336	21.303	80.699
Goiânia	76.020	398.981	80.976	782.089	61.248	1.208.998	45.191	1.648.593
Vão do Paranã	39.043	9.579	46.915	21.934	42.237	43.418	34.805	57.170
Entorno de Brasília	120.455	41.901	107.049	152.755	101.647	370.939	90.448	725.033
Sudoeste de Goiás	92.795	84.672	65.349	159.191	53.694	233.465	44.361	300.016
Vale do Rio dos Bois	58.460	16.776	43.959	38.455	29.878	59.431	25.854	75.596
Meia Ponte	126.472	90.949	76.451	156.356	52.306	214.648	44.429	269.962
Pires do Rio	43.380	26.664	33.217	35.864	28.427	46.663	27.964	58.259
Catalão	43.550	40.887	29.054	61.105	21.589	82.841	18.478	99.785
Quirinópolis	62.275	26.299	33.617	52.625	23.858	64.962	17.865	75.639
Total	1.307.389	1.109.501	1.013.202	2.107.923	771.227	3.247.676	610.903	4.393.292

Fonte: Cálculos realizados a partir de dados secundários do IBGE - Censo Demográfico

Nota: Os dados das microrregiões para os anos censitários de 1970 e 1980 seguem a tipologia desenvolvida pela resolução PR número 11 de 05/06/1990 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No caso das microrregiões, veja a Tab. 23, observa-se que, em 1970, Ceres, Anápolis e Meia Ponte, todas na região centro-sul, responderam por 32% da população rural residente em Goiás. No caso da população urbana residente constata-se que as microrregiões de Goiânia, Anápolis e Meia Ponte responderam por quase 60% da população urbana do estado. Neste sentido, estas três microrregiões que compõem a região centro-sul tiveram seu crescimento



demográfico induzido, notadamente devido à proximidade com as economias paulistas e do Triângulo Mineiro.

Já nos anos 80, os dados por microrregiões do censo demográfico demonstram uma mudança de tendência da população rural residente, uma vez que as principais microrregiões que se destacaram em número de habitantes que viviam no setor rural foram o Entorno de Brasília e Porangatu, que fazem parte da região centro-norte de Goiás e juntas aglutinaram 21% da população rural residente do estado. No caso da população que residia no setor urbano, destacam-se Goiânia e Anápolis que juntas foram responsáveis por quase 49% da população urbana do Estado. Por sua vez, observa-se que o Sudoeste de Goiás apresentou um crescimento de 88% na década passando de 84.672 habitantes, em 1970, para 159.191 habitantes em 1980.

Um fato importante a ressaltar no caso da microrregião do Sudoeste de Goiás refere-se ao fato de ser uma das principais regiões alvo das políticas de modernização conservadora para a agricultura no estado. Neste sentido, a penetração intensiva do progresso técnico neste território foi responsável pela expulsão de 27.446 habitantes do setor rural entre os censos demográficos de 1970 e 1980, pois a população residente no setor rural passou de 92.795 habitantes para 65.349 habitantes.

Em relação aos censos demográficos de 1991 e 2000 observa-se que a população residente no setor rural continuou concentrada nas microrregiões do Entorno de Brasília e Porangatu, que fazem parte da região centro-norte de Goiás. Já em relação à população residente no setor urbano constata-se que na região centro-sul as principais microrregiões que aglutinaram, em ambos os censos demográficos, a população urbana foram Goiânia, Anápolis e Sudoeste de Goiás.

Estas microrregiões foram responsáveis por quase 55% do total da população residente no setor urbano nos censos demográficos de 1991 e 2000. Entretanto, é importante ressaltar que o Entorno de Brasília, que faz parte da região centro-norte do estado, apresentou uma expansão, entre 1970 e 2000, em sua população urbana, de 1.630,3%, pois passou de 41.901 habitantes, em 1970, para 725.033 habitantes em 2000. Por sua vez, a microrregião de Goiânia, entre os censos demográficos de 1970 e 2000, teve sua população urbana residente mais que quadruplicada, pois passou, em 1970, de 398.981 habitantes para 1,65 milhões de habitantes em 2000.

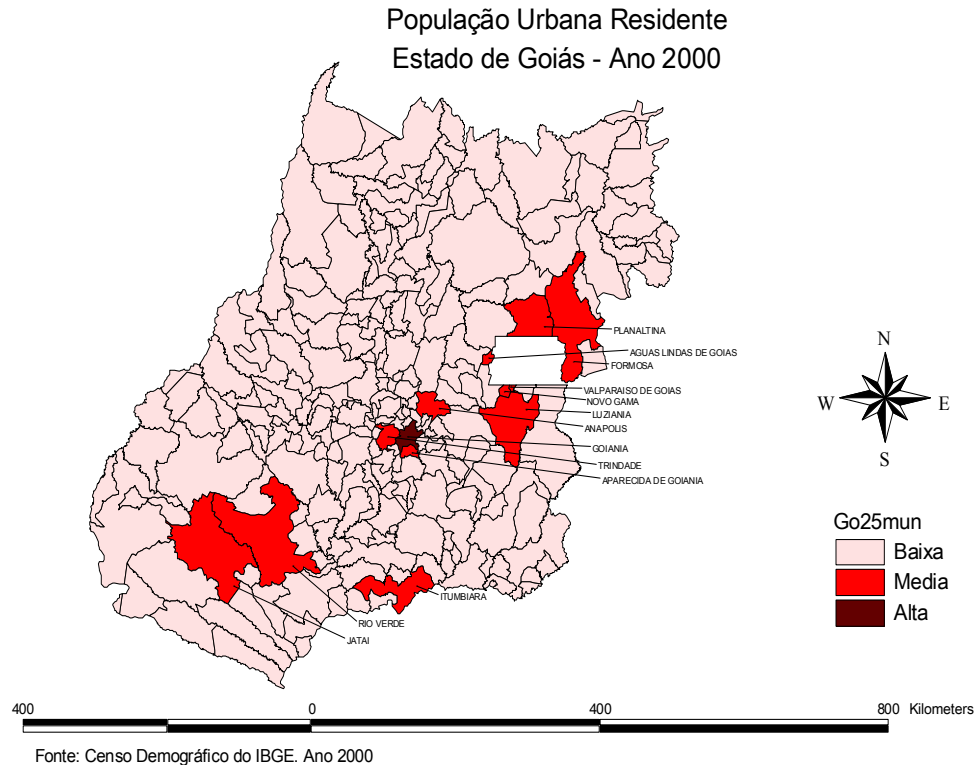


Figura 8 – Mapa da população urbana residente no estado de Goiás no ano de 2000  
Fonte: Dados secundários obtidos do Censo Demográfico do IBGE - 2000

De acordo com o censo demográfico de 2000, os doze principais municípios destacados na Fig. 8 foram responsáveis por 57% da população urbana residente em Goiás. Em particular, a capital do estado aglutinou quase 25% da população urbana, ao passo que Aparecida de Goiânia foi responsável por 8%; Anápolis por 6,5%, Luziânia por 3%, Rio Verde, por 2,5% e os demais municípios apresentaram uma participação inferior a 2,5%. Por sua vez, o eixo Goiânia - Aparecida de Goiânia – Anápolis, que fazem parte da região centro-sul do estado, foi responsável por reunir aproximadamente 40% da população urbana residente do estado, fato que os torna os principais centros de atração da população desenraizada do setor rural de Goiás.

## **6.1 Impactos dos Processos Analisados no Rendimento dos Trabalhadores Goianos**

O reflexo da questão agrária no mercado de trabalho no estado de Goiás tem importância primordial para se compreender as diferenças no valor dos rendimentos dos trabalhadores goianos

*vis-à-vis* aos demais estados nacionais. Neste sentido, o processo de modernização conservadora que aconteceu em terras *goyases* determinou a formação de um excedente de mão-de-obra nos setores urbanos e industriais que teve uma importância central na composição da taxa de salários.

Isto aconteceu porque o processo vivenciado na agricultura goiana demandou dos setores industriais da economia nacional inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas que tiveram por objetivo incrementar a produtividade do trabalho das unidades de exploração agrícolas. Entretanto, aqueles produtores rurais que não demandaram os insumos modernos em sua unidade de exploração agrícola e permaneceram enraizados nas atividades agropecuárias de subsistência foram, aos poucos, deslocados da terra e lançados para os setores urbanos e industriais para venderem sua força de trabalho.

Desta forma, a questão agrária agravou-se quando houve um descompasso entre a oferta e demanda pela força de trabalho no mercado de trabalho urbano e industrial. Deste modo, o setor urbano e industrial não conseguiu absorver a população rural que foi libertada pelo capital criando, assim, uma massa de trabalhadores sem emprego que ficaram gravitando às margens do setor urbano e rural da economia.

Como destacaram Martine e Garcia (1987) ao discutir os impactos sociais da modernização agrícola,

Mesmo assim, na melhor das circunstâncias, a oferta de mão-de-obra nas cidades sempre superou a criação de empregos urbano-industriais. Desta forma, grande parte da mão-de-obra que se apresenta nas cidades termina no terciário marginal, tendo uma produtividade mínima e uma sobrevivência precária. A razão disso é simples: as altas taxas de migração urbana, junto com taxas elevadas de crescimento vegetativo, significam um inchamento da força de trabalho muito maior do que a capacidade de criação de empregos. Como é fartamente conhecida, esta situação, por sua vez, serve para pressionar os salários da classe trabalhadora, mesmo nos setores mais produtivos. (Martine e Garcia, 1987, p. 67 *et seq.*).

Neste sentido, o processo de desocupação do meio rural vivenciado em Goiás e especialmente na região centro-sul, a partir dos anos 70 do século XX influenciou, em conjunto com a migração iniciada com a ocupação da fronteira agrícola nos anos 80, um fenômeno de concentração demográfico em poucos núcleos urbanos, como a microrregião de Goiânia, Anápolis e o Sudoeste de Goiás. Neste sentido, os empregos industriais e urbanos não foram suficientes para equacionar o problema estrutural de excesso de mão-de-obra no mercado de trabalho, criando, assim, às condições objetivas para a compressão para baixo da taxa de salário.

Este ponto da baixa remuneração do trabalhador goiano foi levantado no trabalho desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) (2003). Nesta investigação, os pesquisadores traçaram o perfil do mercado de trabalho goiano. Em linhas gerais, o trabalho apontou que havia no estado no ano de 2000 uma população econômica ativa (PEA) de 2.399.146 trabalhadores na condição de ocupados e desempregados. Tais dados indicam que Goiás contribuiu com 3,2% da PEA nacional sendo que os trabalhadores ocupados perfaziam um total de 2.105.815 trabalhadores, isto é, 87,8% da PEA goiana, ao passo que o restante representou os trabalhadores desempregados.

Segundo os dados desta investigação, aqueles trabalhadores que tinham carteira assinada representaram 27,8% da PEA goiana, ao passo que os trabalhadores sem carteira assinada, que estavam à margem do manto institucional e jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representaram também 27,8% da PEA goiana.

Deste modo, o descompasso proveniente do hiato estrutural no mercado de trabalho em Goiás concentrou 66,8% do rendimento nominal destes trabalhadores no estrato de até 3 salários mínimos. Neste estrato, a faixa que apresentou a maior frequência foi aquela entre 1 a 2 salários mínimos, pois respondeu por 30,6% do total dos rendimentos nominais aglutinados no intervalo até 3 salários mínimos.<sup>68</sup>

Outro exemplo para demonstrar os impactos do hiato estrutural na taxa de salários urbana e rural pode ser verificado no caso do preço pago pelo produtor pela mão-de-obra do diarista. No caso específico dos trabalhadores diaristas pagos em Goiás verifica-se na Tab. 24 que os produtores rurais, ao contratarem estes trabalhadores rurais, pagaram valores que foram superiores somente em relação aos trabalhadores diaristas pagos na Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, todos estes estados localizados na região nordeste do Brasil.

Já no caso das regiões industrializadas como São Paulo, Minas Gerais e Paraná (que apresentam um núcleo capitalista mais dinâmico *vis-à-vis* ao estado de Goiás) pode se constatar que os valores pagos pelos produtores rurais foram superiores aos valores pagos no estado de

---

<sup>68</sup> Entretanto, é importante ressaltar que o hiato estrutural no mercado de trabalho goiano pode ser maior porque há limitações no estudo realizado pelo DIEESE/GO, uma vez que a discussão apresentada refere-se especificamente ao mercado formal de trabalho não captando, por conseguinte o mercado informal. Somente a título de exemplificação, os dados do Censo Demográfico do IBGE/2000 apontaram uma população total no estado de 5.003.228 habitantes, fato que indica que a PEA goiana representa 48% da população total do estado.

Goiás no início da série temporal. No entanto, nos últimos anos da série observa-se uma mudança na tendência porque os trabalhadores diaristas destes estados receberam valores inferiores aos pagos aos diaristas localizados em Goiás<sup>69</sup>.

Tabela 24 – Brasil e estados: Preço pago pelo produtor pela mão-de-obra do diarista em vários estados da federação. (1995 – 2005).

(média anual dos R\$ pagos no primeiro dia do mês)

Ano	BA	CE	GO	MA	MG	MS	MT	PB	PE	PR	RN	RS	SC	SP
1995	8,5	9,1	15,1	9,9	13,2	16,4	19,8	9,6	10,5	15,2	9,5	18,3	25,0	13,7
1996	8,8	8,9	14,8	9,5	18,9	15,7	19,8	9,4	10,4	14,5	9,5	19,1	24,6	16,7
1997	9,0	8,8	14,8	9,8	19,7	15,4	19,9	9,2	10,3	14,7	9,4	20,1	23,2	17,8
1998	9,1	8,8	15,1	9,5	20,0	15,7	19,2	9,1	10,3	15,1	9,3	20,2	22,6	17,8
1999	9,1	8,6	14,4	9,5	18,8	15,6	17,1	9,1	10,0	15,2	10,2	19,9	21,4	17,6
2000	9,4	8,5	14,3	9,1	17,4	15,7	17,3	9,0	9,8	15,2	11,1	19,7	21,0	17,7
2001	9,6	8,4	15,0	9,4	13,3	15,8	17,6	9,0	9,6	15,6	11,5	18,9	19,8	15,6
2002	10,0	8,5	15,7	9,7	13,6	16,1	18,2	9,2	9,8	16,3	11,7	19,5	20,6	13,2
2003	9,9	8,8	15,8	9,4	12,6	16,4	17,4	9,0	9,0	15,7	10,9	19,1	20,8	12,9
2004	10,4	9,6	17,4	10,4	10,6	16,6	17,9	9,8	9,3	16,6	10,4	19,8	21,0	13,4
2005*	11,2	10,2	18,8	10,5	10,9	17,8	19,3	10,3	9,9	18,0	10,1	21,6	23,0	14,6

Fonte: Cálculo do autor a partir de dados da FGV.

Nota:

- Os dados mensais dos R\$ pagos pelo produtor foram deflacionados pelo INPC (07/2005=100).
- \* Dados são até o mês de 07/2005.

Já no caso dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, o valor pago aos diaristas foi em todos os anos da série temporal superior aos valores pagos no estado de Goiás. Neste sentido, o estado que apresentou a maior remuneração para os diaristas foi Santa Catarina, que apresenta uma estrutura fundiária mais desconcentrada *vis-à-vis* a estrutura fundiária goiana, seguido pelo Rio Grande do Sul (a partir de 1997) e Mato Grosso.

Por fim, na média dos valores pagos pelos produtores aos trabalhadores diaristas no interregno de 1995 a 2005 constata-se que os diaristas pagos na Bahia receberam – 39% do valor pago aos diaristas em Goiás, fato seguido pelo Ceará, com – 43%, Maranhão, com – 38%, Paraíba, com – 40%, Pernambuco, com – 36%, Rio Grande do Norte, com – 34%. Já no caso de Santa Catarina, os valores recebidos pelos diaristas ficaram 42% acima dos valores pagos aos

<sup>69</sup> Este trabalho não tem por objetivo explicar os determinantes da redução na remuneração dos trabalhadores diaristas nos estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo. No entanto, pode-se levantar enquanto hipótese de trabalho que este fenômeno acontece porque há um forte êxodo, sobretudo, do nordeste para os estados de Minas Gerais, Paraná e São Paulo no período da safra nestes estados. Isto acontece porque mesmo a remuneração em queda nestes estados do sudeste e sul ainda, assim, os valores são bem superiores aos pagos na região nordeste brasileira.

diaristas de Goiás, enquanto no Rio Grande do Sul esses valores foram 26% e no Mato Grosso, com 19%.

## CONCLUSÃO

---

O objetivo central deste trabalho foi mostrar as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás. Como ponto inicial da tese preocupou-se em compreender como o termo modernização conservadora foi utilizado inicialmente por Barrington Moore Júnior para entender as revoluções burguesas vindas de cima que aconteceram na Alemanha e no Japão e que desembocaram na constituição de um caminho de desenvolvimento capitalista autocrático e autoritário.

Esta discussão justificou-se porque os analistas nacionais utilizaram o conceito de Barrington Moore Júnior para referenciar o que aconteceu no Brasil entre 1965 e 1985 quanto às mudanças nas atividades agropecuárias, que aconteceram sem transformações na estrutura fundiária. Portanto, Alberto Passos Guimarães e os demais autores utilizados nesta investigação destacaram que a semelhança no processo de modernização conservadora ocorrido na Alemanha, no Japão e no Brasil decorreu da manutenção da estrutura fundiária arraigada na média e grande exploração agrícola.

Não obstante, o elemento que diferencia o processo de modernização conservadora no Brasil *vis-à-vis* ao caso alemão e japonês deve-se ao fato de que a elite dominante nacional não teve a preocupação em expandir a cidadania para parcelas significativas da população, ao contrário do caso alemão e japonês que incorporou as classes inferiores à sociedade, como destacou Bendix (1996) em seu trabalho sobre a construção nacional e a cidadania.

Por sua vez, os aspectos políticos do processo de modernização conservadora não foram abordados na argumentação de Alberto Passos Guimarães. Para corrigir esta lacuna, o texto de Azevêdo (1982) resgatou o aspecto histórico e político deste processo, mostrando a importância das decisões políticas para o desenvolvimento capitalista de um país.

Já no caso de Martine e Garcia (1987) sua contribuição foi a de mostrar como o processo de modernização conservadora determinou transformações na estrutura demográfica nacional,

dado que o desenvolvimento capitalista na agropecuária nacional determinou a expulsão do homem do campo para o setor industrial e urbano.

Para tanto, o pensador econômico que conseguiu aglutinar as determinações políticas e econômicas do processo de modernização conservadora, mesmo não utilizando explicitamente o termo em seus trabalhos, foi Ignácio Rangel. Para este autor um dos caminhos possíveis para a transformação capitalista da agropecuária nacional foi a via prussiana, caminho determinado pelas escolhas políticas da classe dominante, representada pela burguesia e os terratenentes.

Logo, a revolução burguesa que aconteceu no Brasil não teve forças suficientes para romper com o antigo regime e instituir no país um capitalismo democrático como aquele verificado na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos da América. Daí, que foi igual ao que aconteceu na Alemanha e Japão, inclusive porque foi feito sob a ditadura militar.

Entretanto, é importante registrar que mesmo utilizando um termo cunhado por Barrington Moore Júnior para compreender o processo de modernização das sociedades alemã e japonesa, países considerados desenvolvidos desde o final da II Guerra Mundial, os autores nacionais destacaram como traço marcante no caso brasileiro a preservação, ao longo dos séculos, de uma estrutura fundiária que deitou raízes, predominantemente nas médias e grandes unidades de exploração agrícolas.

Deste modo, a assertiva de Ignácio Rangel de que não havia necessidade de realizar mudanças na estrutura fundiária para a ampliação e diversificação produtiva foi utilizada nesta investigação como referencial analítico para compreender um caso particular de um espaço regional periférico e complementar a São Paulo, que é a região centro-sul do estado de Goiás.

Por tudo isto, as transformações na forma e no modo de produção das unidades de exploração agrícola na região centro-sul de Goiás se objetivaram, inicialmente, no período do II PND (1974 – 1979) quando houve a implementação dos planos de desenvolvimento regional instituídos pelo governo militar. Neste sentido, os planos que apresentaram maior destaque foram o POLOCENTRO e o FCO, sendo o POLOCENTRO o primeiro a estimular e ampliar a formação de uma agropecuária empresarial e capitalista na região centro-sul de Goiás.

Desta forma, os incentivos proporcionados pela política de crédito do POLOCENTRO, pela política agrícola patrocinada pelo SNCR e pelo crédito do FCO incentivaram os médios e grandes produtores rurais a demandarem as inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas do



setor industrial, as quais tiveram papel primordial para incrementar a produtividade agrícola desta região do cerrado nacional. Além disso, os trabalhos da EMBRAPA, EMBRATER e EMGOPA foram fundamentais para adaptar as culturas, especialmente a soja às condições edafoclimáticas do cerrado e para difundir as idéias da modernização entre os produtores rurais.

Por tudo isto, o nível de produção agropecuário no estado e, especialmente na região centro-sul ao longo do tempo, apresentou uma trajetória de crescimento seja em termos de área colhida como de produção em toneladas. Entretanto, o traço marcante do novo padrão agrícola foi a substituição do arroz pela cultura de soja e de milho, isto é, culturas com forte penetração nas cadeias produtivas de grãos e carnes e no mercado internacional.

Então, o incremento da produção agropecuária tornou-se responsável pela entrada no estado, nos anos 80 do século XX, das principais *tradings de commodities* agrícolas. Este fato teve um papel importante, uma vez que incentivou posteriormente a implantação das principais agroindústrias processadoras de carnes, grãos, sucroalcooleiro e lácteos na região centro-sul do estado de Goiás.

Portanto, os principais elementos que explicam a penetração das principais agroindústrias no espaço econômico da região centro-sul do estado de Goiás foram: uma produção de grãos que devido à incorporação do progresso técnico apresentou, ao longo dos anos, uma trajetória ascendente e concentrou-se, sobretudo, na região centro-sul do estado de Goiás; a proximidade desta região com os principais centros de consumo do sudeste e do Brasil e, por fim, os programas de incentivo fiscal implementados pelo governo de Goiás e do governo federal como foram os casos do FOMENTAR e do FCO, respectivamente.

Desta feita, as principais agroindústrias internacionais, nacionais e regionais iniciaram a implantação de suas unidades de processamento na região centro-sul do estado, determinando, assim, o princípio do processo de diversificação produtivo.

Logo, o processo de diversificação produtivo foi se consolidando e com a entrada, em 2000, do PRODUZIR houve um estímulo maior para a penetração de novas agroindústrias na região centro-sul. No balanço geral do FOMENTAR e PRODUZIR, os projetos aprovados, implantados e em fruição acumulados até 2006 responderam por 134 empresas instaladas na região centro-sul em um universo de 144 unidades de processamento agroindustrial. Assim, os

segmentos agroindustriais que mais expandiram foram laticínios, alimentos, óleos vegetais e destilarias que juntos representaram 66% das agroindústrias instaladas no estado.

Isto mostra que as agroindústrias instaladas na região centro-sul, além de buscarem os incentivos fiscais e a proximidade do mercado consumidor do sudeste, levaram em consideração também o potencial e a produção agropecuária desta região. No caso da soja, do milho e da cana-de-açúcar (matérias primas das unidades de processamento de alimentos, óleos vegetais e destilaria) a região centro-sul foi responsável, em meados dos anos 2000, por 85% da produção de soja, por 80% da produção de milho e, finalmente, por 96,5% da produção de cana-de-açúcar.

Não obstante, é importante destacar que as culturas do arroz e feijão, típicas da cesta de alimentos dos trabalhadores, apresentaram uma tendência de deslocamento para a região centro-norte do estado, mostrando, assim, que a região centro-sul vai aos poucos se especializando em culturas ligadas aos elos dos complexos agroindustriais e ao mercado internacional, como é o caso da soja e, recentemente, da cana-de-açúcar.

Em sua face demográfica, o processo de modernização das médias e grandes propriedades agrícolas da região centro-sul contribuiu para o esvaziamento da população residente no setor rural. Entre os censos demográficos de 1970 e 2000 houve a saída de 545.801 residentes do meio rural que viviam na região centro-sul. Em conjunto com a migração iniciada a partir dos anos 80, a população residente no setor urbano, em 2000, saltou para quase 2,3 milhões de habitantes, isto é, passou de 2.107.923 habitantes em 1980 para 4.393.292 habitantes em 2000.

Deste modo, observa-se que em três décadas houve uma explosão da população urbana, pois seus habitantes mais que triplicaram e ainda se concentraram, sobretudo, em três municípios. Somente a capital recebeu 25% da população urbana do estado, enquanto Aparecida de Goiânia e Anápolis foram responsáveis por 8% e 6,5%, respectivamente, desta população urbana. Estes três municípios juntos concentraram quase 40% da população urbana do estado.

Por sua vez, os dados do cadastro dos estabelecimentos industriais da Secretaria da Fazenda de Goiás em 2005 demonstraram que houve uma diversificação produtiva em Goiás e especialmente na região objeto de estudo, visto que foram instaladas unidades de processamento industrial nos segmentos de produtos minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicação; material de transporte; madeira; mobiliário; papel e papelão; borracha; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumarias, sabonete e velas; produtos de

matéria plástica; têxtil; vestuários, calçados e artefatos de tecido; produtos alimentícios; bebidas, álcool etílico e vinagre; editorial e gráfica; fumo e outras atividades.

Deste modo, 42% das empresas goianas estavam instaladas em Goiânia, 8% em Aparecida de Goiânia e 6% em Anápolis. Isto é, juntas concentraram 56% de todas as empresas instaladas no estado.

Dessa forma, ao cruzar os dados demográficos e industriais, pode-se aferir que o deslocamento de parte da população rural foi para Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, pois estas localidades aglutinam mais da metade das empresas instaladas no estado, criando assim, um ambiente para a constituição de um mercado regional de trabalho dinâmico. No entanto, é importante ressaltar que as empresas industriais não conseguiram absorver toda a oferta de trabalho gerando, então, um hiato estrutural no mercado de trabalho goiano, que teve um papel importante para explicar em parte o baixo valor da remuneração dos trabalhadores em geral e dos diaristas em Goiás.

Neste sentido, o trabalho do DIEESE/GO (2003) demonstrou que parte significativa dos rendimentos dos trabalhadores goianos concentrou-se na faixa de até 3 salários mínimos, sendo que o estrato que apresentou a maior frequência de rendimento nominal foi aquele entre 1 a 2 salários mínimos, os quais foram responsáveis por 30,6% do total dos rendimentos nominais.

No caso das informações colhidas na Fundação Getúlio Vargas para o valor da mão-de-obra do diarista em Goiás entre 1995 e o primeiro semestre de 2005, observou-se que estes valores foram superiores somente aos valores pagos aos diaristas da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, todos estando localizado na região do nordeste brasileiro. No caso do estado que apresentou a menor concentração fundiária, como Santa Catarina, os valores pagos pelos produtores rurais aos diaristas foram 42% superiores aos valores pagos em Goiás.

Em linhas gerais, as implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul do estado de Goiás favoreceram o incremento da produção e da produtividade dos bens agrícolas. Este fato teve importância para a penetração das agroindústrias neste espaço regional, que em conjunto com as demais atividades industriais, tiveram um papel importante para a diversificação produtiva da região objeto de estudo.

Entretanto, o avanço do progresso técnico favoreceu a redução da população residente no setor rural que foi para o setor urbano e industrial em busca de emprego, fato que criou um hiato estrutural no mercado de trabalho, favorecendo, deste modo, a exclusão de parcelas significativas da população do mercado de trabalho e a redução da taxa de salários.

Deste modo, o ocorrido na região centro-sul de Goiás constitui-se em um caso concreto, mas não único, das implicações políticas, econômicas e sociais do processo de modernização conservadora, uma vez que houve a modernização da grande exploração agrícola e a diversificação produtiva sem o fracionamento da estrutura fundiária, como destacou Ignácio Rangel em sua assertiva.

## REFERÊNCIAS

---

- AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. *Terras de Goiás. Estrutura fundiária (1850 – 1920)*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Pensamento crítico, v. 15).
- ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de história de Goiás*. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Circular 259*, junho de 1975 (*mimeo*).
- BARBOSA, Hellen Ferreira. *Análise do direcionamento dos recursos dos fundos constitucionais – um estudo do FCO, FNO e FNE*. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2005. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. *Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
- BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996. (coleção clássicos, 5).
- BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do centro-oeste do Brasil*. Brasília: CEDEPLAN, Goiás: UCG, 1988.
- BORGES, Barsanufu Gomides. A economia goiana na divisão regional do trabalho (1930 – 1960). In. DUARTE DA SILVA, Luiz Sérgio (org). *Relações cidade-campo: Fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960*. Goiânia: Ed. da UFG, 2005
- CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2.ed. Goiânia: Ed. Vieira, 2003.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930 – 1995*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998b (30 anos de economia – UNICAMP, 2).
- CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4.ed. Campinas: UNICAMP, 1998a (30 anos de economia – UNICAMP, 1).
- CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. *A dinâmica agroindustrial do centro-oeste*. Brasília: IPEA, 1995.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

- CHAUL, Nasr Fayad. Marchas para o Oeste. In. DUARTE DA SILVA, Luiz Sérgio (org). *Relações cidade-campo: Fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- COSTA e SILVA, Athos Magno. *O Estado e o campo no Brasil (1930 – 1964) Revolução conservadora das elites e luta pela terra na retaguarda do país*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.
- CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. *Ignácio Rangel, um pioneiro: O debate econômico do início dos anos sessenta*. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1980. (Dissertação de Mestrado do IFCH).
- DANIEL DA SILVA, Maria Aparecida. *Raízes do latifúndio em Goiás*. Goiânia: Ed. UCG, 2004.
- DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: Luiz Octávio Ramos Filho; Osvaldo Aly Júnior. (Org.). *Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica e Configuração Atual*. São Paulo: INCRA, 2005.
- DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985*. São Paulo: Editora Ícone/UNICAMP, 1985.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONOMICOS (DIEESE). Perfil do mercado de trabalho na década de 90 em Goiás. (mimeo).
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930 – 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DUTRA e SILVA, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a construção simbólica da colônia agrícola nacional de Goiás*. Universidade Federal de Goiás. UFG, 2002. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- ESTEVAM, Luís Antônio. Agricultura tradicional em Goiás. In. PEREIRA, Armantino Alves [et. al.]. *Agricultura de Goiás: análise & dinâmica*. Goiânia. A.A.Pereira, 2004.
- ESTEVAM, Luís Antônio. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. Goiânia: Ed. do autor, 1998.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 13. ed. São Paulo: Ed. Globo, 1998, vol. I e II.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FERNANDES, Florestan. As mudanças sociais no Brasil. In. IANI, Octavio (org). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1991. Coleção Sociologia.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1979.
- FERREIRA, Débora Ferguson; FERNANDES FILHO, José Flores. Análise das transformações recentes na atividade agrícola da região do sudoeste de Goiás. 1970/1995-6. In. PEREIRA, Sebastião Lázaro e XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). *O agronegócio nas terras de Goiás*. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23.ed. São Paulo. Nacional, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002a.
- GIL, Antônio Carlos. *Técnicas de pesquisa em Economia e elaboração de monografias*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002b.
- GOODMAN, D. E., SORJ, Bernardo e WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre agricultura brasileira. *Revista de Economia Política*. Vol. 5, nº. 4, Out. - Dez – 1985.
- GOVERNO DE GOIAS/Secretaria de Planejamento. Indicadores Econômicos e Estatísticas Básicas. *Economia & Desenvolvimento*. Ano VIII, número 25, janeiro/março de 2007.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE., 1996.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O que é a questão agrária*. 3ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil: uma introdução à obra de Ignácio Rangel. In. RANGEL, Ignácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- GUEDES, Luiz César Auvray. Condicionantes da distribuição de renda na agricultura de Goiás em 1980. Universidade de São Paulo/ESALQ – USP/ESALQ, 1992. (Dissertação de Mestrado em Agronomia).
- GUIMARAES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GUIMARAES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, n. 6, Ano VII – Nov./Dez., 1977.
- GUIMARAES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Estudos brasileiros, v. 24).
- HOFFMANN, Rodolfo; GRAZIANO DA SILVA, José. O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999, Foz do Iguaçu/PR. *Anais...*, 1999, CD-ROM.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição da posse da terra no Brasil e nas unidades da federação conforme condição do produtor, 1970 a 1995/96*. Texto de discussão. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, nov. 2000, 73p, mimeo.

- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil. In: RAMOS, Pedro [et al.]. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007.
- KAGEYAMA, Ângela Antônia. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. *Reforma Agrária*, Campinas/SP, v. 23, n. 3, p. 5-16, 1994.
- LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio Pereira (org.). *Políticas públicas e a agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- LÊNIN Vladimir Ilich. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- LÊNIN Vladimir Ilich. *O Programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905 – 1907*. Goiânia. Alternativa, 2002.
- LESSA, Carlos e DAIN, Sulamis. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4.ed. Campinas: UNICAMP. IE, 1998, vol. I.
- LUNAS, Divina A. L. e ORTEGA, Antônio César. A constituição do complexo agroindustrial da soja no sudoeste goiano. In: PEREIRA, Sebastião Lázaro e XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). *O agronegócio nas terras de Goiás*. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: MAMIGONIAN, Armen e REGO, José Marcio (orgs). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.
- MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, n.º. 3, junho de 1990.
- MATTEI, Lauro. *A evolução do emprego agrícola no Brasil*. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, vol. 4).
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL/FCO. *Fundo constitucional de financiamento do centro-oeste*. 2006 (mimeo)
- MOORE JR, Barrington. *As origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- MUELLER, Charles Curt. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no centro-oeste. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, n.º. 3, junho de 1990.
- O'CONNOR, Jonas. *USA: A crise do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSORIO SILVA, Lígia. *Terras Devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.



- PAIM, Gilberto. Ignácio Rangel: um intérprete original da realidade brasileira. In. MAMIGONIAN, Armen e REGO, José Marcio (orgs). *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. 5.ed. Goiânia. Ed. da UCG, 1989.
- PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás 1722 – 1822: Estrutura e conjuntura numa capitania de minas*. 4.ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.
- PASCHOAL, Júlio Alfredo Rosa. O papel do FOMENTAR no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999). Universidade Federal de Uberlândia, 2001. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico).
- PIRES, Murilo José de Souza. A Oleaginosa dourada invade as terras goyases. *Revista Conjuntura Econômica Goiana*. Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, n.º 8, maio de 2006.
- PIRES, Murilo José de Souza. Transportes e Desenvolvimento Agrícola no Centro-Oeste. 2000, 153f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 22.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- QUEIRÓZ, Gilberto J. F. O papel do setor público na pesquisa agrícola de Goiás. In. PEREIRA, Sebastião Lázaro e XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). *O agronegócio nas terras de Goiás*. Uberlândia: EDUFU, 2003.
- RAMOS, Pedro. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira. In: Luiz Octávio Ramos Filho; Osvaldo Aly Júnior. (Org.). *Questão Agrária no Brasil: Perspectiva Histórica e Configuração Atual*. São Paulo: INCRA, 2005, v. 1, p. 87-128.
- RAMOS, Pedro. Agricultura e (SUB) Desenvolvimento: Aspectos teóricos e elementos para uma reinterpretação do caso brasileiro. *Reforma Agrária*, ABRA/SP, p. 77 - 96, 12 dez. 1998.
- RAMOS, Pedro. *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil*. São Paulo/SP: Hucitec, 1999.
- RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In. RAMOS, Pedro [et al.]. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007.
- RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, vol. I e II.

- RANGEL, Ignácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- REYDON, Bastiaan Philip. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil. In: RAMOS, Pedro [et al.]. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007.
- REYDON, Bastiaan Philip. Mercados de terras agrícolas e determinantes de seu preço no Brasil. Universidade Estadual de Campinas, 1992. (Tese de Doutorado em Ciências Econômicas).
- SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SAYAD, João. *Crédito Rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas da reforma*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/ FIPE, 1984.
- SHIKI, Shigeo. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o Caos? In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J. e ORTEGA, A. C. (org.) *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: EDUFU, 1997.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária hoje*. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- SZMRECSÁNYI, Tamás e RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In. SZMRECSÁNYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson. *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. EDUSP/IOSP/HUCITEC, 2002.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In. Boris Fausto (org.) *O Brasil Republicano: Economia e cultura (1930-1964)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986. (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Volume 4).
- TAVARES, Maria da Conceição. *(Des) Ajustes global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- WERNER, Baer. *A economia brasileira*. 2.ed. São Paulo: Nobel, 2002.